UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM MUSEOLOGIA

Clarissa Wetzel de Oliveira

*“Nós criamos uma raça”
O discurso identitário na narrativa expositiva do
Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos/RS)*

São Paulo
2018

CLARISSA WETZEL DE OLIVEIRA

“Nós criamos uma raça”

O discurso identitário na narrativa expositiva do
Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos/RS)

Versão Corrigida

(Versão original encontra-se na unidade que aloja o Programa de Pós-graduação)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação Interunidades em Museologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Museologia

Área de Concentração: Museologia

Orientador: Prof. Dr. Camilo de Mello
Vasconcellos

Linha de Pesquisa: Teoria e Método da Gestão
Patrimonial e dos Processos Museológicos

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Serviço de Biblioteca e Documentação do

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

O48

Oliveira, Clarissa Wetzel de

“Nós criamos uma raça”: o discurso identitário na narrativa expositiva do Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos/RS) / Clarissa Wetzel de Oliveira; orientador Camilo de Mello Vasconcellos – São Paulo, 2018.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, 2018.

1. Memória. 2. Identidade. 3. Patrimônio industrial. 4. Museu histórico. 4. Museu Estadual do Carvão. I. Vasconcellos, Camilo de Mello. II. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. III. Título.

Nome: Clarissa Wetzel de Oliveira

Título: “*Nós criamos uma raça*”: o discurso identitário na narrativa expositiva do Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos/RS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profº Dr. Camilo de Mello Vasconcellos (Orientador)
PPGMus - Universidade de São Paulo (USP)

Profª Drª Zita Possamai
Departamento de Museologia / FABICO - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profº Dr. Marcos Napolitano
Departamento de História / FFLCH- Universidade de São Paulo (USP)

Ao Theo, com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Dirnei e Claudete, por não desistirem de sonhar comigo. Sem o amor incondicional de vocês eu jamais teria superado os obstáculos que se opuseram... gratidão é pouco.

Aos meus irmãos, Leticia e Wagner, e suas famílias. A acolhida, o apoio e carinho foram essenciais nesta jornada.

Ao meu orientador Prof^o. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos por acreditar neste projeto e guiar meus passos com atenção e (muita!!) paciência.

À Universidade de São Paulo, especificamente ao Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia, pela oportunidade de crescimento acadêmico e o suporte recebido de seu corpo docente e técnico administrativo.

Aos companheiros do projeto *Uma Luz no fim do túnel*, o antigo orientador (e posso dizer amigo) Benito Schmidt, os queridos Clarice Speranza, Tassiane Mélo de Freitas, Alexssandro Witkowski e Camila Petró, por dividirem comigo seus conhecimentos, sementes que me trouxeram até aqui. E claro, ao amigo Manuel Paulo, por me convidar para fazer parte da equipe do “Museudo”, foi quando me apaixonei de vez por este espaço.

À atual equipe do Museu Estadual do Carvão pela atenção e por disponibilizar as fontes necessárias para a conclusão da dissertação.

A todos os amigos gaúchos, baianos, paraenses, sergipanos, paulistas (e portugueses, seus lindos! Não esqueci de vocês!!), pelo apoio nos momentos de desespero e por cada palavra de carinho ao longo desse trajeto.

À Helena Cancela Cattani, que mesmo com dor, veio em meu auxílio assim que pedi.

Ao Cristiano Gastal, pela leitura atenta (espero que tenha sido!). Mas mais do que isso, pela troca de ideias e experiências, foi fundamental para manter a calma e serenidade.

Ao Kenshin, que não tem ideia do que seja uma dissertação ou para que serve (se soubesse não pisaria no teclado), mas foi minha melhor companhia nos dias e noites infindáveis de escrita.

– Somos de outra raça? Perguntei um dia. Meu pai respondeu:

– Ninguém é de uma raça. As raças – disse ele – são fardas que vestimos.

Talvez Silvestre tivesse razão. Mas eu aprendi, tarde demais, que essa farda se cola, às vezes, às almas dos homens.

(Mia Couto, 2016, p.13)

Dignum laude virum musa vetat morri^{*}

(Horacio, Carminum IV, 8 apud ASSMANN, 2011a, p. 42)

^{*} “A Musa não admite que o homem louvável morra.”

RESUMO

OLIVEIRA, Clarissa Wetzel de. “Nós criamos uma raça”: o discurso identitário na narrativa expositiva do Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos/RS). 2018. 157f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Na Arroio dos Ratos da primeira metade do século XX, a comunidade carbonífera viu surgir e desaparecer uma importante indústria mineradora, tanto para o Rio Grande do Sul quanto para o Brasil. Com o fim da atividade extratora, a vila operária construída pelas companhias mineradoras foi desmantelada, restando apenas ruínas, memórias e os sentimentos de perda e orgulho pelo árduo ofício. Assim, a criação do Museu do Carvão nos remanescentes da antiga usina termoelétrica e poço de carvão foi percebida como uma oportunidade de reconstrução para esta comunidade, agindo igualmente como sustentação de uma “identidade mineira” pulsante. Mas não foi oportunidade apenas para ela, também para companhia mineradora e para o próprio Estado. Neste contexto os espaços de memória são utilizados como aparatos fundamentais para a divulgação de determinadas mensagens, entre elas representações da memória e de identidades. Partindo disso, esta pesquisa apresenta um estudo acerca das narrativas museológicas presentes no Museu Estadual do Carvão por intermédio de análise crítica do discurso expositivo veiculado pela instituição em dois momentos distintos, quando da reabertura do museu em 1994 e 20 anos depois, em 2014, com o objetivo de identificar, avaliar e compreender as relações entre identidade, memória e as instituições museais.

Palavras-chaves: Memória – Identidade – Patrimônio industrial – Museu Histórico – Museu do Carvão

ABSTRACT

OLIVEIRA, Clarissa Wetzel de. "We created a race": the identity discourse in the exhibition's narrative of the Museu do Carvão (Arroio dos Ratos/RS). 2018. 157f. Dissertation (Master's Degree) Graduate Program Intermissions in Museology. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

At the city of Arroio dos Ratos on the first half of the 20th century, the coal-mining community saw the rise and fall of the important mining industry of both for Rio Grande do Sul and Brazil. With the end of the extractive activity, the model village built by the companies was dismantled, leaving only ruins, memories and the feelings of loss and pride for all the hard work. The creation of the Museu do Carvão in the remnants of the older thermoelectric plant and coal pit was understood as an opportunity of reconstruction for this community, also acting as a support for a pulsating "mining identity". But it wasn't just an opportunity for it, also for the mining company and the government itself. In this context, these spaces are used as key device for the dissemination of certain messages, including representations of memory and identities. In light of this, the present study investigate museological narratives focused in two distinct moments of the Museu do Carvão: when the museum reopened in 1994 and 20 years later in 2014. We analyse these two exhibitions discourse in order to identify, evaluate and understand the relationships among identity, cultural memory and museums.

Key-words: Memory – Identity – Industrial Heritage – History Museum – Museu do Carvão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Visita de engenheiros às minas	31
Figura 2. Vila operária: casas em adobe e as construções em madeira.	36
Figura 3. Capa e contra capa do folheto da Festa de Santa Bárbara, 1939	39
Figura 4. Inauguração do Hospital Sarmento Leite, 1944	41
Figura 5. Concurso de robustez infantil.	42
Figura 6. Inauguração da Escola Profissionalizante Eng. Luiz Betim Paes Leme pelo diretor do CADEM, Roberto Cardoso.	44
Figura 7. Equipe do Butiá Futebol Clube, oponente do Cadem Futebol Clube, ambos compostos de mineiros e patrocinados pela Companhia.	45
Figura 8. Campo de futebol do CADEM, 1945.	46
Figura 9. Abertura do Museu do Carvão, 1991.	76
Figura 10. Abertura do Museu do Carvão, 1991	77
Figura 11. Reportagem e entrevista com o Governador do Estado do RS, Alceu de Deus Collares (PDT).	80
Figura 12. Sketch do projeto de restauração do Museu do Carvão. Folder 'Museu do Carvão, 1993 – o ano da Restauração', 1993.....	81
Figura 13. Planta Baixa, vista lateral e frontal do Museu do Carvão. Folder "Museu do Carvão, 1993 - o Ano da Restauração", 1993.....	82
Figura 14. Reabertura do Museu do Carvão, 1994.	84
Figura 15. Remanescentes da antiga Usina Termoelétrica da C.E.F.M.S.J após limpeza do terreno.....	92

Figura 16. Entrada principal do Parque Estadual do Carvão	99
Figura 17. Entrada Leste do Museu, ladeado das ruínas da chaminé e do Frontão ..	99
Figura 18. Prédio do Museu, os remanescentes da Usina e o trem ao fundo	100
Figura 19. Planta Baixa do Museu do Carvão, 1994.	101
Figura 20. Corredor 2, Museu do Carvão, 1994.	102
Figura 21. Objetos suspensos em estruturas mantidas na restauração do prédio. Museu do Carvão, 1994.	103
Figura 22. Espaço expositivo A, Museu do Carvão, 1994.	104
Figura 23. Espaço expositivo B, Museu do Carvão, 1994.	106
Figura 24. Corredor 5, Museu do Carvão, 1994.	107
Figura 25. Corredor 6, Museu do Carvão, 1994.	108
Figura 26. Reabertura do Museu do Carvão, 1994.	109
Figura 27. Planta Baixa do Museu do Carvão, 2014.	112
Figura 28. Espaço expositivo B, Museu do Carvão, 2014.	113
Figura 29. Corredor 5, Museu do Carvão, 2014.	114
Figura 30. A esquerda, em 1º plano, o espaço expositivo C, seguido dos corredores 3 e 2, Museu do Carvão, 2014.	116
Figura 31. Da esquerda para direita: capacetes (S2); Detonador manual (S6); Maquete Poço Fé (S5); Placa do CADEM (O13).	117
Figura 32. Proposta Expositiva. Planta Baixa do 2º pavimento do Museu do Carvão.	132

Figura 33. Proposta Expositiva. Planta Baixa do 1º pavimento do Museu do Carvão.	133
Figura 34. Frontão ontem e hoje.	134
Figura 35. A) Ilustração da Exposição Universal de 1951. Palácio de Cristal, Londres. B) Exposição Universal de 1889. Salão das Máquinas, Paris.	136
Figura 36. Móvel "Jogo da Memória" encontrado no Museu da Gente Sergipana..	138
Figura 37. Exemplo de material que poderia ser usado no módulo.	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHM	Arquivo Histórico da Mineração
CADEM	Consórcio Administrador de Empresas de Mineração
CCRG	Companhia Carbonífera Rio-grandense
CECRE	Curso de Conservação de Monumentos e Centros Históricos
CEFMSJ	Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
CHO-RS	Centro de História Oral do Rio Grande do Sul
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMCPAR	Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos
COPELMI	Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais
CODEC	Conselho de Desenvolvimento Cultural
CPHAE	Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico
CRM	Companhia Rio-Grandense de Mineração
C&T	Ciência e Tecnologia
ICOM	International Council of Museology
IPHAE-RS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - Rio Grande do Sul
MARS	Museu Antropológico do Rio Grande do Sul
MCAR	Museu Estadual do Carvão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SEDAC/ RS	Secretaria de Estado da Cultura
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TICCIH	The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
<i>CAPÍTULO 1. A construção da identidade mineira na comunidade de Arroio dos Ratos/RS</i>	24
1.1. As primeiras tentativas de extração de carvão	24
1.2. A CEFMSJ e o CADEM: trabalho, cotidiano e identidades	27
1.2.1. As empresas	27
1.2.2. O trabalho e a identidade operária mineira	29
1.2.3. A vila operária e uma identidade mineira para além do operariado	34
1.3. Desindustrialização e a consolidação de uma identidade mineira	47
<i>CAPÍTULO 2. Memória e Poder: a construção do Museu Estadual do Carvão (1980 – 1994)</i>	53
2.1. Da criação à abertura do Museu Estadual do Carvão (1980 – 1991)	53
2.1.1. A criação do Museu Estadual do Carvão (1983-1986)	55
2.1.2. Museu “em construção”: embates e entraves (1986-1991)	71
2.2. Egos do Carvão presente na Cultura: na luta pelo carvão ou pela comunidade?	77
<i>CAPÍTULO 3. A identidade mineira no discurso expositivo do Museu Estadual do Carvão</i>	89
3.1. Exposição “Ecos do Carvão presente na Cultura” (1994)	96
3.1.1. Descrição da exposição	100

3.2. “Eco do Carvão presente na Cultura” em 20 anos	109
3.2.1. Descrição da exposição	110
3.3. Análise da narrativa expográfica	117
3.4. Proposta para o programa expositivo do Museu Estadual do Carvão	126
3.4.1. Tudo que é sólido desmancha no ar	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS	162

INTRODUÇÃO

Em funcionamento na vila gaúcha de Arroio dos Ratos desde 1908, o poço de extração de carvão mineral chamado “Fraternidade” ou apenas “Poço ”, foi cenário digno do *Germinal*, de Émile Zola². Em condições precárias de higiene e segurança, o elevador movimentava-se em três turnos de 8 horas de trabalho ininterruptos, transportando homens e meninos “*vestindo somente uma tanga como roupa, de alpercatas e muitas vezes descalço*”³, munidos de lampiões de carbureto. Tão logo outros poços de extração foram sendo abertos nessa e em outras vilas operárias, o Poço I (e seu carvão de baixo teor calorífico) tornou-se obsoleto e foi incorporado à estrutura da primeira usina termelétrica do sul do Brasil. De posse da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), a termelétrica, cujo funcionamento deu-se entre 1924 e 1956, foi sinônimo de desenvolvimento para as comunidades operárias construídas na região.

Como todo conglomerado operário, o sistema vila-fábrica implantado na região carbonífera do Baixo Jacuí⁴ tinha como finalidade estabelecer uma relação harmoniosa entre o operário e os interesses do capital em contrapartida à exploração da classe trabalhadora. A imagem paternalista construída pelos industriais visava associar a autoridade patronal a do pai, ou seja, resgatar a imagem da família para pensar a fábrica como uma extensão do lar, assegurando a integração dos mineiros ao aparato produtivo e negando o conflito capital/trabalho. Na prática os trabalhadores foram alojados em povoados isolados, onde tudo, desde a escola das crianças até a

² Expressão do naturalismo literário, a obra lançada em 1885 apresenta descrições impressionantes do trabalho mineiro, identificando-o com uma imagem de força e de sofrimento.

³ Fala do ex-mineiro e deputado comunista Manuel Jover Telles em defesa da encampação das minas de São Jerônimo pelo governo do Rio Grande do Sul, na tribuna da Assembleia Legislativa de Porto Alegre, em 1947 (SPERANZA, C. Masculinidade, conflito e adesão: tensões identitárias entre os trabalhadores das minas de carvão do Rio Grande do Sul nos anos 1940. *Revista ArtCultura*. Uberlândia, v. 11, n. 19, jul.-dez. 2009. p. 82).

⁴ Compete ressaltar que Arroio dos Ratos, onde encontrava-se o complexo industrial, assim como outras localidades, era distrito de São Jerônimo. A configuração da região carbonífera era a seguinte (sendo as cinco primeiras vilas operárias mineradoras): 1º - Distrito de São Jerônimo, sede do município; 2º - vila de Charqueadas; 3º - vila de Arroio dos Ratos; 4º - vila de Butiá; 5º - minas do Leão; 6º. Morrinhos; 7º - Barão do Triunfo; e 8º - Quitéria.

assistência médica da família, passando pelo comércio e o lazer, era controlado pela Companhia, sendo difícil desvincular-se das minas.

Dentro deste modelo, a indústria carbonífera gaúcha teve êxito e alcançou seu auge durante a Segunda Guerra Mundial, quando alimentou outros estados brasileiros e países, porém, ao fim do conflito, a aquisição do carvão estrangeiro foi regularizada no Brasil e introduzido, aos poucos, um substituto mais barato do produto nacional: o óleo combustível⁵. A queda no consumo de carvão como fonte energética afetou drasticamente a indústria mineradora do Baixo Jacuí, que desistiu de muitos de seus postos de extração, na década de 1950, buscando opções mais lucrativas. Deste modo, a vila de Arroio dos Ratos teve sua usina termoelétrica desativada, o complexo industrial desmantelado e dinamitado, deixando a comunidade que se estabeleceu ali, na primeira metade do século XX, abandonada.

Com a decadência da função primordial da usina, as representações sobre ela se transformaram, modificando a significação daquele espaço para a cidade e, por conseguinte, na constituição da comunidade carbonífera arroio-ratense. É cada vez mais comum, ante a desindustrialização, que espaços fabris sejam reutilizados e ressignificados, estando o campo do patrimônio aberto a essas inclusões, utilizando-se de estratégias de preservação como a musealização, a fim de

[...] não apenas garantir a integridade física de uma seleção de objetos, mas também **promover ações de pesquisa e documentação** voltadas à produção, registro e disseminação das informações a eles relacionadas, **com vistas à transmissão a gerações futuras**.⁶

Infelizmente, no complexo industrial carbonífero do Baixo Jacuí nada foi efetivamente feito até a década de 1980, quando, de acordo com a museóloga Maria Luiza Flores Chaves Barcellos⁷, primeira diretora do museu (1984-1991), os remanescentes foram apresentados por Antônio Augusto Fagundes, então diretor do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS), à comitiva de pesquisadores a qual ela fazia parte. A professora assumiu a direção do Museu Estadual do Carvão

⁵ SPERANZA, Clarice. O trabalho perante a lei: os mineiros de carvão na Justiça do Trabalho em São Jerônimo, RS (1946-1954). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, jul./dez. 2013, p. 418.

⁶ BISPO & SANTOS. Musealização como estratégia de preservação: Estudo de Caso sobre um previsor de marés. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST* - vol. 5 no 1 – 2012, p. 51.(Grifo meu).

⁷ Revista Pampeana, [S.l.], p. 10-11, [198-?]. (Acervo do MCAR).

(MCAR)⁸ antes mesmo de seu ato de criação, iniciando as tratativas para doação e tombamento dos remanescentes da antiga usina para o novo espaço cultural.

Assim, em março de 1986, foi criado via decreto o Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos, município a 54 km de Porto Alegre, com a finalidade de promover atividades variadas que auxiliassem no conhecimento da história da exploração do carvão no Rio Grande do Sul e seu processo dinâmico. Na atualidade, o MCAR está preocupado em potencializar a interação da comunidade carbonífera com a produção técnica, científica e cultural da região, promover a transformação do patrimônio em herança cultural, e aflorar o sentimento de pertença dos cidadãos⁹. Seu acervo é composto por prédios e galerias subterrâneas (as antigas instalações da Usina Termelétrica CEFMSJ e Poço I), mobiliário, maquinário, ferramentas e utensílios da antiga usina e de extração mineral na região, além de fotografias, mapas, livros e documentação da época, referentes ao ofício e à construção das vilas operárias.

Todavia, mesmo com acervo tão rico, entre 1986 e 1991, o museu permaneceu fechado, frustrando as expectativas da comunidade. Após 5 anos de espera, a comunidade carbonífera presenciou uma primeira exposição, de caráter temporário, composta de painéis com reproduções fotográficas, no prédio reformado (entre 1990 e 1991) do antigo Almoxarifado da empresa (ver anexo 1). Mas foi apenas ao final de 1992, já no governo estadual de Alceu de Deus Collares (PDT), que o então diretor Fábio Coutinho obteve recursos para a implementação do projeto de restauração do complexo industrial. Esses investimentos possibilitaram, em dezembro de 1994, a construção da exposição de longa duração do MCAR intitulada “Ecos do carvão presentes na cultura”, no prédio restaurado da Usina, sendo boa parte do legado atual do museu diretamente associado a este momento.

O interesse por estudar o Museu do Carvão surgiu após reavaliar os trabalhos realizados por esta pesquisadora nessa instituição museológica, entre 2009 e 2012¹⁰.

⁸ Para fazer esta leitura menos repetitiva e maçante, utilizar-se-á também a abreviação do Museu Estadual do Carvão – MCAR – ou apenas Museu do Carvão.

⁹ Plano Museológico, redigido em 2013 pelo então diretor Alexsandro Witkowski, e ainda não implementado. (Acervo do MCAR)

¹⁰ De 2009 a 2011, fui bolsista BIPop/PROPEQS no projeto *Uma luz no fim do túnel: universidade e escola salvando a documentação das minas de Arroio dos Ratos, Butiá e Charqueadas*, sob orientação do Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt, o qual visava articular ações educativas de restauro e conservação do acervo documental do CADEM, antiga empresa mineradora da região do Baixo Jacuí junto à comunidade carbonífera. Parte deste projeto ocorreu no Museu Estadual do Carvão, o que me levou a estagiar na instituição entre 2011 e 2012.

A vivência na instituição, juntamente com as reflexões sobre museus históricos e suas exposições, levaram a questionamentos inquietantes: a identidade, a memória e a história são comunicadas de forma crítica ou hegemônica nessa instituição museológica? Qual o papel deste patrimônio industrial na cristalização da memória e identidade mineiras?

Na presente pesquisa propõe-se investigar a imagem identitária do operário mineiro disseminada pelo Museu Estadual do Carvão. Assim, tem-se por objetivo historicizar a instituição museológica em questão, assim como seu projeto expositivo, e problematizar a identidade mineira construída e legitimada por ele junto à comunidade carbonífera do Baixo Jacuí. Referenciada nos conceitos de patrimônio industrial, memória, representação e identidade, nesta investigação pretende-se:

- a) compreender as circunstâncias em que se deu a construção da identidade operária mineira e como esta reflete-se na comunidade carbonífera;
- b) identificar os grupos ligados à criação do Museu, seus interesses e seus projetos de história e identidade mineiras, buscando evidenciar os conceitos de museu e história vinculadas à criação do Museu do Carvão, à formação do acervo, e na concepção e montagem da exposição de longa duração;
- c) analisar o discurso expositivo da exposição “Ecos do carvão presentes na cultura” em 1994 e em 2014, 20 anos depois, indicando como a identidade mineira foi representada no Museu.

A criação do MCAR foi uma iniciativa de pesquisadores externos ligados à Subsecretaria de Cultura do Rio Grande do Sul¹¹, mas seu desenvolvimento como polo cultural envolveu ainda a empresa mineradora Copelmi¹² e o grupo de ex-mineiros e comunidade em que se inserem. Desde a doação do espaço feita pela empresa, seu tombamento em nível estadual e municipal à constituição do acervo e da exposição, o Museu do Carvão foi espaço de disputas entre estes agentes. Os atos

¹¹ A Secretaria de Cultura esteve ligada à Secretaria de Educação até 1991, ano de abertura do MCAR.

¹² Cabe explicar que a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, proprietária da usina termoeletrica onde está abrigado o Museu hoje, fundiu-se à *Companhia Carbonífera Rio-Grandense* (da vila mineira de Butiá) num consórcio de empresas sob o nome *Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – CADEM*. Em 1964, a *Companhia de Pesquisa e Lavras Minerais – COPELMI* incorporou o patrimônio do CADEM, e é esta empresa que realizou as doações para a criação do Museu Estadual do Carvão.

dos envolvidos fazem parte da “política patrimonial” de cada grupo (conscientemente ou não), e crê-se que, cada um atuando dentro das suas esferas de poder, percebia no Museu um meio eficaz de formação do imaginário e legitimação de sua história e memória.

Tendo em mente algumas questões norteadoras – **como foi construído o discurso histórico na exposição de longa duração do Museu do Carvão? Como se produziu, dentre tantas memórias, a identidade mineira no MCAR?** E, por fim, **que projeto identitário vinculou-se ao seu discurso expositivo?** – acredita-se que o projeto expositivo idealizado pelos representantes do Estado do Rio Grande do Sul alinhava-se muito mais aos interesses políticos e econômicos do governo gaúcho – através da reativação do carvão como fonte energética – do que aos interesses da empresa mineradora – mesmo essa também se beneficiando com a valorização e retorno da extração carvoeira – ou aos da comunidade, que via no museu uma oportunidade de revitalização de sua vivência. Para verificar tal hipótese fez-se necessário dois procedimentos metodológicos: o levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo.

Cabe aqui ressaltar que, após período de leituras e escrita definidos em cronograma, a primeira ida a campo foi adiada quando o Museu do Carvão foi interditado em decorrência de uma tempestade que o destelhou. Nesta ocasião, foi realizado levantamento documental da memória institucional do MCAR, contudo não foi possível em nenhum momento realizar registros fotográficos da exposição de longa duração do Museu, um dos objetos de análise desta pesquisa, pois a mesma foi desmontada. Por este motivo, o levantamento da memória institucional passou a ser fulcral para a análise da narrativa expográfica, sobretudo na busca de imagens que a pudessem detalhar não apenas nos anos de 1994 – quando da reabertura do Museu e inauguração da exposição – mas também na atualidade, o que levou esta pesquisa até o ano de 2014.

A presente dissertação está estruturada da seguinte maneira:

No primeiro capítulo – *A construção da identidade mineira na comunidade de Arroio dos Ratos* – buscou-se contextualizar os remanescentes do antigo complexo carvoeiro gaúcho, descrevendo o surgimento da indústria carbonífera no Rio Grande do Sul, especificamente na cidade de Arroio dos Ratos, considerada o berço desse segmento industrial no Brasil, bem como o ofício mineiro e a vila operária desenvolvidos lá, abordando estes aspectos na construção da memória e identidade

mineira. Ao final, é alvo de apreciação o processo de desindustrialização desta área, ocorrido na década de 1950, seu impacto nessa comunidade e sua relação com a criação do Museu Estadual do Carvão.

Para este fim, foi fundamental a abordagem dos conceitos de memória e identidade, partindo dos estudos de Maurice Halbwachs¹³ e o conceito de memória coletiva, impulso para inúmeros trabalhos sobre o estatuto da memória; Michael Pollack¹⁴ e Joël Candau¹⁵ com relevantes reflexões sobre memória e esquecimento na formação de identidades.

Também se fez necessária a pesquisa em estudos históricos produzidos localmente. Apesar de não seguirem um rigor acadêmico, foram relevantes as leituras sobre a história da mineração, tais como *Arroio dos Ratos: berço da indústria carbonífera nacional* (1985) e *Perfil de um minerador* (1989), ambas do Cônego Lothar Sulzbach¹⁶; *Mineiros, uma raça* (1993), do Prof. Benedito Veit¹⁷.

Importa mencionar os trabalhos relacionados com o histórico das empresas, entre eles *A mineração de carvão no Rio Grande do Sul: estudo histórico-etnográfico-sociolinguístico* (1984), do Prof. Heinrich A. W. Bunse¹⁸; e a obra do engenheiro das minas Eugênio Dahne¹⁹, *A mineração de carvão e as concessões da companhia no Estado do Rio Grande do Sul* (1893). Ainda foi consultada a obra de Carlos Alfredo Simch²⁰, *Monografia de São Jerônimo*, em defesa dos benefícios da extração do carvão na região em nome da independência nacional dessa fonte de energia para o processo de industrialização do Brasil. Essas obras confundem-se temporalmente

¹³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

¹⁴ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

¹⁵ CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

¹⁶ Pároco na região carbonífera desde a década de 1950, foi fundador e diretor das escolas cenecistas de Arroio dos Ratos, localidade onde ainda reside.

¹⁷ Reconhecido professor da rede pública municipal de São Jerônimo, dedica-se à pesquisa da história da região carbonífera.

¹⁸ Doutor em Letras e Letras Clássicas, era professor do Departamento de Linguística e Filologia do Instituto de Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Apesar de focado numa tentativa de análise etnográfica dos mineiros, esta obra contribuiu com informações relevantes sobre as companhias mineradoras de carvão da região de São Jerônimo e como as mesmas inseriam-se, de uma forma ou de outra, na vida destes operários.

¹⁹ Engenheiro das minas da CEFMSJ, na sua obra Dahne faz uma apologia ao ramo em prol de benefícios estatais.

²⁰ Simch atuou como médico na região e ingressou na vida pública tendo ocupado o cargo de prefeito de São Jerônimo entre 1937 e 1946. A monografia destaca o potencial carbonífero da região e se coloca, na maioria das vezes, em consonância com as ações das companhias de mineração, especialmente nos aspectos em que estão envolvidos o CADEM e Roberto Cardoso, seu diretor-presidente.

com a própria memória institucional do MCAR, sendo inevitável pensar se as mesmas serviram, e de que maneira, de referencial na construção conceitual e formal das exposições do Museu.

Do mesmo modo, são imprescindíveis os trabalhos histórico e antropológico sobre a formação da identidade mineira. Destacam-se os estudos de Clarice Speranza²¹, de Marta Cioccarri²² e de Cornélia Eckert²³, os quais contribuem com análises do ambiente do trabalho mineiro – perigoso e insalubre – na determinação da identidade gerada. Essas pesquisas, juntamente com as dezoito entrevistas concedidas por mineiros aposentados ao Centro de História Oral (CHO)²⁴, no ano de 2002, são a base para entender como a comunidade da região carbonífera foi gestada e se percebe nos dias atuais. As histórias dos mineiros, seu cotidiano debaixo da terra, seus medos, suas lutas e o sentimento de solidariedade da categoria, transparecem nas entrevistas realizadas no espaço do Museu Estadual do Carvão. Como base para a compreensão deste processo identitário no seio da comunidade carbonífera está a tese da historiadora Isabel Bilhão, *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto alegrenses (1896-1920)*, que analisa o processo de construção identitária do operariado, no caso o porto-alegrense a partir das experiências constitutivas dos sujeitos sociais.

Vale-se ainda do trabalho dedicado ao Museu do Carvão, de autoria da historiadora Tassiane Mélo de Freitas²⁵, a qual expõe a patrimonialização dos

²¹ SPERANZA, Clarice. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50*. 2012. 272f. Tese. (Doutorado em História) PPG em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2012. E os já citados artigos na Revista Topoi e Revista ArtCultura.

²² CIOCCARI, Marta. *Do gosto da mina, do jogo e da revolta: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão*. 2010. 482 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

²³ ECKERT, Cornélia. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas – Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPG Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1985.

Id. Do corpo dilapidado a memória reencantada. In: *Corpo e Significado: ensaio de Antropologia Social*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

Id. *Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França)*. Curitiba: Appris, 2012.

²⁴ Órgão do Estado do Rio Grande do Sul, fundado durante o governo Olívio Dutra (1999 – 2003). Os cortes de pessoal juntamente com a alteração das políticas públicas em favor da cultura levaram ao fechamento do Centro de História Oral no ano de 2004. Diante desta situação, o resultado de suas pesquisas ficou salvaguardado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul até o ano de 2013, quando as fitas cassetes contendo as entrevistas foram encaminhadas ao Museu Estadual do Carvão.

²⁵ FREITAS, Tassiane Mélo de. *De Complexo Carbonífero a Museu: o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil*

remanescentes do complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, seus usos e abusos. O material levantado pela pesquisadora tem sido de grande ajuda no entendimento da relação do Museu com a comunidade carbonífera.

No capítulo seguinte, intitulado *Memória e Poder: a construção do Museu Estadual do Carvão (1980 – 1994)*, abordou-se a construção do Museu do Carvão em três etapas, de acordo com diferentes governos do Estado do Rio Grande do Sul: (1) a fase de criação do MCAR (1983-1986); (2) o período de hiato em que o museu permaneceu “em construção” até sua abertura (1987-1991); e (3) a fase de restauração e concepção da exposição de longa duração, culminando na reabertura do Museu (1991-1994). Em meio a essa abordagem, aos embates políticos e disputas intelectuais para a concepção deste espaço cultural, foi preciso avaliar a tipologia em que o MCAR enquadra-se, a fim de compreender os projetos idealizados pelos agentes envolvidos neste processo.

Tomada como referência a denominação que o Museu do Carvão dá a si próprio – museu de história –, partiu-se de reflexões sobre esta tipologia de museu, sua relação com a legitimação de memórias e constituição de identidades realizadas por Myriam Sepúlveda dos Santos²⁶, Francisco Régis Lopes Ramos²⁷ e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses²⁸. A literatura que se debruça sobre esta tipologia de museu geralmente situa sua origem na Europa do final do século XVIII, sagrando-se como a conhecemos no século XIX, concomitantemente à formação dos Estados Nacionais, todavia, suas características são observáveis em esferas regional e local, como no caso do Museu do Carvão, uma vez que gozam do status de templo da memória e de identidades, e são ferramentas eficazes de legitimação de determinada interpretação do passado. Neste sentido, as ponderações feitas por Camilo de Mello

(1983 – 1994). 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). PPG Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

²⁶ SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

²⁷ RAMOS, Francisco R.L. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Editora Argos, 2004.

²⁸ MENENSES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. *Ciências & Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre, n. 27, p.91-101, Jan./Jun. 2000.

Id. Do teatro da memória ao laboratório de história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan. /dez. 1994.

Id. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*. Nova série, v. 1. São Paulo: MP/USP, p. 207-309, 1993.

Id. *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista/ USP, 1992.

Vasconcellos²⁹ sobre o processo de institucionalização da memória/história da Revolução Mexicana no Museu Nacional de História do México também auxiliam no entendimento da institucionalização de uma memória/história do trabalho mineiro.

Apesar do Museu do Carvão não se intitular ou se perceber como um museu da indústria, esta reflexão foi realizada a partir das ponderações sobre o patrimônio industrial de Cristina Meneguello³⁰, Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro³¹ e Marília Xavier Cury & Mirian Midori Peres Yagui³², principalmente este último sobre o patrimônio provindo do setor elétrico, visto que a instituição deste estudo de caso foi fundada a partir das ruínas de um complexo termelétrico. Cabe aqui observar que, de acordo com alguns economistas, estamos passando novamente por um momento de incerteza quanto ao futuro da indústria brasileira, dessa forma, entende-se ser relevante a discussão, não tanto das causas de uma desindustrialização ou se, de fato, está ocorrendo, mas as marcas e necessidades deixadas por esse processo nos grupos envolvidos. É preciso trazer aporte para o reconhecimento destes complexos fabris como patrimônio histórico e sociocultural, pois se trata da possibilidade de reintegração desses espaços à vida urbana e de afirmação de identidades com base na memória do trabalho contida nesses locais. Apesar de tratar separadamente das tipologias de museus – museu de história e de indústria –, ambas estão imbricadas nas relações entre memória e identidade, uma vez que para obter significação o museu da indústria e tecnologia necessita incorporar ao seu patrimônio material o seu legado histórico social.

No terceiro capítulo, *A identidade mineira no discurso expositivo do Museu Estadual do Carvão*, são levantados questionamentos sobre os discursos

²⁹ VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana: o Museu Nacional de História do México (1940-1982)*. São Paulo: Alameda, 2007.

³⁰ MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio Industrial como tema de pesquisa. *Anais do I Seminário Internacional do Tempo Presente*. Florianópolis, UDESC/ANPUH-SC, PPGH, p. 1819-1834, 2011. MENEGUELLO & RUBINO. Preservação do patrimônio industrial no Brasil. Entrevista concedida a Maria Cristina Schicchi. *Revista Óculum Ensaios*, PUC-Campinas, p. 124-131, 2005.

³¹ LOUREIRO, M.L.N.M.; BISPO, L. Musealização como estratégia de preservação: Estudo de Caso sobre um previsor de marés. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST*. Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 49-67, 2012.

LOUREIRO, M.L.N.M.; LOUREIRO, J.M.M. Documento e musealização: entretecendo conceitos. *MIDAS*. Évora, n.1, p. 1-13, 2013.

LOUREIRO, M.L.N.M. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. *Seminário Iberoamericano de Investigación em Museología*, 3. Madrid, 2011.

³² CURY, M.X.; YAGUI, M.M.P. A musealização do setor elétrico em São Paulo: construção de perspectivas para as usinas hidroelétricas. *Labor & Engenho*. Campinas, v.9, n.1, p. 104-134, jan. /mar. 2015.

expográficos, sobretudo a construção de sua narrativa, visto que os museus foram, e ainda são, um dos inúmeros espaços de disputas político-ideológicas. Essa afirmação é articulada com o conceito de memória cultural cunhado por Jan Assmann³³ e Aleida Assmann³⁴ para compreender a cristalização de determinada memória provinda das instituições museológicas. Assim, foram descritas e analisadas a exposição de longa duração do Museu Estadual do Carvão, “Ecos do carvão presente na cultura”, criada em 1994 sob a direção de Fábio Coutinho³⁵, quando da reabertura do museu; e a mesma exposição passados 20 anos, em 2014. Conforme informação do ex-diretor Fábio Coutinho, após a reabertura da instituição, o acervo sofreu um incremento considerável por parte das empresas mineradoras e pela comunidade, modificando alguns aspectos da exposição, por esse motivo foram necessárias apresentação e análise da exposição na atualidade, mesmo tendo seu gabarito no discurso expositivo de 1994.

Para descrição e análise das exposições foi utilizado como referência a metodologia proposta por Camilo de Mello Vasconcellos na tese, *Imagens da Revolução Mexicana: o Museu Nacional de História do México (1940-1982)*; por Agda A. S. Pinto para estudo dos museus acreanos, na dissertação *O discurso identitário nos museus de Rio Branco, Acre: uma análise de narrativas expositivas*; e por Tayanne Gama de Souza, na dissertação *Entre identidades e interatividades: um estudo de caso d'O Museu de Marajó, Pará, Amazônia*³⁶. A descrição detalhada das exposições buscou elencar os elementos que compõem o discurso comunicado no Museu do Carvão, ou seja, quais objetos, símbolos e personagens foram escolhidos para compor o discurso museológico e sua localização no espaço musealizado. Após

³³ ASSMANN, Jan. *Cultural Memory and Early Civilization. Writing, remembrance and political imagination*. Cambridge University Press, 2011b.

Id. Communicative and cultural memory. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin; New York: De Gruyter, p. 109-118, 2008b.

Id. Collective Memory and Cultural Identity. Translated by John Czaplicka. *New German Critique*. Nº 65, Cultural History/Cultural Studies (Spring-Summer), p. 125-133, 1995.

³⁴ ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação – formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora Unicamp, 2011a.

Id. Canon and Archive. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin; New York: De Gruyter, p. 97-107, 2008a.

³⁵ Não foram encontrados documentos a respeito da exposição que possam dizer a quem se deve o projeto curatorial, tão pouco o ex-diretor Fábio Coutinho credita a si mesmo todo o trabalho. Por este motivo, tratar-se-á aqui da pessoa de Fábio Coutinho como representante de um projeto.

³⁶ Essas últimas três defendidas junto ao PPGMus.

descrição, procedeu-se à análise a fim de compreender de forma crítica qual a visão de identidade e de memória mineiras foi e está sendo comunicada em seu discurso.

Ao final deste capítulo, a partir das experiências trazidas, das reflexões levantadas e do conhecimento adquirido apresenta-se uma proposta de intervenção neste espaço museológico, que abarca não apenas o acervo contido na reserva técnica, mas também sua paisagem, seus prédios e demais remanescentes. Haja vista que parte das estruturas do Museu do Carvão apresentam-se sob a forma de ruína, tornou-se relevante também a reflexão acerca deste conceito e como o mesmo se coloca dentro da realidade estudada.

Por fim, retorno ao título desta pesquisa: *Nós criamos uma raça*. Essa afirmativa foi dita por um ex-operário das minas quando discorria sobre seu grupo e as condições específicas de trabalho a que eram expostos os mineiros. A sentença completa: “o rigor da nossa atividade nos criou um tipo diferenciado de operário [...] nós criamos uma raça” ³⁷. Fica a provocação, se pensarmos na identidade disseminada pelo Museu do Carvão, quem é esse “NÓS” criador e, sobretudo, que “RAÇA” (identidade) está se criando a partir do museu?

³⁷ LIMA, Juarez Adão. Entrevista concedida ao documentário *Ouro negro: a saga do carvão*. 2006. Disponível em: <<http://vimeo.com/15749032>>

CAPÍTULO 1. A construção da identidade mineira na comunidade de Arroio dos Ratos/RS

*[...] o rigor da nossa atividade nos criou um tipo diferenciado de operário [...] nós criamos uma raça.*³⁸

A fala do ex-mineiro Juarez Adão Lima, como já dito na introdução, inspirou o título dessa pesquisa como uma forma de provocação e chamada a reflexão sobre identidades nos museus. Todavia, também sintetiza aquilo que se pretende neste primeiro capítulo: compreender a construção da identidade do operário mineiro, e consequentemente, da própria comunidade carbonífera do Baixo Jacuí. Para tanto, fez-se necessário percorrer o histórico dessa atividade na localidade, com atenção ao espaço que abarca hoje o Museu do Carvão, ou seja, onde se encontrava o Poço Fraternidade (Poço I), existente desde 1908, e a Usina Termoelétrica da Companhia Estrada de Ferro de Minas e São Jerônimo, em funcionamento desde 1924.

Em um primeiro momento buscou-se contextualizar os remanescentes do antigo complexo carvoeiro gaúcho, descrevendo o surgimento da indústria carbonífera no Rio Grande do Sul, na localidade de Arroio dos Ratos, o ofício mineiro e a vila operária desenvolvidos lá, abordando estes aspectos na construção da identidade mineira. Por fim, é alvo de apreciação o processo de desindustrialização desta área, ocorrido na década de 1950, seu impacto nessa comunidade e sua relação com a criação do Museu Estadual do Carvão.

1.1. As primeiras tentativas de extração de carvão

De acordo com Carlos Simch, a descoberta do carvão mineral no Rio Grande do Sul ocorreu no final do século XVIII, quando um soldado português se deparando com o minério, encaminhou a amostra extraída para a maior autoridade da capitania naquele período, Rafael Pinto Bandeira³⁹. Mesmo não obtendo o reconhecimento

³⁸ Ibidem.

³⁹ SIMCH, Carlos Alfredo. *Município de São Jerônimo. Monografia*. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961, p. 192.

esperado, as buscas prosseguiram (Simch menciona descobertas do mineral na região nos anos de 1807 e 1825), mas novamente estas iniciativas foram abortadas quando não receberam aporte financeiro dos governantes (primeiro da Coroa Portuguesa, e posteriormente do Governo Imperial), os quais não vislumbravam retorno aos vultosos investimentos necessários para a prospecção do mineral nos moldes do que ocorria na Europa.

Passado o conturbado período da Revolução Farroupilha (1835-1845), em 1848, o governo imperial finalmente investiu em explorações e estudos mais densos nas minas de carvão da região⁴⁰, inaugurando uma fase de significativas transformações econômicas e sociais no Baixo Jacuí. Ao assumir o governo provincial em 1852, João Lins Cansanção de Sinimbu demonstrou interesse na busca pelo mineral, e como aponta Cristina Ennes da Silva, o mesmo o fazia com base nas amostras prospectadas da localidade de Arroio dos Ratos, onde “o carvão era encontrado após a perfuração de uma finíssima camada de solo”⁴¹, obtendo a autorização e financiamento do Império para exploração às margens do Rio Jacuí.

Para o pároco e pesquisador da história mineira Ervino Sulzbach, o sucesso destas prospecções foi possível pela atuação do mineiro inglês James Johnson, considerado na comunidade o “Pioneiro da Mineração”⁴²:

Johnson procurou então 10 mineiros de profissão, naturaes do paiz de Galles que se achavam como colonos na próxima serra do Herval, e começou a extração de carvão tirando centos de toneladas que foram transportadas para a villa de São Jeronymo, parte em cargueiros, parte em carretas, pagando 10\$ a tonelada por transporte da mina até São Jeronymo e 2\$000 de São Jeronymo até Porto Alegre.⁴³

Johnson permaneceu na região de 1855, quando da abertura do primeiro poço, o qual foi rapidamente abandonado devido às complicações quanto à drenagem da água, até 1873, quando foi afastado pela governança da Província da administração da empresa *The Imperial Brazilian Collieries C. Limited*, morrendo logo em seguida.

⁴⁰ DAHNE, E. S. Eugenio. A mineração de carvão e as concessões da companhia no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo: Estabelecimento typographico de Gundlanch, 1893.

⁴¹ SILVA, Cristina Ennes da. *Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul. (1883/1945)*. 2007. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007, p. 42.

⁴² SULZBACH, Ervino Lothar. Arroio dos Ratos: berço da indústria carbonífera nacional. 2. ed. Arroio dos Ratos: PBS, 1989a, p. 51-53.

⁴³ DAHNE, op. cit., p. 7.

Desde 1866, o governo imperial concedera a Johnson e a seu associado, Ignacio José Ferreira de Moura, autorização para explorar as minas de carvão, porém a *The Imperial Brazilian Collieries C. Limited* obteve aval para funcionar apenas em 1872, via decreto, em treze de abril daquele ano. Essa data marca, para muitos, o início da indústria carbonífera no Brasil, e, não por acaso, foi escolhida data de fundação da cidade de Arroio dos Ratos a fim de demarcar sua “origem”⁴⁴.

Segundo o pesquisador Jöel Candau, são dois os pilares os quais se fundam identidades: a origem e o acontecimento, referidos pelo antropólogo como “*pedras numerárias*”⁴⁵. Para o autor, a legitimação do passado a partir destes marcos primeiros sancionam a filiação a certas identidades, e naturaliza a comunidade a partir da escolha dos seus fundamentos históricos. Candau ainda evidencia uma espécie de “*pedagogia das origens*” que compõem a identidade narrativa dos sujeitos, assegurando a estrutura identitária do grupo⁴⁶, tal como proposto por muitos museus históricos, ou seja, a origem e os acontecimentos são percebidos como balizadores temporais segundo os quais os processos de identificação são possíveis⁴⁷. Para a comunidade mineira a oficialização da extração foi marco inaugural e a figura de James Johnson dada como pai fundador, mesmo que a empresa inglesa tenha falido rapidamente⁴⁸.

A empresa inglesa foi adquirida pela alemã *Holtzweissig e Cia.*, que já possuía direitos na lavra do carvão em outras localidades. Os problemas persistiram, especialmente em relação à comercialização do carvão, fazendo com que a *Holtzweissig e Cia.* desistisse da empreitada antes mesmo do período concedido a ela. Assim, em 1883 foi criada a Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos (CMCPAR), primeira empresa mineradora formada inteiramente a partir de capitais nacionais⁴⁹, contribuindo para a construção da nova estrada de ferro para o porto de Charqueadas, local onde o carvão passou a ser embarcado para a comercialização. Não resistindo à concorrência inglesa, em 1888, sofre liquidação

⁴⁴ Ao contrário da maior parte das cidades da região, o aniversário de Arroio dos Ratos não está ligado à sua emancipação política, que se deu em 28/12/1964, mas a uma data de fundação escolhida pelos envolvidos no processo de emancipação, no caso o 13 de abril.

⁴⁵ CANDAU, op. cit., p. 95.

⁴⁶ Ibidem, p. 98-99.

⁴⁷ Nesse sentido fica muito clara também a importância dos museus históricos para essa pedagogia em meio aos grupos.

⁴⁸ SULZBACH, 1989a, p. 52-53.

⁴⁹ DAHNE, op. cit., p. 7.

judicial, contudo, seu curto período de atuação marca o interesse imperial pela lavra do combustível, fato corroborado pela visita da Princesa Isabel a Arroio dos Ratos, em 1885, inaugurando o poço de extração batizado, em sua homenagem, Poço Isabel. E do mesmo modo que a oficialização da mineração foi episódio constituinte para uma identidade mineira, este evento tornou-se parte do imaginário dessa comunidade e, sobretudo, do imaginário sobre essa região.

1.2. A CEFMSJ e o CADEM: trabalho, cotidiano e identidades

Com o advento das 1ª e 2ª Guerras Mundiais, a necessidade de suprir o fornecimento de carvão para o desenvolvimento nacional, fez com que o olhar do governo se voltasse para as jazidas ao sul do país. A CEFMSJ foi protagonista da estabilização da extração do carvão brasileiro, durante a Primeira Guerra Mundial; e sua sucessora, o CADEM, vivenciou o auge da extração durante a Segunda Guerra Mundial, bem como seu declínio com o aparecimento de outras fontes de energia. A união das duas neste subcapítulo se dá pelas profundas transformações que ambas produziram na comunidade carbonífera na primeira metade do século XX, legado patrimonial material e imaterial.

Para além da experiência de trabalho diferenciado e da estrutura extra-fábrica em torno do qual se formou a comunidade carbonífera arroio-ratense, será abordado o processo de desindustrialização sofrido por esta na compreensão da forma de apropriação dos vestígios materiais e imateriais da época áurea do carvão como patrimônio mineiro.

1.2.1. As empresas

Em 1889, tem-se início as atividades da quarta empresa a prospectar o solo da região em busca de carvão, **a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ)**. A empresa recém-formada encontrou as minas de carvão existentes em péssimo estado de conservação e as mesmas dificuldades ante à

concorrência europeia, que não pagava impostos de importação⁵⁰, todavia, sob sua direção, a exploração do ouro negro⁵¹ alcançou notoriedade e altos níveis de produtividade, contribuindo para a nova configuração da pequena vila de Arroio dos Ratos. É deste período a abertura do Poço I, a construção da Usina Termoelétrica, galerias, resfriador e oficinas, componentes fundamentais para o espaço que hoje abriga o Museu do Carvão e compõem o Parque Estadual do Carvão.

A partir do início da Primeira Guerra Mundial, vê-se a formação de um cenário favorável ao acelerado crescimento da extração e do consumo do carvão mineral gaúcho. Este momento representa, através do legado material, o tempo áureo da criação de uma infraestrutura voltada para a otimização do processo extrativo do mineral e também em relação ao seu aproveitamento junto ao próprio local de extração. Porém, diante do crescimento da indústria carvoeira, não foram apenas mudanças materiais que se deram na pequena vila, segundo Simch, em 1908, com a abertura do Poço I e o assentamento desta empresa privada, *“grande número de mineiros espanhóis, [foram atraídos] com suas famílias, o que trouxe nova energia aos trabalhos da mina”*⁵² e novas ideias.

Em 1936, a partir da junção da Companhia Carbonífera Rio-Grandense, da vila de Butiá, com a Companhia Estrada de Ferro de Minas e São Jerônimo, da vila de Arroio dos Ratos, é criado o **CADEM – Consórcio Administrador de Empresas de Mineração**. A empresa foi protagonista, na década de 1940, sobretudo em função da Segunda Guerra Mundial, de novo período de grande produtividade e consumo do carvão que viria a deixar outro expressivo aparato patrimonial. A diferença ocorreria em relação à destinação das construções e também no que dizia respeito aos objetivos visados, já que não se tratava mais de incrementar o processo produtivo, o CADEM preocupava-se em criar condições para permanência do trabalhador na localidade onde ocorriam as atividades mineradoras.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Como ficou conhecido o carvão mineral no auge da sua extração, entre as décadas de 1930-1950.

⁵² SIMCH, op. cit. p. 203. Segundo Freitas (2017, p. 36), os imigrantes que se instalaram na região vinham de diversos países da Europa: Inglaterra, Portugal, Áustria, Polônia, França e foram alvo de crítica de Sulzbach que atentou para o caráter duvidoso e desviante destes europeus. Para o pároco, pessoas *“nem sempre [...] de boa reputação ou de comportamento recomendável”* e por isso mesmo acabaram por aceitar o penoso trabalho nas minas de carvão da região. SULZBACH, Ervino Lothar. Perfil de um minerador. Arroio dos Ratos: PBS, 1989b, p. 17.

1.2.2. O trabalho e a identidade operária mineira

Para entender como se deu a construção da identidade operária dos mineradores de Arroio dos Ratos, partiu-se dos três aspectos definidos por Isabel Bilhão no caso do operariado porto-alegrense do final do século XIX e início do XX, são eles: o reconhecimento, a distinção e a memória coletiva⁵³.

Acerca do “reconhecimento”, Bilhão ressalta a ressignificação do estigma do trabalho braçal em algo a se sentir orgulho, as dificuldades e perigos do ofício são símbolos de honra e elementos constituintes da identidade operária porto-alegrense⁵⁴. Para as minas de Arroio dos Ratos, inúmeros são os relatos das condições de trabalho⁵⁵, histórias cotidianas pontuadas por aspectos rudimentares do ofício que ofereciam risco à mão de obra empregada na atividade mineradora, mas sobretudo, narrativas marcadas pelo medo de não retornar do subsolo – afinal, o ofício nas minas era “um inferno na terra” –, pelo orgulho e pelo sentimento de solidariedade da categoria⁵⁶.

A extração do carvão do subsolo, processualmente, dava-se da seguinte maneira: abertura das galerias, extração do carvão, transporte até a saída do poço e seu traslado para a superfície⁵⁷. Na prática, os operários eram organizados em três “ternos” de 8 horas, cada um em sua tarefa específica (cartucheiros, furadores, tocador de carro, madeireiro, entre outros), expostos tanto à dureza quanto à fragilidade da mina de carvão

O turno de trabalho era de oito horas (...) O trabalho era perigosíssimo. O serviço mais perigoso que existe no mundo. Eu trabalhava nas galerias, muitas vezes caíam pedras e matavam operários, pois não havia segurança de maneira que chegasse às frentes que estavam

⁵³ BILHÃO, Isabel. Aparecida. *Identidade e Trabalho*: análise da construção identitária dos operários porto alegrenses (1896-1920). Tese. (Doutorado em História) PPG em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2005, p. 253.

⁵⁴ Ibidem, p. 52-53.

⁵⁵ As entrevistas cedidas ao projeto Memória Mineira são essenciais na tentativa de compreender o universo de trabalho nas minas de carvão do Rio Grande do Sul. O extinto Centro de História Oral (CHO), vinculado à Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC/RS), em parceria com o Museu Estadual do Carvão, realizou este projeto de história oral com dezessete mineiros, em Arroio dos Ratos. As fitas cassetes das entrevistas e disquetes contendo os documentos produzidos (levantamentos bibliográficos, questionário, transcrição e texto limpo), desde 2013, pertencem ao acervo do Museu do Carvão.

⁵⁶ Ver as obras de Clarice Gontarski Speranza, Felipe Figueiró Klován e Tassiane Mélo de Freitas.

⁵⁷ SULZBACH, 1989b, p. 49.

extraíndo carvão. Não podiam escorar na mesma hora e às vezes caíam pedras.⁵⁸

Outro ex-mineiro expõe os percalços de algumas funções:

O trabalho era muito pesado, principalmente para os “tocadores” de carro, que forcejavam muito. O trabalho de “furação” também era muito difícil, faziam, a martelo, um buraco na parede de uns dois metros e depois carregava com pólvora, dinamite.⁵⁹

Ante as más condições de trabalho, em 1943, com o advento da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), foram instituídas melhorias entre elas um turno de 6 horas. Esta medida em específico desagradou as empresas mineradoras, a tal ponto da diretoria do CADEM pedir ao governo federal uma revisão das disposições tomadas antes que entrassem em vigor⁶⁰.

Sobre os equipamentos de segurança, inicialmente, também não pareciam ser uma preocupação das companhias, sendo os trajes de trabalho um calção, alpargatas e os típicos boné de couro e lampião de carbureto (fig.1).

O serviço lá embaixo era fogo. Ah, meu filho, o serviço lá embaixo... ar saturado, trabalhar só com um calçãozinho e suando, entrando e saindo, todo esfolado, aquelas pedras de carvão às vezes caindo, rasgava o pescoço.⁶¹

O mineiro suava muito. Então, o boné, ele isolava; boné de couro, não de brim, nem de lã; é de couro, de sola. Era usado, pois era proteção sobre a energia elétrica.⁶²

⁵⁸ ÁVILA, Romero Martins de. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. (Acervo do MCAR).

⁵⁹ SERPA, Vital. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. (Acervo do MCAR).

⁶⁰ SPERANZA, 2012, p. 119.

⁶¹ PEDROSO, Antônio. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. (Acervo do MCAR).

⁶² GOMES, João Ramos. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. (Acervo do MCAR).

Figura 1. Visita de engenheiros às minas (Fonte: Acervo do MCAR). Atenção aos trajés, equipamentos e expressões dos operários visitantes e dos assíduos da mina.

Além do árduo trabalho da atividade extratora definir o auto-reconhecimento, definiu o reconhecimento do outro, modificando definitivamente as relações sociais. Em outras palavras, a atividade mineradora, repleta de perigos e incertezas, incentivou também o companheirismo e a solidariedade entre os da classe.

Aliás, se o mineiro tem uma série de qualidades, eu diria, que essa é a marca maior: a solidariedade. Isto se demonstra frente aos acidentes, através de múltiplas formas. Antes que a previdência, que a burocracia desse o amparo nas questões relativas à viuvez e orfandade, a classe estava lá. Em alguns casos, quando chegava a solução da previdência, esta não era mais necessária.⁶³

São, assim, de acordo com Speranza, a coragem ante o perigo – *“tem coragem para baixar a mina”*⁶⁴ – e a solidariedade os atributos definidores da identidade do operário mineiro. E para além disso, definidores da masculinidade dos indivíduos.

⁶³ LIMA, Juarez Adão. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. (Acervo do MCAR).

⁶⁴ Tassoni Sobrinho, José. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. (Acervo do MCAR).

[...] ser “homem” é considerado importante para a sobrevivência diária no duro cotidiano da mineração, mas também define as relações internas do grupo e deste com a classe dominante.⁶⁵

Ao perceber o reconhecimento como parte da identidade operária, Bilhão notou também a distinção. É evidente que na construção identitária não se pode negligenciar que sua existência sempre se dá em relação ao “Outro”, ou seja, para a existência de um grupo, faz-se necessária a existência também de algo/alguém externo, uma ameaça que assume a condição de demarcador dos limites (muitas vezes imaginário), distinguindo-os e assegurando a lealdade e cooperação na esfera grupal⁶⁶. No caso da identidade operária, teremos sempre a empresa ou os patrões como o Outro⁶⁷ e, mesmo assim, não há como afirmar que uma identidade, seja ela qual for, é homogênea, pois está constantemente em processo de (re)formulação. Não podemos atribuir-lhe uma essência imutável, mesmo que muitas vezes o grupo identitário busque a construção de uma uniformidade apoiada em memórias livres de contradições.

Independente da heterogeneidade do grupo operário mineiro (nacionalidades, etnias, credos, cargos e funções de trabalho), no seio desse são perceptíveis condições para coesão, as quais se sobressaíram às diferenças: (1) as dificuldades e sacrifícios físicos na realização do ofício mineiro (o reconhecimento); e (2) a condição paternal e isolamento geográfico, criados pela própria empresa exploradora, dando sentido de unidade ao grupo em busca dos seus direitos, distinguindo-os dos “exploradores capitalistas” (a distinção)⁶⁸.

Por último, Bilhão apresenta o terceiro aspecto constituinte da identidade operária, a memória coletiva. Quando pensamos em memória, dois apontamentos se apresentam: o primeiro deles, que é uma atividade exclusivamente individual; e o segundo, que se trata do passado. Ambos foram revistos pelo sociólogo Maurice Halbwachs na obra *A Memória Coletiva* (1950), na qual o autor afirma que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e estabelecido socialmente, sujeito a transformações e mudanças constantes. No ato de lembrar-se não somente descemos nas profundezas da nossa mais íntima vida

⁶⁵ SPERANZA, 2009, p. 76.

⁶⁶ BILHÃO, op. cit., p. 68-87.

⁶⁷ Não entrar-se-á na discussão sobre a heterogeneidade do operariado e dos embates discursivos entre seus próprios integrantes. Ver a obra de César Augusto B. Queirós e Isabel Bilhão.

⁶⁸ CIOCCARI, op. cit., p. 9; BILHÃO, op. cit., p. 254.

interior, mas introduzimos uma ordem e estrutura nesta, que é socialmente condicionada, e que nos liga ao mundo. Decorre daí que não há distinção clara entre memória individual e coletiva, pois a memória cresce na relação com outras pessoas e as emoções cumprem um papel crucial neste processo.

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e este ponto de vista modifica-se segundo tempo-lugar que o indivíduo ocupa. Portanto, mesmo se tratando, *a priori*, de uma lembrança do passado, a mesma tem seu “gatilho” disparado na atualidade, em resposta às demandas do presente. Assim, relacionada às nossas necessidades, entende-se também que a *memória é seletiva*, ou seja, escolhemos, conscientemente ou não, o que lembrar e o que esquecer. Sobre as formas que apreendemos essas experiências passadas, o pesquisador Michael Pollak ainda acrescenta que há diferentes modos de percebê-las: as vividas pessoalmente; e as “vividas por tabela”, cujo os acontecimentos são vivenciados pela coletividade a qual a pessoa se sente pertencente, estando ou não dentro do espaço-tempo dos indivíduos, como é o caso de muitos descendentes de mineiros. Isso significa também que a *memória é herdada*⁶⁹.

Todas essas afirmativas – memória é uma construção cultural, coletiva, seletiva e herdada – apontam para esta íntima ligação com o sentimento de pertencimento e identidade. Porém não se trata apenas de aludir à formação de uma memória comum compartilhada, também é preciso considerar o esquecimento como um dado importante (uma memória livre de contradições). Esquecer a adversidade interna faz parte da construção da identidade, a qual produz e se reproduz na diferença com o Outro, e realiza a manutenção das hierarquias sociais.

Não [havia disputas ou rivalidades]. Cada um trabalhava, fazia o que podia para ver se ganhava mais, mas não havia olho grande no que ganhava mais. Às vezes um era mais trabalhador que o outro, produzia mais carvão. Os chefes tinham direito de folgar, ganhavam bastante, mas não tínhamos ciúmes deles.⁷⁰

Nesta pesquisa, entende-se que a identidade operária mineira não é condição definitiva, tão pouco fundou-se na homogeneidade, mas que se baseia no orgulho e na honra (para Speranza bravura e coragem, próprios do universo masculino), que

⁶⁹ POLLAK, op.cit., p. 201-204.

⁷⁰ SUTEL, Mathias. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. (Acervo do MCAR).

sua existência depende do antagonismo dos patrões e que, por ser um processo contínuo de (re)construção, necessita ser (re)lembrada.

1.2.3. A vila operária e uma identidade mineira para além do operariado

Como já é sabido, a herança material deixada pela empresa não se restringiu ao espaço da fábrica, mas por toda a cidade de Arroio dos Ratos, quando ainda vila operária. Essa prática das grandes empresas já havia sido estudada por Michelle Perrot, na França, e Freitas destaca a similaridade na vila operária gaúcha, sobretudo no que se refere ao controle da Companhia para além de seus muros, estendendo-o à vida cotidiana dos trabalhadores⁷¹.

O paternalismo nos moldes europeu, foi alternativa diante da extinção da produção oficial e familiar para a industrial: do comando pela família evoluiu-se para a supervisão através da família, de modo que a mesma era vigiada, moldada e regulada pelo seu empregador. O pesquisador Elias Estanque aponta que o resultado desse processo foi a perda da autonomia pelo grupo comunal, onde antes tinha-se um reduto de resistência, passou a existir um veículo de dominação⁷². Para alguns autores, com a introdução dos processos industriais tem-se o fim dos grupos comunais, contudo, assim como a fábrica é pensada produzindo formas de identificação específica, a vila operária – uma particularidade da experiência arroio-ratense – também pôde fazer emergir o sentido de partilha comunitária geralmente inscrito nas identidades coletivas. Portanto, a saber, entende-se aqui comunidade como conjunto de *“relações sociais reunidas em torno da produção e reprodução de territórios físicos e simbólicos e identidades e identificações comunitárias”*⁷³, abrangendo não apenas os trabalhadores, mas suas famílias e todos aqueles que dependiam da estrutura montada pela fábrica.

Desta forma, a vila operária arroio-ratense, assim como outras vilas do Baixo Jacuí, foi organizada numa lógica trazida pelas companhias mineradoras europeias e se estruturou como comunidade naquilo que Klován chamou de *“mina-com-vila-*

⁷¹ PERROT, 2006 apud FREITAS, op.cit., p. 44.

⁷² ESTANQUE, Elísio. *Entre a Fábrica e a Comunidade: subjetividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Editora Afrontamento, 2000, p. 94-95.

⁷³ SANTOS, 1995 apud ESTANQUE, op.cit., p. 62.

*operária*⁷⁴ e Eckert, com base nos estudos de Philippe Ariès, nomeou "*microcivilização mineira e católica*"⁷⁵. Este conjunto de relações têm por base o paternalismo, cuja função era criar uma situação de dependência do operariado em relação à Companhia⁷⁶, visto que "(...) *as terras, as casas, a luz, a água, o telefone, o hospital, a cooperativa e outras coisas mais, eram propriedade exclusiva dela*"⁷⁷. Para compreender as redes em que o trabalhador mineiro foi envolvido, fez-se uma síntese das principais medidas assistencialistas das empresas mineradora na região carbonífera do Baixo Jacuí.

A) MORADIA

As residências eram de propriedade da companhia mineradora, desta maneira, os mineiros tinham a posse da casa apenas enquanto trabalhassem nas minas, ou quando fosse interesse da empresa manter o empregado. De acordo com Sulzbach⁷⁸, as pessoas vinham em profusão para a região mineradora em busca de trabalho, pois sabiam que todos os trabalhadores que se engajassem na atividade de extração do carvão teriam moradia garantida a partir do pagamento de uma módica quantia a título de aluguel.

Segundo Silva, um dos mecanismos de propaganda para o recrutamento de mão de obra rural provinda de outras regiões do Rio Grande do Sul era a apresentação do modelo de casa que o operário poderia ter ao fazer parte do quadro funcional da companhia de mineração⁷⁹. Todavia, a historiadora ressalta também que

[...] a Companhia concedia, mas esperava que seu operariado, consciente e agradecido pelo que lhe era dado, mantivesse uma postura correta em relação ao trabalho e à própria empresa, que, em última instância, era percebida como a "grande mãe brasileira", a qual

⁷⁴ KLOVAN, Felipe. *Sob o Fardo do Ouro Negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930*. Dissertação. (Mestrado em História) PPG em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2014, p. 66.

⁷⁵ ECKERT, 2012, p. 18.

⁷⁶ Segundo as pesquisas de Klovan, a dívida contraída pelos aluguéis da moradia e dos equipamentos, bem como alimentação, mantinham o trabalhador vinculado à fábrica, por consequência, à vila (KLOVAN. op. cit., p. 82-91).

⁷⁷ SULZBACH, 1989b, p. 18.

⁷⁸ SULZBACH, 1989a, p. 17.

⁷⁹ SILVA, 2007, p. 238-239.

dava, mas, em troca, esperava obediência. Era o controle da conduta do trabalhador.⁸⁰

As casas eram diferenciadas entre si pelo tamanho, material e localização (fig.2) , mas tanto as repúblicas para os solteiros quanto as mais estruturadas para os casados eram casas simples⁸¹, enquanto que as melhores residências eram dadas ao alto escalão da Companhia, como afirma Simch:

[...] as empresas construíram prédios para suas necessidades industriais e boas casas para os funcionários, onde as de maior conforto, como é justo, cabiam aos engenheiros e auxiliares de categoria.⁸²

Figura 2. Vila operária: casas de adobe (esq.) e as construções em madeira (dir.).(Fonte: Acervo do MCAR).

Para Michel de Certeau⁸³, os usos que se faz do espaço e as formas dos mesmos no entendimento da vida social incidem diretamente no cotidiano da população. A cidade em si não é fruto de planejamento individual, apesar da existência de profissionais para tal tarefa, pois, à medida que ela toma proporções reais, seus membros moldam-na de acordo com suas perspectivas, expectativas e necessidades. É imprescindível perceber o urbano como espaço de múltiplas relações que se modificam a todo o instante, transformando o local de moradia para além do sentido

⁸⁰ SILVA, 2007, p. 246.

⁸¹ Sulzbach as descreve: “estas moradias eram quase sempre de pau a pique, cobertas de sapé, havendo algumas cobertas de telhas e caídas. Posteriormente, construíram-se casas isoladas e casas geminadas, umas de madeira, outras de alvenaria. Estavam em uso também as chamadas ‘repúblicas’, i.e., casas agrupadas, baixas e cumpridas, divididas internamente em quatro ou cinco residências. Elas eram, igualmente, ou de madeira ou de alvenaria” (SULZBACH, 1989b, p. 33).

⁸² SIMCH, op.cit., p. 102.

⁸³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p. 172-175.

restrito de abrigo, mas em um “*habitat*”, onde hábitos e costumes são impressos nas paredes, modificando o entorno em direção à caracterização com o indivíduo. Esse processo é igualmente de legitimidade do sujeito no espaço, que tem aquele lugar como seu, além da credibilidade conferida pelo outro que também o vincula a um local específico. Neste sentido, não apenas a “doação” da moradia é uma forma de dominação/coerção, mas a própria casa é um lembrete do lugar de cada um nessa hierarquia e atuam como formas de perpetuação de códigos culturais e de regras sociais⁸⁴.

B) VIDA RELIGIOSA

Seguindo a mesma premissa da disseminação de códigos sociais, a igreja católica destacou-se como um dos elementos essenciais no processo de controle da classe trabalhadora na região carbonífera. Como bem nos lembra Freitas,

[...] para exercer o controle sobre o operariado era preciso constituir um corpo de vigilantes. O patronato no início da industrialização recorreu aos quadros disciplinares tradicionais entre eles, destaca-se o exército e a igreja.⁸⁵

Interessante perceber que para alguns mineiros a questão religiosa naturalizou-se na figura de Santa Bárbara, a padroeira dos mineiros. Mesmo existindo outras manifestações religiosas na comunidade arroio-ratense⁸⁶, durante o período da mineração, a fé católica é tratada como hegemônica, tendo como pilar para a sustentação a devoção à Santa Bárbara.

Santa Bárbara é a padroeira universal do mineiro. Não é uma questão nossa, não é uma questão de Arroio dos Ratos, não é uma questão do Brasil, é uma questão do mundo. No rito do trabalho, antes dele entrar na gaiola, se postava a frente de imagem de Santa Bárbara, que

⁸⁴ Outras reflexões sobre o uso da arquitetura como código social ver: RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. Sociedade, Corpo e Cultura: a materialidade e a formação identitária na perspectiva da arqueologia fenomenológica. In: *Opsis*, vol 7, nº 08, jan-jun 2007.

OLIVEIRA, Clarissa Wetzel. Arquitetura como código de segregação. In: *Revista Cordis. História, Arte e Cidades*, n. 6, jan. /jun. pp. 277-300, 2011.

⁸⁵ FREITAS, op. cit., p. 42.

⁸⁶ O primeiro pároco da vila operária de Arroio dos Ratos frisa “*era ínfimo o grau de instrução religiosa existente e a maioria das famílias viviam em indiferença religiosa quase completa ou, então entregues às práticas do espiritismo ou protestantismo*” (SULZBACH, 1989a, p. 132).

estava sempre no começo da estrada. Fazia lá a sua conversinha íntima, em silêncio. Evidentemente, invocando proteção, segurança.

[...]

Uma das primeiras resoluções foi a igreja de Santa Bárbara, lá em cima. Os mineiros tinham a devoção, mas não tinham um local para se reunirem e “adorá-la”. Criaram, assim, um espaço.⁸⁷

A respeito das questões religiosas, a empresa – em especial o CADEM – demonstrou atuação ativa, seja financiando festas, seja na construção de igrejas católicas em toda a região, entrelaçando a fé, o paternalismo e o trabalho (fig.3). A igreja de São José de Arroio dos Ratos, por exemplo, cuja construção iniciou no ano de 1941, teve as obras paralisadas devido à falta de verbas. No ano seguinte, para dar prosseguimento à construção da igreja, a Companhia, através da figura do diretor Roberto Cardoso, autorizou a conclusão da obra, sendo inaugurada em 1944. A intervenção da Companhia nos assuntos eclesiásticos é tão presente, ao ponto de, a pedido pessoal de Cardoso, ser criada a “Paróquia de Santa Bárbara das Minas de Carvão de Arroio dos Ratos”, desmembrando-se da paróquia de São Jerônimo⁸⁸, mesmo sendo apenas uma mina-com-vila-operária.

⁸⁷ LIMA, 2002.

⁸⁸ SULZBACH, 1989a, p. 132-133.

Figura 3. Capa e contra capa do folheto da Festa de Santa Bárbara de 1939, nas Minas do Arroio dos Ratos (Fonte: Acervo MCAR). Destaque ao festeiro (o patrocinador) daquele ano: Roberto Cardoso, diretor do CADEM.

Mas antes mesmo do CADEM atuar, a CEFMSJ já se utilizava do poderio que a igreja infundia a seu favor. Geograficamente, a capela de Santa Bárbara, também construída pelas mineradoras e considerada a matriz do hoje município (apesar de ter as dimensões internas de uma capela), foi posta junto às casas que antes abrigavam os engenheiros, diretores e funcionários mais graduados da CEFMSJ, na colina mais alta da vila, simbólica e materialmente acima do resto do aglomerado urbano.

Em Butiá, ainda quando do tempo da Companhia Carbonífera Rio-grandense (CCRG), foi firmado convênio entre a empresa e a Arquidiocese de Porto Alegre para conservar o serviço religioso na vila operária: a Arquidiocese deveria manter um padre, enquanto a empresa bancasse suas despesas de alimentação, material de culto, viagem (uma vez ao mês) a Porto Alegre e a remuneração do Capelão⁸⁹. A CCRG também foi a patrocinadora da construção da Igreja Santa Terezinha de Butiá (inaugurada em 1930), onde acontecia a tradicional festa em honra a Santa Bárbara,

⁸⁹ HOFF, 1992 apud SPERANZA, 2012, p. 74.

e em contrapartida, em 1935, a igreja católica ajudou na criação do “Círculo Operário” uma resposta ao sindicato dos mineiros⁹⁰.

C) SAÚDE

No início da década de 1920, a região carbonífera não detinha nenhum espaço apropriado de auxílio médico, tornando-se foco de preocupação da empresa mineradora da época, a qual não demorou em providenciar esta assistência aos seus empregados, evitando que os mesmos precisassem ausentar-se por muitos dias em viagem à capital. A estratégia de assistência da companhia direcionava-se no sentido de encaminhar verbas para a realização de espaços específicos de atendimento, bem como contratação de pessoal com experiência para isso⁹¹.

Mas só a partir dos anos 1940 uma série de empreendimentos foram realizados sistematicamente pelo CADEM em prol, em primeiro olhar, dos seus empregados e familiares. Entre 1941-42 foi erguido o Hospital Sarmento Leite com moderno aparelhamento e corpo funcional composto por médicos e enfermeiros também contratados pela companhia de Arroio dos Ratos, tornando-se referência em atendimento médico na região (fig. 4). O prédio foi financiado com recursos do CADEM e seu funcionamento foi amplamente divulgado na imprensa do Estado e mesmo em periódicos do centro do país⁹². A divulgação, assim como em relação a moradia, dava ênfase às melhorias proporcionadas pela empresa mineradora aos moradores do local como supridora das necessidades básicas de uma população carente de um mínimo de infra-estrutura, e para atender às situações de emergência numa região onde predominava a realização de uma atividade econômica de alta periculosidade.

⁹⁰ FREITAS & WITKOWSKI. *Sobre os Homens desta Terra – A trajetória da fundação do sindicato dos mineiros de Butiá*, Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CGTA, 2006, p. 25-26.

⁹¹ SILVA, 2007, p. 252.

⁹² Ibidem, p. 255-281.

Figura 4. Inauguração do Hospital Sarmiento Leite, 1944. (Fonte: SILVA, 2007, p. 259)

A política assistencialista não permaneceu apenas aos empregados, mas estendeu-se às famílias e, no ano seguinte, alguns jornais noticiaram uma nova ação do CADEM: a instalação de um serviço de assistência de maternidade, pré-natal e de puericultura em ambiente anexo ao Hospital Sarmiento Leite, a Maternidade Henriqueta Cardoso, em homenagem à mãe de Roberto Cardoso. Além disso, esposas de médicos e de engenheiros das minas atuavam como auxiliares na maternidade, aumentando ainda mais os vínculos entre a empresa, os operários e suas famílias.

A própria esposa de Roberto Cardoso, a Sr^a Isah Cardoso atuou junto às famílias operárias no Concurso de Robustez Infantil realizado nas dependências da maternidade e berçário (fig. 5). As crianças vencedoras tinham seus nomes e fotografias divulgadas pelos murais da vila e dependências da empresa, sendo destacado o nome do pai operário. O concurso também teve repercussão nos jornais, e as famílias vencedoras foram divulgadas como exemplos a serem seguidos⁹³.

⁹³ Ibidem.

Figura 5. Concurso de robustez infantil. Sra. Isah Cardoso (de óculos à direita), esposa do diretor do CADEM Roberto Cardoso, jurada do evento. (Fonte: SILVA, op. cit. p. 278)

O tema “saúde” é um ponto muito controverso, pois do mesmo modo que a estrutura médico-hospitalar montada pela empresa era excelente e um grande benefício aos trabalhadores e suas famílias (ponto frisado por praticamente todos os depoentes do projeto Memória Mineira), ter o auxílio dissolvia o fato das minas degradarem a saúde dos operários e minimizava a responsabilidade da companhia.

[Parei de trabalhar] porque eu adoeci. Aí, fui para o médico, mandaram para Porto Alegre. Lá, fiz exames, e estava fraco do pulmão, colocava sangue pela boca.⁹⁴

Além disso, quando o operário exigia um posicionamento da empresa judicialmente, deter do poder sobre o discurso médico mostrou-se importante estratégia judicial para a companhia. Os profissionais indicados pela empresa para a contestação (e contratados da mesma) diminuía as mazelas que os mineiros sofriam diante do ofício, dissolvendo-as em discursos médicos desmerecendo a classe operária “considerada ‘dissimulada’, por isso muito ‘perigosa’ ao funcionamento ‘sadio da sociedade’...”⁹⁵.

⁹⁴ OLIVEIRA, Frontino Rodrigues. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. (Acervo do MCAR).

⁹⁵ KLOVAN, op. cit., p. 135.

D) EDUCAÇÃO

O ofício de mineiro caracterizou-se também por ser uma tarefa ensinada de pai para filho (ou membro mais antigo ao novato), e esse fato sempre foi motivo de orgulho para muitos mineiros. Assim, para ser um mineiro de subsolo, com rendimentos superiores aos dos trabalhadores de superfície, não era necessário ter frequentado nenhum tipo de curso. Aliás, não havia, nem ao menos, a necessidade de ser alfabetizado⁹⁶, como declara o ex-mineiro:

Saí do exército e fui direto para baixo da mina. [...]. Eu não tinha instrução, estudo e o único serviço que havia, na época, era na mina⁹⁷.

O direito e a necessidade de educação formal não eram percebidos como uma prioridade para as comunidades mineiras do Baixo Jacuí, pois não dependiam dela para garantirem os meios de subsistência. Esta postura foi modificada a partir do plano de desenvolvimento articulado pelo diretor Roberto Cardoso.

O Consórcio, através de Cardoso, firmou um convênio com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, para implantação de ensino profissionalizante na vila de Arroio dos Ratos. O ensino seria direcionado às atividades industriais realizadas na região, dentro do quadro funcional das companhias mineradoras, como o ex-mineiro Juarez A. Lima que atuou como eletricista para a mineração durante 35 anos:

[...] com quatorze anos, peguei na Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Nós éramos alunos do SENAI profissionalizante. A minha turma era, especificamente, de eletricidade, sendo que ingressaram vinte e dois alunos e somente eu e outro colega concluímos o curso. Eram três anos de estudos, divididos em seis semestres, e qualquer nota inferior a cinquenta, o aluno perdia o emprego e a vaga no curso.⁹⁸

Neste convênio ficou definido que caberia ao Consórcio a construção dos prédios das escolas e a manutenção dos mesmos, estando o SENAI responsável pela parte operacional das escolas e, claro, execução das atividades didáticas. As benfeitorias do CADEM em relação a educação também foram amplamente

⁹⁶ SILVA, 2007, p. 288.

⁹⁷ GOMES, Paulo Junqueira. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. (Acervo do MCAR).

⁹⁸ LIMA, 2002.

divulgadas e, em 1944, os jornais do Estado noticiavam a inauguração da Escola Profissionalizante Engenheiro Luiz Betim Paes Leme, em Arroio dos Ratos, oferecendo duzentas vagas em sua grande maioria aos filhos de mineiros do local (fig.6).

Figura 6. Inauguração da Escola Profissionalizante Eng. Luiz Betim Paes Leme pelo diretor do CADEM, Roberto Cardoso. (Fonte: SILVA, op. cit. p. 299)

Este é um exemplo interessante de domínio extramuros da fábrica, visto que não é associado ao trabalhador diretamente, mas a sua família e, principalmente, a um futuro operário. Com o fim da atividade mineradora em Arroio dos Ratos, não havia mais motivações para manter a instituição de ensino, e a mesma encerrou suas atividades na década seguinte.

E) LAZER

Além da educação formal, da saúde, da moradia, do emprego e da fé, a empresa também proporcionava aos seus trabalhadores os espaços de recreação e

lazer. Essas medidas se deram após 1943, e seguiam o plano de assistência projetado por Cardoso para o funcionamento sadio e frutífero da Companhia (fig. 7 e 8).

Os locais de sociabilidade mais citados nos relatos são os clubes recreativos, onde ocorriam os bailes e os campeonatos esportivos. Estes clubes são uma marca do período áureo da mineração, referenciados em forma de causos, marco espacial/geográfico e temporal das memórias dos trabalhadores, todavia, carregam em si o “*paradoxo da sociabilidade e exclusão*”, havendo clubes “*destinados para negros e aos brancos*”⁹⁹.

A existência dos clubes recreativos difundia a prática do lazer por um lado e acirrava o preconceito por outro, atuando de certa forma como uma ferramenta pedagógica, onde cada um deveria reconhecer seu espaço na sociedade.¹⁰⁰

Figura 7. Equipe do Butiá Futebol Clube, oponente do Cadem Futebol Clube, ambos compostos de mineiros e patrocinados pela companhia. (Fonte: Acervo do MCAR)

⁹⁹ FREITAS, op. cit., p. 44.

¹⁰⁰ Ibidem.

Figura 8. Campo de futebol do CADEM, 1945. (Fonte: SILVA, op. cit., p. 315)

Além dos clubes esportivos, na década de 1940 foram inaugurados cinemas nas vilas operárias, recebendo a divulgação habitual pelos periódicos, com discurso de formação do bom operário: *“temos que o trabalhador se educará, se divertindo e se divertirá se educando”*¹⁰¹.

Diante dessa rede de benesses criada pelo plano de assistência, parece improvável a possibilidade de abandono das minas pelos trabalhadores, pois a ideia que perpassa é a de que, se o indivíduo não estivesse integrado ao trabalho nas minas, sob tutela do CADEM, não poderia usufruir de nenhum dos benefícios que a estrutura da vila apresentava. Esta relação de dependência que se apresentava nos aspectos mais essenciais da vida da comunidade atuou de forma vigorosa e, segundo Speranza, teve repercussões importantes sobre a constituição identitária do grupo de mineradores. Para a historiadora, o confinamento geográfico das vilas operárias – i.e. o isolamento da comunidade na própria vila, onde tudo, desde a escola das crianças até a assistência médica da família, passando pelo comércio e o aluguel das moradias, era controlado pela companhia – acentuaram o espírito “particularista” dos mineiros,

¹⁰¹ SILVA, 2007, p. 318.

reforçando a coesão e, especialmente, o senso de solidariedade entre os trabalhadores e suas famílias¹⁰².

Com o cuidado de não transpor a identidade operária mineira para uma identidade comunitária, acredita-se numa intersecção entre ambos os processos devido ao espaço, como ocorreu na comunidade chapeleira/calçadista de São João da Madeira, em Portugal.

A questão do espaço continua, portanto, a ser crucial na articulação entre a classe e a comunidade. Do mesmo modo que as relações de produção e de reprodução do capitalismo não podem ser tomadas como entidades a flutuar no vazio, os processos sociais de estruturação identitária – sejam eles baseados numa lógica comunitária, numa lógica de classe, ou na base da articulação entre ambas – decorrem sob o ritmo da estruturação espacial¹⁰³

Desta forma, a identidade da classe operária mineira não foi substituída por uma identidade comunitária, ambas coexistiam e se articulavam no espaço específico criado pela empresa mineradora, em resposta às condições próprias (re)produzidas em Arroio dos Ratos. Esta identidade que passa a ser designada mineira, como um todo, tem por base o (auto)reconhecimento, a distinção e a memória coletiva (com atenção às memórias herdadas pelos descendentes), caracterizando-se pela honra e solidariedade.

1.3. Desindustrialização e a consolidação de uma identidade mineira

Ao final do século XIX e início do XX, a centralização populacional em torno das indústrias apresentou-se como um dos principais fatores de aglutinação social e mesmo de formação cultural dos centros urbanos em que se estabeleceram. Todavia a paisagem não foi modificada apenas pelos conglomerados industriais, com o declínio de suas atividades econômicas, também a desindustrialização deixou marcas nas comunidades.

¹⁰² SPERANZA, 2012, p. 78.

¹⁰³ ESTANQUE, op. cit. p. 71. Cabe ressaltar aqui que não entrarei na conceituação classe operária, e que para esta pesquisa considerar-se-á aquilo que Isabel Bilhão defende em sua tese, de que “a percepção de que a dinâmica do fazer-se classe e, ao mesmo tempo, ir se percebendo como tal é perpassada por um processo de construção identitária dos operários que estabelecem critérios e estratégias de reconhecimento e distinção” (BILHÃO, op. cit., p. 18).

Como já assinalado, uma série de fatores ocorridos entre o início da década de 1930 e meados da década de 1940 ocasionaram o auge produtivo da indústria carbonífera na região do Baixo Jacuí, momento em que a região gaúcha alimentou outros estados brasileiros e países (como Argentina e Uruguai), refletindo socialmente nas localidades onde ocorria a prospecção do minério. A atuação da CEFMSJ e do CADEM, em Arroio dos Ratos, supria a ausência do poder público na prestação de serviços básicos à população local, criando um vínculo de dependência destas comunidades em relação a empresa mineradora em vigor. Com o término da Segunda Guerra Mundial deu-se a retomada das importações de materiais, em especial do carvão europeu, atingindo negativamente a indústria mineradora gaúcha, que agora sofria novamente com a concorrência do carvão britânico. E não apenas essa concorrência, o mundo vê surgir nova fonte energética, agravando a crise no setor carbonífero; um exemplo significativo, no final de 1940, ocorre a gradativa substituição do carvão pelo óleo combustível como fonte energética nas locomotivas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, sendo completamente substituído já na década seguinte¹⁰⁴. Como último golpe, a ampla propaganda pelo domínio da produção nacional do petróleo fez com que esta nova matriz energética adquirisse junto à opinião pública uma simpatia jamais obtida pelo carvão, constantemente envolto em dúvidas quanto à sua qualidade e eficiência.

Outro fator que contrariava os interesses das companhias mineradoras foi a política trabalhista de Vargas, sobretudo a implantação da CLT, em 1943. A determinação de dissídio coletivo para aumento salarial foi um dos fatores que trouxe prejuízos aos empregadores, entretanto, foram as determinações quanto a faixa etária dos mineiros (pela CLT, de 21 a 50 anos) e a redefinição da jornada de trabalho (de 8 para 6 horas) que mais diretamente atingiram o setor. Com a nova regra para a jornada surgia a necessidade de criação de um quarto turno de trabalho com um custo dispendioso e sem previsão de retorno correspondente, mesmo assim a jornada prevista no texto foi colocada em prática. Sobre a idade dos operários, após negociações, foram readmitidos trezentos trabalhadores (dispensados em função da faixa etária), permissão restrita aos mineiros que já estavam em atividade quando da entrada em vigor da nova lei. Esta concessão paliativa não alterava o quadro de crise

¹⁰⁴ SPERANZA, 2013, p. 418.

instaurado na indústria carbonífera, prenúncio do final de um ciclo secular de atividade mineradora em Arroio dos Ratos.

Um último agravante apontado pela pesquisa de Luis Henrique Golazs¹⁰⁵ para o enfraquecimento da indústria carbonífera foi o fim do governo Vargas. Segundo o pesquisador, durante todo o período em que o CADEM teve como diretor Roberto Cardoso houve uma convergência de discursos entre o setor minerador e o governo federal, visto que Cardoso buscou uma aproximação com as lideranças políticas estaduais e nacionais através do enaltecimento destes agentes como promotores do progresso nacional em troca de medidas protecionistas ao carvão gaúcho. Com o fim do Estado Novo verificou-se um distanciamento entre a direção do CADEM e os novos governantes, e dissolução do apoio à indústria extratora de carvão.

Com tantos fatores, a crise do setor minerador de carvão atingiu seu ápice na metade da década de 1950. A produção entrou em acentuado declínio a partir de 1945 e o processo de encerramento das atividades mineradoras em Arroio dos Ratos foi brutal, conforme relato de Simch:

Tanto e tanto carvão foi arrancado do seu subsolo, em todos os rumos e direções, que foi totalmente esgotado o jazigo que a Natureza ofereceu e depositou na área daquele distrito de S. Jerônimo! Nos pretéritos trinta anos houve intensa vida nessa localidade, vida mineira, vida comercial, vida social, como nas cidades, e nas residências, embora modestas; não faltou conforto moderno.... Hoje. Entretanto, parece ter sido varrida por um cataclisma cósmico! É que o CADEM retirou todo o material prestável, inclusive os trilhos de sua Via Férrea até Charqueadas. Não levou suas boas casas de alvenaria por ser isto impraticável – mas, o que era de madeira sumiu! As velhas residências e outros prédios de material foram fechados, como se uma pandemia tivesse levado os habitantes.¹⁰⁶

Em 1956, foram encerradas definitivamente as atividades do CADEM em Arroio dos Ratos, com a desativação da Usina Termoelétrica e o fim da lavra no Poço I, o último em atividade na vila. A empresa exploradora afirmava que o ciclo minerador em Arroio dos Ratos encerrava-se em função de suas reservas de carvão estarem exauridas, entretanto, sondagens posteriores e a retomada da mineração na cidade após mais de meio século de inatividade, viriam demonstrar que o término da atividade

¹⁰⁵ GOLAZS, Luis Henrique. *Arroio dos Ratos, a Mineração e o Museu do Carvão: a história e sua representatividade através da Materialidade*. Monografia (Bacharelado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2013.

¹⁰⁶ SIMCH, op. cit., 288.

mineradora naquela localidade obedecia a outra lógica que não aquela informada pelo CADEM.

Independente das motivações, *“a população viu com muita tristeza o desmonte da estrada de ferro, a paralisação da usina, a paralisação das vilas”*¹⁰⁷. Em análise semelhante na indústria pernambucana, Leite Lopes & Alvim afirmam que o

(...) desmonte das fábricas e de seus bens imobiliários, inclusive daqueles vistos como os mais simbólicos e representativos de uma era, trazem à baila, para setores da sociedade civil local, **a necessidade de obtenção dos meios de objetivar e reproduzir entre as gerações uma memória que mantenha algo de uma identidade social** que foi construída ao longo do século XX¹⁰⁸.

Com alteração do eixo econômico da região carbonífera de Arroio dos Ratos para Charqueadas, são observadas profundas alterações socioeconômicas nas duas localidades, principalmente nas condições de vida das populações locais, o que demonstra a relação de dependência destas comunidades com a indústria carbonífera. Sem a manutenção de serviços básicos, muitos abandonaram a vila operária, e os que permaneceram alimentavam a expectativa de que o poder público assumisse o papel até então protagonizado pela Companhia

O interesse do CADEM, com relação ao carvão, em Arroio dos Ratos, terminara. Natural, pois, que abandonasse tudo o que se referia à mineração. Todavia, com isso, eram atingidos serviços essenciais, como a água, a luz, o telefone. Por isso, em 1961, a Prefeitura de São Jerônimo assumiu estes serviços em Arroio dos Ratos, como distrito que era daquele município.¹⁰⁹

Mesmo o poder público assumindo – tardiamente – a administração dos serviços prestados pelo Consórcio, ocorreu uma precarização dos serviços, situação que já se verificara desde o afastamento de Roberto Cardoso do cargo de diretor do CADEM e dos primeiros indícios da crise no setor. Após quase uma década de queda acentuada no nível de vida, a população visualiza uma alternativa na emancipação política, entretanto, a esperança de retomada dos indicadores socioeconômicos

¹⁰⁷ LIMA, 2006.

¹⁰⁸ LEITE LOPES, J.S.; ALVIM, R. Uma Memória Social Operária Forte Diante de Possibilidades Difíceis de Patrimonialização Industrial. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio (org.). *Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia* [on-line]. Rio de Janeiro: MAST, p.232-256, 2009, p. 240. (Grifo meu).

¹⁰⁹ SULZBACH, 1989a, p.60.

vivenciados no tempo áureo da mineração acabou frustrada e a comunidade local jamais atingiu o patamar das décadas de 1930 a 1950.

A história da mineração passava a ser relegada a um plano secundário, esquecida em meio à tentativa de recuperação econômica através de investimentos nos setores de pecuária, agricultura e madeireiro, sem que estes dessem o retorno desejado. A falta de preocupação com a memória local somente acabaria duas décadas após a emancipação política através de um movimento que culminaria com a criação do Museu Estadual do Carvão.

Ao pensarmos na construção da identidade mineira em Arroio dos Ratos, percebemos que, apesar de buscar no passado seu conteúdo, sua memória foi uma resposta às demandas do presente. No caso da comunidade arroio-ratense, a possibilidade da criação de um museu cumpriria papel importante na perpetuação do legado mineiro, saída diante do esquecimento gerado pelo processo de desindustrialização.

No relato do ex-mineiro João Ramos Gomes é citada sua participação no germen de criação do Museu do Carvão, em 1967, numa reunião junto à administração municipal. O depoente narrou que foi um dos que apresentou a ideia, pedindo ao prefeito que o patrimônio não fosse dilapidado, para que *“não tirassem mais um tijolo”* das ruínas do Poço I e Usina Termoelétrica porque aquilo era só o que restara da mineração em Arroio dos Ratos¹¹⁰. Este sentimento do ex-mineiro sobre os “restos industriais”, está contemplado na Carta de Nizhny Tagil, documento voltado ao patrimônio industrial, o qual diz que *“continuar a adaptar e utilizar edifícios industriais evita a perda de energia e contribui para com o desenvolvimento sustentável”*. É uma questão econômica, todavia de memória e identidade também. A carta ainda diz:

A continuidade implicada na reutilização traz estabilidade psicológica para comunidades que estejam encarando o fim repentino de fontes de emprego há muito existentes.¹¹¹

Assim, instalado no antigo espaço de produção e readaptado ao novo uso, o Museu do Carvão mostra-se um exemplo interessante de reflexão sobre as memórias

¹¹⁰ GOMES, 2002.

¹¹¹ CARTA DE NIZHNY TAGIL, 5, IV. THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). *Carta de Nizhny Tagil*. Rússia, julho de 2003. Revista Óculum Ensaios, Puccamp, tradução de Cristina Meneguello, p. 136.

do trabalho e do ofício mineiro, bem como da construção de memórias e identidades desses operários e da comunidade carbonífera. Se a identidade operária se mantém por laços de solidariedade contra o empregador, mesmo dentro de um grupo heterogêneo, após o fim das atividades que os unira, a recoloca diante de um outro “opressor”: o esquecimento; não apenas por parte da companhia, mas por parte do Estado também. Deste modo, os remanescentes da Usina Termoelétrica e toda a estrutura montada extramuros da fábrica – que se tornou a própria cidade de Arroio dos Ratos – são percebidos como legado patrimonial material, todavia também como parte da imaterialidade presente na formação da comunidade carbonífera.

CAPÍTULO 2. Memória e Poder: a construção do Museu Estadual do Carvão (1980 – 1994)

No campo do patrimônio, em especial dos museus, faz-se necessária esta discussão – memória e poder – para análise das formas de apropriação dos bens culturais pelos diferentes grupos e das disputas e relações de poder em torno da seleção do patrimônio e da construção das narrativas identitárias nos espaços musealizados. Chama a atenção o fato da sociedade carbonífera imbuir tanto poder ao Museu do Carvão, incumbindo-o da tarefa de construir um discurso normalizador sobre a memória e a história da extração do carvão na região carbonífera, e acima de tudo, dando-lhe suporte e validando sua fala. Daí a importância de rever tais conceitos e compreender as dinâmicas de trocas que se procederam na criação e abertura da instituição museológica em questão.

Neste capítulo abordar-se-á a construção do Museu do Carvão em três etapas, de acordo com diferentes governos do Estado do Rio Grande do Sul: (1) a fase de criação do MCAR (1983-1986); (2) o período de hiato em que o museu permaneceu “em construção” até sua abertura (1987-1991); e (3) a fase de restauração e concepção da exposição de longa duração, culminando na reabertura do Museu (1991-1994). Em meio aos embates políticos e disputas intelectuais para a concepção deste espaço cultural, é preciso avaliar a tipologia em que o MCAR enquadra-se, a fim de compreender os projetos idealizados pelos agentes envolvidos neste processo, reflexões também contempladas neste capítulo.

2.1. Da criação à abertura do Museu Estadual do Carvão (1980 – 1991)

O Rio Grande do Sul apresenta um número próximo a 235 instituições museológicas cadastradas como tal (conforme informações do Cadastro Nacional de Museus)¹¹², sendo que cerca de 66,2% são públicos, e destas instituições apenas 6,5% foram criadas em nível estadual.

¹¹² Vale lembrar que existem museus que não estão cadastrados, dos quais apenas sabe-se da existência, não figurando nas estatísticas oficiais.

Fonte: Cadastro Nacional de Museus. Ibram/MinC, 2010.

Outra informação interessante são as datas de criação das instituições gaúchas. A partir da década de 1980 houve um aumento dos espaços museológicos, período no qual se inserem as articulações para a criação do Museu do Carvão, mas foi nos anos de 1990, quando aconteceram os trabalhos de restauração e abertura do Museu, que ocorreu maior crescimento.

Fonte: Cadastro Nacional de Museus _ Ibram / MinC, 2010

O contexto nacional político e cultural foram fatores importantes neste incremento institucional, bem como os próprios debates no campo da pesquisa museológica – movimentação que, desde a década de 1970, vinha revendo as práticas museológicas no mundo todo – todavia, é evidente que os projetos políticos dos governos de cada período, em esfera estadual, influenciaram também nestes

números. Segundo o Guia de Museus¹¹³, 116 museus foram criados no Rio Grande do Sul entre 1980-2000, estando o Museu Estadual do Carvão entre eles. Destes espaços, 20 foram criados no governo de Jair Soares (1983-1986), do Partido Democrático Social (PDS)¹¹⁴, e 16 instituições foram abertas no governo do peemedebista Pedro Simon (1987-1990). Os números do governo Simon são modestos e devem ter sido decepcionantes diante da grande expectativa do qual era alvo. Segundo a historiadora Thaís Fraga, em decorrência do movimento de reabertura política, a sociedade esperava maior participação política e mudanças, sobretudo *“arranjos que privilegiassem os aspectos sociais e culturais”*¹¹⁵.

No decênio seguinte, já com a Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul e Sistema Estadual de Museus implantados, foram criadas 63 instituições museológicas. Só nos primeiros quatro anos, no governo de Alceu de Deus Collares (1991-1994) do Partido Democrático Trabalhista (PDT), foram 28 instituições museológicas, decaindo para 24 no governo de Antônio Britto (1995-1998), do PMDB, e retomando o incentivo no governo petista de Olívio Dutra, inaugurando 15 das 39 instituições museológicas nos dois primeiros anos de sua gestão (1999-2002). Com este cenário exposto, voltemo-nos para o *locus* desta pesquisa, o Museu Estadual do Carvão, e de que maneira as políticas culturais gaúchas teriam influenciado na sua criação e construção.

2.1.1 A criação do Museu Estadual do Carvão (1983-1986)

Os anos de 1980 foram abalizados por transformações significativas na política cultural gaúcha, influenciadas pela conjuntura nacional e seu projeto de cultura. Em meio ao processo de transição democrática, o Estado encontrou nas políticas de cultura um modo de se relacionar com a sociedade civil, e *“as expectativas*

¹¹³ Também figuram na listagem do Guia de Museus as instituições museológicas não cadastradas no Cadastro Nacional. As diferenças nos gráficos específicos sobre o Rio Grande do Sul se deve a essas instituições.

¹¹⁴ Sucessor da ARENA, o PDS foi fundado em 1980 após o fim do sistema bipartidário em voga durante o Regime Militar. De uma dissensão nos seus quadros surgiu o Partido da Frente Liberal (PFL), o atual Democratas (DEM). Em 1993, foi extinto, tornando-se Partido Progressista Brasileiro (PPB) e, numa nova mudança, se tornaria o Partido Progressista (PP).

¹¹⁵ FRAGA, Thaís Gomes. *Os subterrâneos emergem: a institucionalização da cultura e a temporada dos museus no Rio Grande do Sul (1987-1991)*. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPG História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. p. 4.

relacionadas às noções de direitos civis, espaços públicos e formas de sociabilidade” revelaram a necessidade de organização e institucionalização da área¹¹⁶. No Rio Grande do Sul, observou-se nesta institucionalização a importância de intelectuais porto-alegrenses nos debates sobre cultura (tanto no âmbito dos museus, como das artes e do patrimônio), sendo apontados por Fraga como suporte do Estado, que se utilizava desta *“intelectualidade alinhada politicamente”* para promover a *“extensão dos espaços políticos, reforçando seu poder”*, de dentro dos próprios espaços de memória¹¹⁷. Desde o início desta pesquisa o Museu do Carvão destaca-se por ser uma das quatro instituições museológicas criadas e ainda mantidas pelo governo no interior do Estado (juntamente com o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, o Museu Histórico Farroupilha e o Parque Histórico General Bento Gonçalves). Seria essa a motivação – expansão de poder – para a criação de um museu fora do circuito da capital? Ou estaria o Estado em busca de novas falas – as de culturas submetidas às dominantes (e oficiais) – nos museus gaúchos?

Ao analisarmos o plano de governo de Jair Soares (1983-1986), destacam-se nas prioridades desta gestão uma política de “interiorização do desenvolvimento”, e, como perspectiva industrial, o carvão¹¹⁸. Dentre alguns dos objetivos dessa interiorização ressalta-se

- Desenvolver as comunidades pequenas e melhorar as condições de vida no interior, através de um conjunto de ações sobre os núcleos urbanos, efetivadas concomitantemente com medidas e investimentos destinados à dinamização do setor primário e à expansão e implantação de indústrias consumidoras de matéria prima regional e estadual;

- Aprimorar o desenvolvimento físico, intelectual e cultural da população, para que todos os indivíduos [...] possam melhor participar do esforço produtivo e dos correspondentes benefícios, reduzindo assim o êxodo rural.¹¹⁹

Referente à cultura, estando a mesma ainda vinculada à Secretaria de Educação, é mais uma entre várias “prioridades setoriais”. O diagnóstico realizado

¹¹⁶ Ibidem, p. 125.

¹¹⁷ Ibidem, p. 64-69.

¹¹⁸ *“A conjuntura atual, ademais, favorece o estímulo às indústrias extrativas do carvão mineral. Por isso deverão se expandir além da extração, com o beneficiamento e uso do carvão, a produção de equipamentos para extração, lavagem, fornos, caldeiras, etc.”* ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Plano de Governo de Jair Soares (1983-1987). Porto Alegre: 1983. p. 43.

¹¹⁹ Ibidem, p. 99.

aponta descaso em relação ao desenvolvimento e preservação do patrimônio cultural gaúcho e associa essa situação ao desconhecimento da população, sobretudo pela dificuldade de acesso, aos bens culturais. São ações deste governo *“restaurar, conservar e proteger os bens culturais já identificados e pertencentes ao patrimônio do Estado, [...] tombar os bens de importância histórica, artística e/ou ecológica”,* assim como *“realizar campanhas de valorização do patrimônio cultural na rede de ensino e na comunidade”*¹²⁰. Desta forma, era objetivo geral deste governo incentivar as manifestações culturais locais e regionais bem como difundir o conhecimento que conduz à valorização do patrimônio.

É preocupação do Governo promover uma maciça difusão cultural, intensificar a prática integradora da educação e da cultura e apoiar financeira e promocionalmente os agentes culturais do Rio Grande do Sul.¹²¹

Os planos vagos do governo estadual para a área da cultura certamente influenciaram nos esforços pela criação do Museu do Carvão, que andava a passos lentos desde 1983. A inauguração do prédio administrativo estava prevista para dezembro de 1985, como parte das comemorações do 21º aniversário de emancipação do município de Arroio dos Ratos, mas até aquele momento o Museu não havia sido criado. Em ofício¹²² ao gabinete do governador Jair Soares, o prefeito de Arroio dos Ratos, Sedino Vieira (PFL), dissidente do Partido Democrático Social, cobrava um posicionamento do Governo, visto que o espaço já integrava o Patrimônio Histórico e Artístico do Estado¹²³ e a notícia da existência do Museu estaria percorrendo o Rio Grande do Sul.

Talvez a carta tenha surtido efeito ou apenas os acontecimentos desenrolaram-se, não há como saber, mas 19 dias depois, em 31 de março de 1986 foi criado pelo Decreto nº 32.211 o Museu Estadual do Carvão:

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 66, item VII, da Constituição do Estado,

¹²⁰ Ibidem, p. 142.

¹²¹ Ibidem, p. 135.

¹²² Of. 072/86 da prefeitura de Arroio dos Ratos para o Gabinete do Governador do Estado, Jair Soares (PDS), cobrando a criação do Museu (Acervo do MCAR).

¹²³ Os remanescentes da antiga usina termoeletrica estão inscritos no número 34 do Livro Tombo, pela Portaria 01/86 -10.03.1986. Diário Oficial, 8/05/1986, p. 20.

Considerando a **relevância histórica e cultural** da criação de um Museu do Carvão para os profissionais de diversas áreas, estudiosos e interessados em geral;

Considerando **a memória de informações transmitidas da tecnologia** do carvão;

Considerando a reativação da antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos, transformada em Museu do Carvão;

DECRETA:

Art.1º. É criado na Secretaria da Educação e Cultura, integrando a Subsecretaria de Cultura, o Museu do Carvão.

Art. 2º. O Museu do Carvão terá a finalidade de promover atividades variadas que **auxiliem no conhecimento da história do carvão no Rio Grande do Sul e seus processos dinâmicos.** ¹²⁴

Partindo da finalidade do Museu do Carvão – auxiliar no conhecimento histórico – e da definição que o mesmo dá para si – museu histórico – são importantes algumas considerações sobre esta tipologia na compreensão das disputas dadas pela sua criação e acepção da sua narrativa expográfica.

É consenso que os museus históricos se tornam proeminentes, no século XIX, no processo de formação dos Estados-Nação, e que seus pressupostos percorreram os séculos, tendo eco nesta tipologia de museu ainda hoje, mesmo em escala regional ou local. Não é por acaso que muitos governos utilizaram-se desta mídia como veículo na conquista da hegemonia social e cultural. Independente da escala de atuação, nessas instituições o patrimônio musealizado foi concebido como santuário da memória e de identidades, ferramenta eficaz de legitimação de determinada interpretação, e seguiu na construção de narrativas sobre o passado de acordo com as necessidades dos envolvidos e/ou de tendências historiográficas.

A pesquisadora Myriam Sepúlveda dos Santos fez uma interessante análise sobre as diferentes tendências e apresentou construções discursivas de museus históricos para exemplificar as adequações conceituais a que muitas instituições se propuseram. Entre os discursos, interessa-nos o primeiro deles, empreendido nos museus nacionais entre o século XIX e início do XX, o do Museu-Memória, caracterizado pelo culto ao passado, priorizando fatos e personagens escolhidos

¹²⁴ Decreto Estadual nº 32.211, de 31 de março de 1986. Diário Oficial, 31/031986, p. 2.

marcantes na construção de uma identidade nacional, sacralizando objetos ditos autênticos para corroborar sua fala, sem preocupações com ordenação temporal ou pensamento crítico sobre o passado¹²⁵.

Este modelo de museu histórico disseminado ao longo do tempo, geralmente, esteve (e em muitos casos ainda está) a serviço de ideologias dominantes na medida em que contam uma história que parece estar desvinculada da realidade cotidiana, no caso do Museu do Carvão, da comunidade carbonífera. Como em muitos livros de história, este tipo de instituição privilegiava a construção da história/memória de segmentos específicos da sociedade ou dos agentes mais fortes nas lutas pelo discurso, e o faziam de modo que objetos e exposição – a narrativa construída ali – fossem a representação histórica de todos. Interessante que, para além de uma representação única, a forma como faziam isso era contraditória, uma vez que se negava a construção de uma narrativa, a qual se mostrava pronta e acabada, como que produzida espontaneamente, omitindo que a seleção do acervo, a maneira de expor e o discurso utilizados são produtos da própria sociedade e espelho da desigualdade, da exclusão e do esquecimento.

Vistos, erroneamente, como cenário oficial, onde os objetos adquirem status de eterno aos olhos do coletivo, os museus históricos promovem divisões identitárias, bem como estabelecem os modos que cada grupo deve se apropriar do patrimônio¹²⁶. Ou pior, torna o grupo coadjuvante numa história autônoma e sagrada com a qual este mesmo deve se identificar: uma história não reflexiva, não participativa, em suma, uma história alienada e alienante.

O MCAR como exemplar histórico, identifica-se *a priori* com este modelo memorialista: uma tentativa de “resgate” do passado da indústria carvoeira, enquanto mantém o caráter legitimador de discurso histórico, político e ideológico. Todavia, a história que se anuncia é a do carvão, especificamente a do minério gaúcho, seus “processos dinâmicos”, a partir dos conhecimentos transmitidos de sua tecnologia. Não obstante, uma vez que o foco desta instituição está na indústria carvoeira, cabe aqui também refletir sobre o enquadramento deste aparato cultural como patrimônio industrial: por que não, também, um museu da indústria se, para que este alcance o

¹²⁵ SANTOS, 2006, p. 45-46.

¹²⁶ GARCIA CANCLINI, N. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2013, p. 16.

status de patrimônio, é necessário incluir o aspecto histórico social, ou seja, significação aos vestígios edificados e equipamentos? Por que não um museu da indústria se foi/é tão fundamental pensar no trabalho e na (des)industrialização para a formação de uma identidade no seio da comunidade mineira?

1.1.1.1. Não seria o Museu do Carvão, também, um museu da indústria?

Num passado recente, entre os anos 1960 e 1980, período marcado por profundas mudanças em nossas cidades (crescimento populacional e grandes intervenções nas estruturas urbanas, em decorrência das novas demandas econômicas e sociais), muitas das antigas estruturas criadas para o desenvolvimento industrial, num momento imediatamente anterior, se tornaram obsoletas diante da imposição de novos padrões urbanísticos e tecnológicos adotados. Segundo Cristina Meneguello, nos países europeus onde a industrialização ocorreu cedo, a exemplo da Inglaterra, o processo de conscientização das autoridades e da população para a importância do patrimônio industrial e da integração de complexos fabris na malha urbana, em forma de museus ou centros culturais, ocorreu, concomitantemente, a esse processo de desindustrialização¹²⁷. Na América Latina, não teria sido muito diferente, porém a historiadora ressalta que o diferencial dos países latino-americanos está na velocidade do processo de crescimento das cidades – *“tão voraz, que muitos parques industriais, antes localizados perifericamente, estão hoje em meio à trama urbana”*¹²⁸ –, sendo necessária reintegração desses espaços à malha, costurando seus conhecimentos passados ao presente, percebendo-os como patrimônio.

Cabe destacar que o conjunto de bens-culturais que é definido aqui como patrimônio é uma construção social, ou seja, não ocorre naturalmente, mas é fruto da agência de indivíduos sobre algo (material ou não) cuja função é a evocação da memória e muitas vezes a representação simbólica de uma identidade. O patrimônio industrial, por sua vez, evoca tais preceitos a partir dos vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetural ou científico, entre eles

¹²⁷ MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio Industrial como tema de pesquisa. *Anais do I Seminário Internacional do Tempo Presente*. Florianópolis, UDESC/ANPUH-SC, PPGH, 2011. p. 1820.

¹²⁸ MENEGUELLO & RUBINO. Preservação do patrimônio industrial no Brasil. Entrevista concedida a Maria Cristina Schicchi. *Revista Óculum Ensaios*, PUC-Campinas, 2005. p. 127.

[...] prédios ou máquinas, oficinas, moinhos e fábricas, minas e locais para processamento e refinamento, armazéns (warehouses) e galpões, de locais onde a energia é gerada, transmitida e utilizada, transporte e toda a sua infraestrutura, assim como de locais usados para atividades sociais relacionadas à indústria, tais como habitação, locais para culto e para a educação.¹²⁹

Em relação ao Brasil, Cury & Yagui lembram que a legislação para a proteção do patrimônio de ciência e tecnologia (C&T) – no qual ambas enquadraram o setor elétrico – tem suas lacunas, e que, na ausência de uma legislação própria para o patrimônio industrial, seria a categoria que melhor enquadraria os bens culturais do setor estudado por ambas¹³⁰, tal como no caso do Museu do Carvão. As pesquisadoras delinearam o caminho jurídico que o patrimônio de C&T percorreu, a fim de melhor compreender como se dá a patrimonialização, em especial a musealização desta categoria de patrimônio. Neste trajeto – desde a Constituição de 1988 – percebeu-se que o patrimônio de C&T foi tardiamente visto como “cultural”, seu reconhecimento como tal, pela Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, diz respeito aos bens culturais imóveis, deixando de lado toda a complexidade e riqueza da interação entre os bens imóveis, móveis e sociedade¹³¹. O patrimônio móvel só é incluído a partir do Decreto nº 3.166 de 14 de setembro de 1999, o qual se apoia na Convenção da Unidroid (Roma, 1995), cuja contribuição se dá no campo teórico com a abrangência do conceito de bens culturais, visto a partir de então como *“aqueles bens com importância para a história ou a ciência, inclusive à história das ciências e da técnica, além de manuscritos raros e iconografia, livros antigos, documentos e publicações de interesse científico, isolados ou em coleções”*¹³².

No âmbito acadêmico, um avanço nesse campo apresenta-se na supracitada Carta de Nizhny Tagil. No documento originado no encontro do Comitê Internacional de Conservação da Herança Industrial (The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage - TICCIH), de julho de 2003, é abordado (1) o valor

¹²⁹ TICCIH, op. cit., p.134.

¹³⁰ CURY, M.X.; YAGUI, M.M.P. A musealização do setor elétrico em São Paulo: construção de perspectivas para as usinas hidroelétricas. *Labor & Engenho*. Campinas, v.9, n.1, jan. /mar.2015. p. 105.

¹³¹ O texto da Lei “[...] estabelece como crime contra o patrimônio cultural, o ato de destruir, inutilizar ou deteriorar instalações científicas abrangendo, portanto, o patrimônio cultural imóvel de C&T”, o que é considerado por Cury e Yagui ineficiente na representação do setor elétrico, a não ser que, num exercício interpretativo, fossem consideradas apenas as edificações das usinas geradoras de energia. (Ibidem)

¹³² Ibidem.

estético do patrimônio industrial, definição voltada à arquitetura das edificações; (2) o tecnológico e científico, que inclui todo o complexo de atividades e de equipamentos que dão suporte às indústrias (a produção de energia e os meios de transporte, seus produtos e os locais onde se dá a sociabilidade); e (3) o valor social na construção de identidades, pois trata-se de “*parte da vida de homens e mulheres comuns*”¹³³. Desde então, o patrimônio industrial é uma temática que cresce e se estabelece no meio acadêmico, seguindo por três vertentes: a memória do trabalho, a instituição de acervos, e a presença das edificações industriais na trama urbana¹³⁴.

Retomado o protagonismo do acervo na construção da narrativa expográfica nos museus históricos, percebe-se o quão relevante esse é, também no museu da indústria, na percepção do espaço edificado, pois são vestígios da memória do trabalho, dos processos e das técnicas.

[...] o espaço resultante do fenômeno industrial [é] socialmente produzido enquanto um conjunto de objetos solidariamente interrelacionados.¹³⁵

É mister refletir sobre a importância de manter a relação entre os acervos móvel (documental e tridimensional) e imóvel (edificações) para interpretar a atuação da

¹³³ TICCIH, op. cit., p.134. Contudo a referida carta não aprofunda o que seria “parte da vida”. Conforme apontamento da pesquisadora Beatriz Kuhl não se mencionam as atividades sociais, em si, de maneira explícita como patrimônio (imaterial), o que poderia ser um reflexo da deficiência, apontada pela mesma autora, na produção de conhecimento a respeito do legado cultural da indústria, sobretudo estudos interdisciplinares sobre “*a questão da inserção desses bens no espaço, ao longo do tempo, e suas relações com a estruturação da cidade ou do território, sua articulação com aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos*”. KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio Industrial: algumas questões em aberto. *Revista ARQ.URB*. São Paulo, n.3, 1º semestre de 2010. p. 27.

¹³⁴ A memória do trabalho e do trabalhador – incluindo ex-operários, e descendentes – diz respeito ao conhecimento de técnicas, modos de produção e de organização no espaço de trabalho, além da indiscutível associação destes com a própria experiência industrial (os saberes, as rotinas de trabalho, as práticas cotidianas, a dimensão social dentro e fora do espaço de produção). Já os acervos materiais ligados a essa tipologia de patrimônio são pontuados na Carta de Campinas pela sua diversidade (documentos, maquinário, ferramentas, manuais, entre outros), mostrando-se difícil sua construção devido à dispersão em arquivos públicos ou privados (pertencentes às próprias empresas), à reutilização do maquinário e ferramentas após o abandono da produção em novas atividades, ou mesmo ao descarte (GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA. *Carta de Campinas* - Declaração do GEHT em defesa das construções e instalações utilitárias, 29 de janeiro de 1998. p. 2).

A respeito da presença das edificações industriais na urbe, acredita-se ser necessário pensar em como incluir esses complexos industriais, com status de bem patrimonial, na paisagem urbana, atentando para que a seleção dos exemplares a serem protegidos ocorram antes que sejam utilizados para outros fins que não os voltados ao entendimento destes espaços na sociedade, ou mesmo demolidos, negando sua contribuição para a memória cidadina (MENEGUELLO, 2011, p. 1820.)

¹³⁵ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Patrimônio Industrial e Política Cultural. In: *Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia*. São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, v.2, 1988, p. 68.

indústria no seu espaço, circunscrito e circundante, pois quando tais objetos são retirados de seus contextos originais, perdem em potencial explicativo, e deixam seus edifícios ociosos, privados de serem lidos dentro de uma lógica funcional, acarretando na reutilização ou transfiguração dos mesmos¹³⁶.

Aliás, no Brasil, é sabido que a preocupação com bens patrimoniais teve início justamente com o tombamento apenas de edificações com valor estético ou histórico relevantes para os profissionais da área de arquitetura e conservação, permanecendo os remanescentes industriais, por muito tempo, fora destas categorias, pelo menos os que não se encaixavam nos moldes nacionalistas apresentados pelo Estado. Em nível federal, os tombamentos de conglomerados industriais voltaram-se, sobretudo, para engenhos de cana-de-açúcar e estruturas ligadas à exploração do ouro, excluindo “o ecletismo [...] tudo o que se referia à contribuição do imigrante, à experiência da urbanização intensa e à nascente indústria e suas marcas no tecido urbano”¹³⁷. Mas, no que tange aos órgãos de preservação estaduais ou mesmo municipais, nas últimas décadas, o valor dado aos espaços do trabalho e da produção orientou-se para as realidades locais, auxiliando na construção de identidades definidoras de bairros ou mesmo cidades.

Assim, o crescente número de pesquisas no campo e o aprimoramento da legislação para abarcar a complexidade do patrimônio industrial legitimam o status de patrimônio, e por consequência de fonte histórica e sociocultural, dos remanescentes da indústria no Brasil. Dentre as possibilidades ante à desindustrialização, o processo de patrimonialização, em especial o de musealização¹³⁸, dos espaços de trabalho e

¹³⁶ SAMPAIO, Maria da Luz Braga. *Da fábrica para o museu: identificação, patrimonialização e difusão da cultura técnico-industrial*. 402 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Ciência). Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora. Évora, 2015. p. IV.

¹³⁷ Ibidem, p.1825.

¹³⁸ Segundo Cury & Yagui, apesar de serem muitas vezes entendidas como sinônimas, patrimonialização e musealização são formas de preservação distintas, mas entende-se a segunda como uma forma de materialização da primeira. De acordo com as museólogas, “*patrimonializar pela musealização requer ações outras, pois vincula a preservação a uma instituição específica – e insubstituível, porque nenhuma outra cobre plenamente o seu papel –, o museu, e a procedimentos próprios da curadoria.*” (CURY & YAGUI, op. cit., p. 105). Para esta investigação adotou-se a definição de Loureiro que afirma que a musealização é “*...um conjunto de processos seletivos de caráter informacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa.*” (LOUREIRO, M.L.N.M. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. In: Seminário Iberoamericano de Investigación em Museología, 3. Madrid, 2011. p. 2-3)

seus pertences, mesmo em alguns casos de formas desconectadas entre ambos, mostra-se uma alternativa cada vez mais presente. Cury & Yagui, ao inventariarem a musealização do setor elétrico no estado de São Paulo, demonstraram que é crescente o número de instituições museológicas provindas do patrimônio industrial e identificaram dois direcionamentos: a formação de museus da indústria com recortes históricos, geralmente voltados para a localidade, formados a partir de coleções com a temática específica; e instituições museológicas “novas”, que *“ampliam a ideia do museu clássico, considerando a musealização in situ e a ‘coleção’ como inúmeros elementos materiais situados ou presentes simbolicamente em dado território”*¹³⁹.

Na Europa, berço da revolução industrial, encontram-se diferentes e enriquecedores exemplos de musealização do patrimônio industrial mineiro. Abordar-se-á o caso do Big Pit - Museu Nacional de Carvão de Gales (Reino Unido), do Parque Mineiro de Riotinto (Espanha), do Museu Mineiro do Lousal (Portugal) e de algumas outras iniciativas portuguesas em fase de desenvolvimento.

O *Museu Nacional do Carvão de Gales (National Coal Museum of Wales)* ou apenas *Big Pit*, de acordo com informações retiradas de sua website, visa levar seu visitante em uma jornada pelo período histórico de extração de carvão na região de Blaenavon, no Reino Unido. No passado, Big Pit foi uma junção de várias pequenas minas de carvão (o que tornou o complexo enorme fazendo jus ao seu nome), alimentando o restante da indústria pesada da região e empregando mais de 1.300 homens, sendo fechado em 1980¹⁴⁰.

Big Pit teve duas experiências de musealização: a primeira tentativa – fracassada – foi realizada por um grupo de autoridades locais, conselho de turismo e poucos habitantes, com intuito de proporcionar retomada financeira pelo viés turístico. Segundo o pesquisador Jonathan W. Darroch, originalmente esta foi uma atração comercial, com entrada taxada, mas que acabou por desfazer-se pela sua incapacidade de trazer visitantes locais ao museu¹⁴¹. Em 2000, mudou sua configuração com o reconhecimento do sítio como patrimônio mundial pela UNESCO, tornando-se um museu nacional, oferecendo entrada gratuita. O espaço atualmente

¹³⁹ CURY & YAGUI, op. cit., p. 112.

¹⁴⁰ Website do Big Pit - Museu Nacional do Carvão. (<https://museum.wales/bigpit/>)

¹⁴¹ DARROCH, Jonathan Walker. *Big Pit - National Coal Museum, Blaenavon: from a working past, to a sustainable future*. 2012. 109 f. Monografia (Bacharelado em Gestão Internacional de Turismo). Cardiff Metropolitan University, Cardiff/UK, 2012.

oferece visitas guiadas pelo subterrâneo das minas; exposições de longa duração e temporárias sobre a comunidade mineira (abordando temas como vida doméstica na vila operária; trabalho infantil; acidentes e segurança; questões ambientais e energia sustentável), além de exibição de maquinários nos prédios originais do complexo.

Em sua revisão conceitual sobre herança cultural e sua relação com o turismo, J. Darroch se pergunta como apresentar o patrimônio de um modo a preservá-lo, mas também permitindo ao visitante interagir e obter uma experiência individual, introduzindo como resposta o conceito de patrimônio autêntico (*authentic heritage*). Segundo o pesquisador, cada vez mais o visitante de museus busca uma interação do tipo imersão junto ao patrimônio e, sobretudo, autenticidade¹⁴². Todavia, como o patrimônio pode ser verdadeiramente autêntico quando o que está exposto é uma representação e não está mais no seu contexto original?

Acredita-se que a resposta a essa pergunta esteja na colocação da pesquisadora Daniela Alves Ribeiro, ao comentar o potencial cultural da paisagem das Minas do Pejão¹⁴³

[...] não basta entendê-lo como património de salvaguarda; é importante entendê-lo como expressão de uma memória coletiva, enraizada nas formas, no território, no palco das vivências de uma sociedade própria.¹⁴⁴

Deve haver um equilíbrio entre a necessidade do consumidor e o envolvimento local. Em seu levantamento oral, Darroch apreendeu que o público em Big Pit está satisfeito pelo espaço não ter sido montado para os visitantes, e mesmo sendo um discurso, a presença da comunidade mineira no museu confere a ele fidedignidade. Deste modo, acredita-se que o diferencial desta experiência “autêntica” está na participação da comunidade de ex-mineiros de Big Pit no museu, que ao longo dos percursos criados e sugeridos pela equipe da instituição, guia o visitante, recordando seus saberes de ofício, sua vivência no espaço, trazendo status de verdade à experiência do visitante. Esse último sente-se mergulhado nas angústias, nas alegrias e numa gama de sentimentos com a comunidade operária.

¹⁴² DARROCH, op. cit., p. 8-12.

¹⁴³ As minas do Pejão, na região carbonífera do Douro foi tema de projeto museológico apresentado em 2007, pelo pesquisador Jorge Custódio, à Câmara de Pejão, mas o projeto nunca foi implementado.

¹⁴⁴ RIBEIRO, Daniela Alves. As Minas do Pejão: da estrutura produtiva à paisagem cultural. In: BRANDÃO, J.M.; NUNES, M.F. (ed). Memórias do Carvão. Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Porto de Mós; Universidade de Évora. 2015, p. 105.

Experiência diferente é registrada na Espanha, na região carbonífera do Riotinto. Na década de 1980, a própria companhia mineradora, a RíoTinto Minera S.A., ao constatar o fim da prática extrativista pelo esgotamento de suas jazidas, cria a Fundação RíoTinto com objetivo principal de organização e gestão de um parque temático em torno do patrimônio mineiro. O complexo do *Parque Minero Riotinto* conta com o Museu Mineiro, a Seção Etnográfica Casa nº 21, o *Ferrocarril Turístico Minero* e a Mina de Ferro¹⁴⁵.

O museu, criado em 1987 e aberto em 1992, é uma instituição cultural privada, sem fins lucrativos, que tem como finalidade conservar e restaurar o patrimônio histórico, artístico e ambiental da comarca mineira de Riotinto, bem como fomentar a criação de alternativas para o setor mineiro na exploração turística. Instalado no antigo prédio do hospital britânico, seus idealizadores tinham em mente fugir do modelo tradicional de museu e fundar um ecomuseu, a exemplo de Le Creusot-Montceau-Les Mines (França), mas de modo paradoxal, pois era sua finalidade dar conta do desenvolvimento de três milênios de mineração e metalurgia na região incorporando *“el paisaje a los três elementos fundamentales de un Museo (colección, edificio y público)”*¹⁴⁶, ao invés dos conceitos de patrimônio, território e comunidade¹⁴⁷.

A ideia de um museu da mineração foi até bem recebida pelos funcionários da empresa que participaram, muitos deles, como consultores na catalogação das peças, mas sua atuação foi restringida a isso. O museu não foi concebido para interagir com a comunidade local, sua exposição segue uma narrativa tradicional e cronológica de ocupação de Riotinto com ênfase na extração e beneficiamento dos minérios metálicos provindos de seu subsolo, apresentando a mineradora inglesa como “salvadora” da região¹⁴⁸. Aliás, boa parte do acervo do museu é provindo da prática colecionista da companhia britânica no final do século XIX, quando da construção da vila operária; neste período foram encontrados muitos vestígios de ocupação romana na região, sendo este material recolhido e exposto, na época, numa espécie de

¹⁴⁵ Website do Parque Mineiro de Riotinto. (<http://parquemineroderiotinto.es/>)

¹⁴⁶ DOMÍNGUEZ, Aquilino Delgado (coord.). Catálogo del Museo Minero de Riotinto. Sevilla: Fundación Río Tinto, 2006. p. 11.

¹⁴⁷ Assim como em Riotinto, a idealizadora do Museu do Carvão, Maria Luiza Chaves Barcellos, também se familiarizava com os conceitos de ecomuseu em voga na década de 1980. A partir de alguns documentos localizados no MCAR, é manifesto o desejo da pesquisadora de implantar o modelo no complexo industrial gaúcho, contudo esta iniciativa não se torna realidade, ficando a comunidade à parte da criação e construção do espaço museológico.

¹⁴⁸ DOMÍNGUEZ, op. cit., p. 11.

gabinete de curiosidades da empresa inglesa. Este patrimônio foi musealizado e compõe a atual exposição de longa duração do Museu Mineiro, todavia fazendo parte de um discurso das “origens” da extração, apresentado a partir da reconstituição de uma mina romana.

Com entrada paga, o público do parque temático pode adquirir pacotes de visitação, incluindo o passeio de trem realizado pelas minas a céu aberto e a incursão à Seção Etnográfica Casa nº 21. Ao contrário dos projetos de musealização de minas portuguesas, nos quais o legado mineiro constitui por si só valor identitário e de representatividade, nesta casa não são exploradas memórias dos operários mineiros locais, mas trata-se de um exemplar fiel, no estilo *period room*¹⁴⁹, da habitação vitoriana dos engenheiros britânicos.

O terceiro exemplo é o *Museu Mineiro do Centro Ciência Viva do Lousal*. Desenvolvido pela Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), a convite da Fundação Frederic Velge¹⁵⁰, através do Programa de Desenvolvimento Integrado e de Redinamização do Lousal (RELOUSAL), o projeto de musealização da Mina do Lousal apresentou-se como a primeira oportunidade concreta de criação de um polo científico, cultural e turístico geomineiro em Portugal. O Centro Ciência Viva do Lousal, aberto ao público em 2010, funciona como espaço interativo de divulgação científica e tecnológica.

O Museu Mineiro do Lousal, inaugurado em 2001, estrutura-se da mesma forma. Situado no antigo edifício da central elétrica do conjunto industrial, seu acervo é composto de equipamentos e maquinários provindos do trabalho arqueológico desenvolvido. Sua exposição vai ao encontro do que se realiza nos grandes centros de C&T, e visa contribuir para a história do desenvolvimento técnico mineiro, narrado a partir do domínio do homem sobre a terra, água, fogo e ar no complexo do Lousal¹⁵¹.

¹⁴⁹ O *period room* é uma técnica expográfica marcada pela teatralização dos espaços museais, cujo objetivo é levar o visitante em uma viagem ao passado. Esta técnica hoje é muito criticada, pois, segundo a museóloga Andréa M. Z. A. Santos, esta opção curatorial afasta a instituição de seu compromisso reflexivo, problematizador e histórico para se tornar espaço de celebração do passado, privando o visitante de uma experiência museal crítica. (SANTOS, Andréa Maria Zabrieszsch Afonso. *A Casa dos Bandeirantes como espaço museológico (1954-1964)*. 2016. 297 f. Dissertação (Mestrado em Museologia). PPG Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p.16-17)

¹⁵⁰ A fundação foi criada em 1997, após o fim das atividades mineradoras da região, pelo diretor da empresa mineradora SAPEC, Frédéric Velge e a Câmara Municipal de Grândola, na vila de Lousal. Website da Centro Ciência Viva do Lousal – Mina de Ciência (<https://www.lousal.cienciaviva.pt/>)

¹⁵¹ Museu Mineiro do Centro Ciência Viva do Lousal (<https://www.lousal.cienciaviva.pt/museu-mineiro/>)

Outros dois exemplos de musealização do patrimônio mineiro em Portugal, as Minas do Pejão e de Lena, ainda não implementados, dirigem-se pelo viés histórico, apresentando semelhanças com a proposta encabeçada pelo museu gaúcho. Sua similaridade inicia pelo contexto de construção da estrutura industrial, o modelo de concepção de vilas operárias foi muito bem implantado na região carbonífera do Douro, onde localiza-se a Mina do Pejão:

Inteligível enquanto conjunto, apresentava-se como uma comunidade autônoma, dependente de uma tutela especial, com uma cultura administrativa própria, onde todos os pormenores da vida do mineiro eram equacionados, desde a organização social, à prática de desporto.¹⁵²

Ou mesmo a forma como se deu o processo de término das atividades, pois assim como ocorreu em Arroio dos Ratos, onde as estruturas foram sendo vendidas e o espaço desmanchado ou demolido, em Portugal, a comunidade operária viu o fim da Empresa Mineira do Lena, todo material circulante do caminho-de-ferro foi vendido, os carris foram desmantelados e igualmente comercializados¹⁵³. Porém, apesar do rápido processo de destruição que sofreram os testemunhos materiais destes postos mineiros, ainda permaneceram diversos elementos paisagísticos e documentais capazes de dar uma dimensão plausível e coerente a um museu.

Nestes três casos, das minas de Arroio dos Ratos (BR), do Pejão (POR) e de Lena (POR), os espaços antes frutíferos foram dizimados e ficaram em ruínas. Talvez apoiado nesse abandono – diferencial das outras três primeiras experiências aqui apresentadas – tenha se dado o interesse pela herança imaterial, feita de memórias e afetos¹⁵⁴. Figueiredo deixa claro, *“há um caminho, em que o desenvolvimento industrial se mescla com o quotidiano das gentes, numa dimensão histórica e antropológica totalmente a explorar”*¹⁵⁵. Mas o pesquisador adverte:

Mineração, caminhos-de-ferro e produção de energia elétrica surgem hoje como três pilares de uma estratégia empresarial e de uma realidade que nos parecem longínquas. Mas alguns protagonistas desta realidade ainda estão vivos e permanecem como garantes de uma memória. **Entre mineiros, funcionários de escritório e**

¹⁵² RIBEIRO, op. cit., p. 96.

¹⁵³ FIGUEIREDO, J. O Couto Mineiro do Lena – a base de um museu das indústrias e da comunidade. In: BRANDÃO, J.M.; NUNES, M.F. (ed). *Memórias do Carvão*. Ed Câmara Municipal de Batalha-Câmara Municipal de Porto de Mos, 2015, p. 139.

¹⁵⁴ Ver FREITAS (2014); FIGUEIREDO (2015) e RIBEIRO (2015).

¹⁵⁵ FIGUEIREDO, op. cit., p. 135.

escolhedoras de carvão, com quantos poderemos ainda contar para reconstruir um passado bem recente? E por quanto tempo ainda?¹⁵⁶

Além disso, trazer as memórias do trabalhador mineiro não é tarefa fácil para o profissional de museus, existe uma ambiguidade inerente a esse processo, pois, por um lado, há um passado idealizado, quando havia emprego e todo aparato assistencial para a família mineira; por outro, um tempo onde havia muitos acidentes e mortes, numa vida penosa, além das lutas sociais contra a opressão e exploração pelos patrões. No momento do desenvolvimento de um discurso nesses espaços são tópicos a serem considerados, tem-se aí um limiar muito estreito entre o sentimento e perspectiva da comunidade e a produção de conhecimento acadêmico.

Nesta investigação sustenta-se que as lógicas sociais e territoriais que o árduo trabalho no subsolo obrigava a estruturar são aspectos intrínsecos ao patrimônio mineiro, sua representatividade não está apenas nas formas e equipamentos do processo de extração¹⁵⁷. Ou seja, ser mineiro carrega em si, além de conhecimentos técnicos específicos, conceitos de coragem, luta, união e companheirismo. Sem estes elementos presentes no museu, como falar de uma identidade mineira? Acredita-se que a melhor alternativa seja aquela que Rivière expressou sobre os ecomuseus, que serve para qualquer tentativa museológica voltada à comunidade, que o museu seja

Um espelho no qual esta população se olha para se reconhecer, no qual ela procura uma explicação para o território ao qual ela está unida, junto àquela população que a precedeu, na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Um espelho que esta população tem às suas ordens para melhor se conhecer, com respeito ao seu trabalho, seus comportamentos, sua intimidade.¹⁵⁸

Todavia, para que uma instituição alcance este nível de inclusão – e a comunidade sinta-se moralmente proprietária do território, da fábrica, dos equipamentos, da atividade – recomenda-se que seja pensado um programa museológico que, desde o seu momento de criação, imponha uma linguagem ajustada

¹⁵⁶ Ibidem, p. 14. (Grifo meu).

¹⁵⁷ RIBEIRO, op. cit., p. 103-104.

¹⁵⁸ RIVIÈRE, Georges Henri. Définition évolutive de l'écomusée. *Museum* (Unesco, Paris), no 148 (vol. XXXVII, no 4), 1985. p. 184. (Livre tradução)

“Un miroir où cette population se regarde, pour s’y reconnaître, où elle recherche l’explication du territoire auquel elle est attachée, jointe à celle des populations qui l’ont précédée, dans la discontinuité ou la continuité des générations. Un miroir que cette population tend à ses hôtes, pour s’en faire mieux comprendre, dans le respect de son travail, de ses comportements, de son intimité.”

aos objetivos e aos conteúdos que, por sua vez, devem merecer processos de investigação exaustivos. Para Figueiredo ainda é necessário um trabalho voltado à educação e mediação com a comunidade local – “*o público mais suscetível de fidelização*” – ao mesmo tempo que com agentes institucionais e econômicos, na qualidade de parceiros e mantenedores, sendo, desse modo “*investigação, educação, mediação e marketing (...) eixos prioritários de trabalho*”¹⁵⁹.

Neste sentido, Big Pit é um exemplo bem-sucedido na junção destes eixos e mostra-se mais que um espaço expositivo, mas um elemento aglutinador e valorativo de dupla frente: por um lado, contribui para a coesão territorial, ao trazer a si temáticas que permitem evidenciar uma região, numa perspectiva de conquista de públicos, com um impacto socioeconômico considerável. Por outro lado, concorre para a afirmação da identidade local e torna-se veículo de transmissão da memória, questões essenciais ao bem-estar intelectual e sócio-afetivo da comunidade. O Museu do Carvão tem potencial para realização de musealização nos moldes de Big Pit, diferentemente de outros museus industriais apresentados na presente dissertação, possui um patrimônio muito rico – material e imaterial, tangível e intangível – que abrange muitas frentes de estudo: da indústria carbonífera à história do trabalho e do trabalhador. Todavia ainda necessita de reflexões sobre a relação homem-indústria numa tentativa de compreender como o processo de industrialização (e, por conseguinte de desindustrialização) modificou a paisagem, o comportamento e os modos de vida do grupo mineiro. A instituição, até o momento, está focada para a história da extração, nos equipamentos e técnicas, enquanto minimiza o fato das fábricas não serem apenas edifícios, mas locais de sociabilidade.

Em suma, toma-se que o Museu do Carvão é um museu da indústria, tanto quanto um museu histórico. Com essa afirmação assume-se que os museus da indústria, ligados à remanescentes edificados e equipamentos, não podem estar dissociados de seu aspecto histórico social, e que neste caso, assim como os museus de história, devem ser espaços voltados para a produção e disseminação de conhecimento histórico – inferências do passado a partir do acervo material móvel/imóvel e imaterial – cuja historicidade, sua própria criação, desde os moldes memorialistas e identitários, como ver-se-á, são objetos para reflexão.

¹⁵⁹ FIGUEIREDO, op. cit., p. 145.

2.1.2. Museu “em construção”: embates e entraves (1986-1991)

Definido por esta pesquisadora como museu histórico e da indústria, o Museu do Carvão não se apresentou tão claramente aos agentes envolvidos em sua constituição¹⁶⁰. Após sua criação, a instituição ficou sob a direção de Maria Luiza Flores Chaves Barcellos, cargo assumido pela porto-alegrense antes mesmo de sua oficialização. A professora Maria Luiza, como era chamada pela comunidade, foi fundamental nas tratativas para a criação do MCAR, desde a doação da área de 2.126,70m² dos remanescentes da antiga termelétrica ao Estado pela empresa mineradora Copelmi (Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais)¹⁶¹, em 1983; ao seu tombamento pelo Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE) e Subsecretaria de Cultura do Rio Grande do Sul¹⁶², em 1986; e expansão do parque em 14.982,10 m², em 1988¹⁶³.

No ano seguinte à criação do Museu, e com os olhares voltados para o novo governador Pedro Simon (1987-1991), esperou-se uma nova fase para a população pós reabertura política, de participação civil, com aporte da área da cultura. No plano de gestão deste governador para o Estado é salientado o desenvolvimento industrial, em especial a siderurgia e a indústria petroquímica (ambos fortes na região carbonífera, com as estatais Aços Finos Piratini, em Charqueadas, e o Polo Petroquímico, em Triunfo), mas, infelizmente, a cultura não é mencionada, não compondo o rol de preocupações do novo governo como se esperava¹⁶⁴. Mesmo diante dessa situação de abandono, as movimentações pela institucionalização da cultura gaúcha tomaram fôlego entre os profissionais da área, e a realização de fóruns e discussões resultaram na criação do Conselho de Desenvolvimento Cultural (CODEC), órgão desvinculado de secretarias, subordinado diretamente ao Governo do Estado, sob sua presidência¹⁶⁵. Este conselho foi chamado pelo então governador

¹⁶⁰ E até hoje permanece oscilando entre as duas tipologias ao invés de incorporá-las definitivamente às suas práticas, visto que não há museu da indústria sem o componente histórico; tão pouco teríamos como pensar um museu histórico do carvão ou do mineiro ignorando o prédio e entorno onde foi construído, onde no passado deram-se as relações de sociabilidade e trabalho.

¹⁶¹ Decreto Estadual nº 31.050, de 14 de janeiro de 1983. Diário Oficial, 14/01/1983, p. 4-5.

¹⁶² Ofícios MC/166/85 e MC/188/85. (Acervo do MCAR).

¹⁶³ Para maior detalhamento dos processos de tombamento do Museu do Carvão, ver a obra de Tassiane Mélo de Freitas (2015).

¹⁶⁴ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Plano de Governo de Pedro Simon (1987-1991). Porto Alegre: 1987.

¹⁶⁵ “O Governo do Estado no uso de atribuição artigo 66, item VII, da constituição do Estado. Decreta: Art. 1 - Fica extinta a Subsecretaria de Cultura da Secretaria da Educação [...]

Pedro Simon a estabelecer uma “Nova Política Cultural” e perdurou até 1991, quando da criação da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo deste processo, a figura da prof.^a Maria Luiza é recorrente. Suplente na representação do Comitê Estadual do Rio Grande do Sul no recém-criado Sistema Nacional de Museus (1986), licenciada em História, pós-graduada em Educação e Administração de Sistemas Educacionais, Chaves Barcellos foi uma das inúmeras profissionais da educação que se dedicaram às instituições museológicas gaúchas, à institucionalização da cultura e da profissão de museólogo no Estado, recebendo o título de museóloga e reconhecimento de seu notório saber na área¹⁶⁶. Atenta às discussões no campo museológico¹⁶⁷, a diretora ligada ao ICOM-Brasil, participava de eventos nacionais e internacionais, divulgando o projeto do Museu do Carvão.

Em parceria com a antropóloga Cornélia Eckert, Chaves Barcellos participou da *IV Conferência Geral dos Museus Brasileiros* (Belo Horizonte, maio/1986), apresentando a comunicação “Recursos Humanos em Educação nas propostas sociais dos museus de comunidades industriais – Museu do Carvão/ Arroio dos Ratos-RS”¹⁶⁸. Ainda no mesmo ano recebeu o convite da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) para participar do evento ligado ao *English Heritage of the Historic Buildings and Monuments Commission for England*, o *Colóquio Internacional APOM/86* com o tema “Reviver sítios históricos, Museus, Comunidade e Dinamização Cultural”¹⁶⁹.

Em 1988, a museóloga destaca-se na comunidade cultural gaúcha¹⁷⁰ ao apresentar, a convite do Comitê Soviético do ICOM, o projeto do Museu Estadual do Carvão na *Conferência do Comitê Internacional para Museus Regionais* (URSS,

Art. 2 – Os funcionários, **os membros do magistério estadual** e inclusive servidores contratados e extranumerários com exercício na Subsecretaria de cultura ficam transferidos para o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural de que tratam os decretos nº 32.515, de 15 de março de 1987, e 32.543, de 21 de abril de 1987”. Diário Oficial, 10/07/1987, p. 6. (Grifo meu.)

¹⁶⁶ Em 2014, durante o 6º Fórum Nacional de Museus, em Belém/PA, foi postumamente homenageada por sua grande contribuição ao ramo da museologia, com a Medalha de Honra ao Mérito Museológico.

¹⁶⁷ Neste momento, os ideais da Nova Museologia já eram amplamente debatidos. Esta nova concepção, produto de movimentos culturais dos anos 60 e 70, reviu o papel do museu na sociedade, caracterizando-se pela criação de novos modelos, entre eles o ecomuseal. Entende-se por ecomuseus as iniciativas guiadas pela dessacralização dos museus, de socialização e de envolvimento das comunidades envolvidas em seu raio de ação. Além disso, são caracterizados por acervos abrangentes que envolvem bens imóveis e territórios, bem como espécimes vivos e de bens imateriais. (FERNÁNDEZ, 2003; BARBUY, 1995; RIVIÈRE, 1985), sendo modelo interessante de implantação na região carbonífera do Baixo Jacuí.

¹⁶⁸ Ofício MC 42/86. (Acervo do MCAR).

¹⁶⁹ Correspondência recebida. (Acervo do MCAR).

¹⁷⁰ Reportagem do jornal Zero Hora, jun./1988. (Acervo do MCAR).

setembro/1988)¹⁷¹, colocando o MCAR no grande círculo de discussões¹⁷². Nesta oportunidade, no material preparado pela museóloga para sua apresentação oral na URSS, evidencia-se o desejo de enquadrar o projeto do Museu do Carvão nas tipologias de museu regional, de tecnologia e, sobretudo, de ecomuseu.

A questão é de não impor fórmulas das grandes cidades como Porto Alegre em Arroio dos Ratos. Ao princípio do Eco Museu, a comunidade deve inventar as suas fórmulas e suas formas de ação em busca de sua valorização e identidade.¹⁷³

Apresentando temáticas possíveis de serem abordadas na futura exposição, a museóloga vai do viés histórico (da concessão aos ingleses à visita da Princesa Isabel pelas minas) ao técnico, mas ao final invoca a comunidade mineira como tema central e partícipe deste processo:

[...] foi relatado de maneira simples que o trabalho mais importante nos museus é com a pessoa dentro do museu, o caso das testemunhas orais, problemas de identidade.¹⁷⁴

E retoma os motivos pelos quais o espaço devia ser patrimonializado.

[...] que as ruínas são sacralizadas, justificando a preservação daquela predação que destruiu a identidade de uma comunidade, de uma classe operária, dos mineiros, acontecidas de um dia para o outro.¹⁷⁵

Conforme o exemplo europeu de musealização *in situ* do sítio industrial de Ríotinto apresentado anteriormente, a ideia de “resgate” da memória e das identidades mineiras a partir da experiência ecomuseal estava muito presente no discurso de seus agentes idealizadores. Chaves Barcellos termina sua fala na conferência da seguinte maneira:

Com o meu depoimento, está concluído o tema: A museóloga que vos fala, que sai de Porto Alegre, a capital, para o seu trabalho, em Arroio dos Ratos, no Museu do Carvão, depois de 5 anos tornou-se outra

¹⁷¹ Ofício ICOM-Soviet 174/87, 18/09/1987; Ofício ICOM-BR 0153/88, 29/07/1988. (Acervo do MCAR).

¹⁷² Neste mesmo ano, os remanescentes do Museu do Carvão foram objeto de estudo do VI Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (VI CECRE), em Salvador/BA, onde se estabeleceram diretrizes para sua consolidação, revitalização e recuperação, visando a instalação física do Museu. O projeto de recuperação do complexo produzido a partir do VI CECRE, foi redigido pela eng^a. civil Rita Helena Pimentel Patussi, do IPHAE, e consta no segundo processo de tombamento do Museu. (Acervo do MCAR).

¹⁷³ CHAVES BARCELLOS, Dossiê de participação na Conferência do Comitê Internacional para Museus Regionais, 1988. p. 9. (Acervo do MCAR).

¹⁷⁴ Ibidem, p. 7-8

¹⁷⁵ Ibidem.

peessoa. **Porque a comunidade e eu somos unidas nesta recuperação de identidade, através das Ruínas do Museu.**¹⁷⁶

Na prática, o Museu do Carvão e sua comunidade foram testemunhas do desinteresse do Estado e de seus agentes. Mesmo com enorme potencial, entre 1986 e 1991, as expectativas sobre o Museu foram frustradas, caindo no descrédito junto à comunidade, pois só havia destroços e nenhum espaço apto para exposições. De acordo com a reportagem do jornal local *A SEMANA* havia um “*perfeito descaso do governo estadual diante da realidade, conforme os moradores de Arroio dos Ratos, do museu-projeto*”, e a diretora nem sequer aparecia para inspecionar as obras¹⁷⁷. Na semana seguinte, a própria Maria Luiza procurou o periódico para prestar esclarecimentos, alegando a falta de verba para as diárias e pedindo que a comunidade se conscientizasse de que o Estado não seguiria o modelo “paternalista” de antigamente, devendo seus membros “*crianças, aposentados e etc.*” tomarem as rédeas e “*ajudar nos trabalhos leves, mas conforme ela, necessários para a conclusão das atividades (varrer, limpar área)*”¹⁷⁸.

A fim de resolver esses problemas, em junho daquele ano, foi proposto em reunião, na Sede do CODEC, um termo de auxílio ao Museu, devendo o mesmo ser recebido e administrado pela Comissão Coordenadora Pró-desenvolvimento do Museu do Carvão, indicada pela presidência do PMDB da região carbonífera e assinado pelos prefeitos da região e pelo Governador do Estado¹⁷⁹. Segundo este termo de compromisso, enquanto o Estado entraria com uma verba inicial de Cr\$ 1 milhão¹⁸⁰, competia às prefeituras

[...] fornecer os recursos disponíveis para a realização das propostas apresentadas no termo; ceder recursos humanos e materiais ajustados ao projeto; bem como promover junto à comunidade campanhas do acervo da memória do carvão através dos objetos e utensílios de valor cultural, fotos e documentação que registram a história do carvão no RS.¹⁸¹

¹⁷⁶ Ibidem. (Grifo meu).

¹⁷⁷ A SEMANA, 1-19/maio/1990. (Acervo do MCAR).

¹⁷⁸ A SEMANA, 25/maio - 2/jun/1990. (Acervo do MCAR).

¹⁷⁹ Ofício da Prefeitura de Arroio dos Ratos, de 02/ ago. /1990, ao Secretário da Cultura do Estado. (Acervo do MCAR).

¹⁸⁰ ZERO HORA, 12/set. /1990. (Acervo do MCAR).

¹⁸¹ A SEMANA, 25/ago. - 1/set. /1990, p.11. (Acervo do MCAR).

Nesse momento, o governador Pedro Simon renuncia ao cargo e o comando do Estado passa às mãos de seu vice Sinval Guazzelli (PMDB)¹⁸². E tão logo as eleições gerais de outubro de 1990 apresentaram um novo governador ao Rio Grande do Sul, Alceu de Deus Collares (PDT), era preciso prestar contas à comunidade antes do final do mandato peemedebista. Na esfera cultural, duas são as ações: a Secretaria do Estado da Cultura, sob à direção de Carlos Jorge Appel; e no campo dos museus, a exemplo do estado de São Paulo, vê-se o Sistema Estadual de Museus ser finalmente fundado e dar impulso às iniciativas museológicas.

Localmente, de janeiro a março de 1991, tem-se um esforço coletivo para a abertura da sede administrativa do Museu do Carvão, encabeçado por Jussara Maria Pieruccini, coordenadora geral do evento e, então, diretora do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, ficando a então diretora Maria Luiza Chaves Barcellos como coadjuvante (fig. 9). A prioridade deste projeto de abertura era a finalização da reforma do prédio administrativo, onde ocorreria a exposição *O Ouro Negro do Rio Grande: 138 anos de carvão no Brasil* (1991), de caráter temporário, feita para apaziguar a relação conflituosa entre os agentes externos e a comunidade da região carbonífera; e limpeza de seu entorno, onde ficariam estandes dos municípios patrocinadores do evento de reabertura da instituição e o Trem-Biblioteca Francisco Moreira dos Santos¹⁸³.

¹⁸² O governador Pedro Simon renuncia, em 1990, para concorrer nas eleições do mesmo ano ao Senado.

¹⁸³ O trem-biblioteca, parte de uma locomotiva a vapor que transitava por Porto Alegre, foi entregue por empréstimo pela Rede Ferroviária Federal S/A sem ônus e a título precário. O Museu estadual, não conseguindo fazer a mínima manutenção na locomotiva, repassou-a em 2008 para a prefeitura de Carlos Barbosa, que teria interesse em reformá-la e colocar ela em uma praça como atração turística. Porém, a troca do gestor municipal novamente relegou-a ao total abandono, em local desprotegido, exposta às intempéries e vandalismo, estando hoje na pior situação das últimas cinco décadas. (FREITAS, 2015, p. 105).

Figura 9. Abertura do Museu do Carvão, 1991. À esquerda, Jussara Pieruccini (Diretora do MARS) e o Secretário Estadual da Cultura Carlos Appel, juntamente com autoridades locais. A diretora do MCAR Maria Luíza Chaves Barcellos ao fundo. (Fonte: Acervo do MCAR).

O Museu do Carvão foi aberto ao público em 10 de março de 1991, quatro dias antes da posse do novo Governo do Estado. Com a presença do governador Sinval Guazzelli¹⁸⁴, do Secretário da Cultura Jorge Carlos Appel e prefeitos da região carbonífera, foi finalmente assinado o Termo de Posse da Comissão Pró-desenvolvimento do Museu do Carvão e o Termo de compromisso entre o Estado e as prefeituras para manutenção da instituição e continuidade do projeto¹⁸⁵ (fig.10).

¹⁸⁴ Apesar da inferência da presença do governador em mais de um periódico, estranhamente não há registros fotográficos que corroborem com este comparecimento.

¹⁸⁵ Reportagem no jornal da Secretaria de Estado da Cultura / SEDAC. TRINTA DIAS DE CULTURA, Fev/Mar, 1991, p. 19. (Acervo do MCAR)

Figura 10. Abertura do Museu do Carvão, 1991. A) À esquerda, a diretora do MCAR, Maria Luiza Flores Chaves Barcellos, representante local (não identificado), o diretor da empresa mineradora Copelmi, Ney Webster Araújo e o representante do Estado, o Secretário da Cultura Carlos Appel. B) Representante da Copelmi em entrega simbólica de acervo ao MCAR, através da figura do Secretário da Cultura. (Fonte: Acervo do MCAR)

2.2. Egos do Carvão presente na Cultura¹⁸⁶: na luta pelo carvão ou pela comunidade?

A partir da década de 1990, as discussões em torno dos museus no Rio Grande do Sul tomaram novo rumo quando as instituições museológicas foram tomadas como parte da indústria cultural e do turismo, interessando à economia urbana e, por consequência, à partidos políticos¹⁸⁷. Assumindo o governo estadual, Alceu Collares (1991-1994) apresentou o campo da cultura no seu plano de gestão como “*pedra angular*” da sociedade gaúcha, diagnosticando tímida atuação dos governos anteriores para a mesma, sobretudo por não pensarem “*a cultura como um todo, mas como um ato pedagógico e educacional*”¹⁸⁸. Naquele momento, seu governo propôs a realização de um inventário, cadastramento e divulgação do acervo cultural do Estado,

¹⁸⁶ Parodiando o título da exposição de reabertura do Museu Estadual do Carvão – Ecos do carvão presente na cultura.

¹⁸⁷ FRAGA, op. cit. p. 84.

¹⁸⁸ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Plano de Governo de Alceu de Deus Colares (1991-1994). Porto Alegre: 1991, p.50. Ao final do seu mandato verificou-se que esse foi um governo marcado pelo desmonte da cultura – o período todo pode ser assim assinalado, inclusive em nível nacional com a extinção do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, em 1991, pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

relacionando-os à uma política de regionalização cultural, em prol das regiões interioranas¹⁸⁹, onde para muitos está o cerne identitário do gaúcho.

O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e **dar a conhecer e fazer reconhecer a região** assim delimitada – e, como tal, desconhecida – **contra a definição dominante**, portanto, reconhecida e legítima, **que a ignora**.¹⁹⁰

Em vários momentos de seu plano de gestão, o discurso do governo Collares mostra um Rio Grande do Sul ressentido pela hegemonia do eixo Rio-São Paulo.

O carvão, nossa principal riqueza mineral, que representa reserva energética nacional cinco vezes maior do que a petrolífera, está abandonada. Na matriz energética nacional, o carvão representa menos de 2%, enquanto que nos países de primeiro mundo participa com mais de 20%.

É importante lembrar que 90% das reservas nacionais de carvão estão no Rio Grande do Sul e talvez seja esta a razão para o descaso com essa riqueza brasileira, afinal estamos longe do núcleo que comanda [...] ¹⁹¹

Havia uma preocupação por parte deste governo de recolocar o carvão como matriz energética, sendo tópico o “Programa de Desenvolvimento do Carvão Gaúcho”. Do mesmo modo que se procurou a valorização da cultura gaúcha interiorana, buscou-se também da produção gaúcha, em especial a do carvão que, certamente, afetaria no rumo que tomaria o Museu do Carvão.

Em 1991, Chaves Barcellos é reempossada diretora do Museu do Carvão, e, apesar da nota sobre o assunto no periódico Zero Hora, um dos maiores veículos midiáticos gaúchos, ressaltando os inúmeros amigos conquistados em Arroio dos Ratos e o apoio das autoridades do município¹⁹², o ex-diretor Fabio Coutinho, assessor do museu na época, afirma que a relação da diretoria com a comunidade não era próxima, tão pouca boa (informação verbal)¹⁹³. Em análise autocrítica, outro

¹⁸⁹ Ao final do seu mandato verificou-se que esse foi um governo marcado pelo desmonte da cultura. O período todo pode ser assim assinalado, inclusive em nível nacional com a extinção do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, em 1991, pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

¹⁹⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 116.

¹⁹¹ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Plano de Governo de Alceu de Deus Colares (1991-1994). Porto Alegre: 1991, p. 62.

¹⁹² Zero Hora, 27/mar./1991. (Acervo do MCAR).

¹⁹³ COUTINHO, Fábio Borgatti. Entrevista concedida a Clarissa Wetzels de Oliveira, em Porto Alegre, em 22/02/2017.

membro da equipe de Maria Luiza, Rita Helena Pimentel Patussi¹⁹⁴, expõe o relacionamento com a população local:

[...] E eu acho que assim, a gente poderia ter sido mais efetivo, se a gente tivesse se unido mais com a pesquisa da Cornélia [Eckert], tivesse feito um trabalho um pouco maior com a comunidade de escuta com a comunidade, de trazer a comunidade pra aquilo também. [...] Era uma coisa assim que as pessoas não conseguiam compreender o que nos levava a fazer isso, o que a gente queria com isso. E pensando bem o que ia justificar, o por que as duas [a própria Rita Helena e Maria Luiza] resolveram acreditar nisso e ver que isso era importante, racionalmente eu não saberia te dizer...¹⁹⁵

Assim, não demorou muito para que Chaves Barcellos fosse afastada e assumisse em seu lugar Marione Nair Alves Fonseca, membro de uma diretoria tripla que contava ainda com o ex-mineiro Juarez Adão Lima na Direção Administrativa – aliás, filiado e candidato pelo PDT à prefeitura de Arroio dos Ratos nas eleições anteriores – e outro membro indicado pelo PDT da região carbonífera para o cargo de Diretor de Eventos Culturais¹⁹⁶.

Essa diretoria é desfeita em março 1992 pela Secretária da Cultura Mila Cauduro, sendo nomeado o novo diretor Fábio Coutinho¹⁹⁷. Coutinho, em entrevista para a pesquisadora, confirma a estagnação em que se encontrava a instituição, sendo sua meta a construção do museu, que até então eram ruínas e promessas. Quando questionado sobre a relação entre a reabertura do Museu do Carvão e os planos do Governo do Estado de incentivo à extração de carvão, o diretor foi categórico “(...) *nós tínhamos um projeto, muito bem concatenadas as coisas*”, em sequência “(...) *e o Collares queria sim reativar tudo isso, e o Museu do Carvão fazia*

¹⁹⁴ Diretora do IPHAE no período, foi engenheira responsável pelo projeto de restauração do complexo industrial apresentado no VI CECRE e pelo pedido de tombamento do restante da área.

¹⁹⁵ Rita Helena Pimental Patussi, em entrevista concedida a Tassiane Mélo de Freitas. FREITAS, 2015, p. 113.

¹⁹⁶ A SEMANA, 29/abr. - 04/maio/1991. (Acervo do MCAR).

¹⁹⁷ Associado ao ICOM-Brasil, Fábio Coutinho é formado em Jornalismo, mas se destaca por sua notória atuação no que concerne à temática patrimônio. Foi um dos responsáveis pela instalação do Brique da Redenção, foi diretor do Museu de Arte do Rio Grande do Sul e, recentemente, superintendente cultural da Fundação Iberê Camargo, estando a frente da direção do Museu do Carvão de 1992 a 1995.

*parte dessa estratégia, tanto que houve uma dedicação muito grande*¹⁹⁸, evidenciando a luta de Collares pela reativação das minas (fig.11).

Figura 11. Reportagem e entrevista com o Governador do Estado do RS, Alceu de Deus Collares (PDT). [S/I, 199?] (Fonte: Acervo do MCAR).

Dessa forma, na gestão de Coutinho, o Museu tomou efetivamente forma, sendo realizado parte do projeto de restauração e adaptação, idealizado pela arquiteta Ediolanda Liedke, da Secretaria Estadual de Planejamento e Obras, para o complexo carvoeiro de Arroio dos Ratos (fig. 12).

¹⁹⁸ COUTINHO, 2017. (Grifo meu).

Figura 12. Sketch do projeto de restauração do Museu do Carvão. Folder 'Museu do Carvão, 1993 – o ano da Restauração', 1993 (Fonte: Acervo do MCAR).

No projeto (fig. 13), a área da Usina (incluindo o Frontão e a Chaminé) seria destinado às exposições temporárias e de longa duração, sendo o Frontão, assim como no passado, a entrada principal do complexo cultural. As ruínas do Resfriador tornar-se-iam um estabelecimento alimentício; a Casa Amarela seria a zeladoria, visto que estaria próxima à entrada secundária da instituição; o prédio já reformado do Almojarifado permaneceria abrigando a administração, bem como o Trem-Biblioteca continuaria a compor o espaço. A primeira das três etapas englobava a reconstrução do Frontão e do prédio da Usina; as outras duas seriam para obras de adaptação do espaço em centro cultural.

Figura 13. Planta Baixa, vista lateral e frontal do Museu do Carvão. Folder "Museu do Carvão, 1993 - o Ano da Restauração", 1993 (Fonte: Acervo do MCAR).

"1993, o ano da restauração". Assim o folder anunciava, junto à imagem da estrutura da antiga usina em ruínas, os planos previstos para aquele ano no Museu Estadual do Carvão. A ideia trazida pelo material indicava que o objetivo naquele momento era *"resgatar a memória do mineral no Estado, berço da indústria carbonífera no País"*. Mais adiante, coloca também como objetivo do Governo que naquele momento administrava o Estado *"restaurar as ruínas e entregar à comunidade da região um local para eventos culturais, preservando a história do Município e dos primeiros mineiros do País"*¹⁹⁹.

O início do projeto de restauração teve grande repercussão e foi marcado pelo evento "Faça Arte no Museu", em junho daquele ano, quando 22 artistas do círculo porto alegreense foram convidados para registrarem as ruínas do complexo industrial

¹⁹⁹ Folder "Museu do Carvão, 1993 – o Ano da Restauração". (Acervo do MCAR).

antes de iniciarem as obras²⁰⁰. De fato, esse evento inaugurou uma série de mudanças no Museu: ocorreu a anexação e tombamento do restante da área do MCAR²⁰¹ e um Convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Arroio dos Ratos de R\$135.000,00 em investimento e outros R\$185.000,00 em permuta²⁰² foi firmado.

A ideia era consolidar as ruínas existentes e restaurar os prédios passíveis de uso, respeitando sua arquitetura e os elementos que o compunham. Na entrada principal foi realizado um pórtico de arcos de ferro que reproduz a estrutura de um escoramento de mina. Coutinho lembra o cuidado que ele e a arquiteta Ediolanda Liedke tiveram para idealização e realização do MCAR:

[...] trabalhamos muito Ediolanda e eu pra... como nós vamos fazer, e o que pode ser reconstruído, o que pode ser restaurado, o que que tem que ficar como ruína, então, podes ver que lá... o que deu para ser reconstruído nós fizemos, o que deu pra... obedecendo rigorosamente os padrões internacionais de... daquilo que é ruína.²⁰³

E o esforço de ambos foi percebido e ressaltado:

[...] pode-se observar a preocupação em conservar os elementos que sobreviveram à dinamitação, sem alterar sua forma de ruína, sendo que os materiais inseridos para reaproveitamento e adequação dos prédios ao seu novo uso são contemporâneos, permitindo uma fácil identificação e distinção entre os elementos originais e as interferências atuais.²⁰⁴

²⁰⁰ Folha de Charqueadas, 25/06/1993, p. 3; Delta Folha, 26/06 – 03/07/1993, p. 4; Jornal do Comércio, 05/07/1993, s/p; Trinta Dias de Cultura, julho/1993, capa. (Acervo do MCAR)

²⁰¹ Ao processo de tombamento que tramitava desde 1990 foi anexado a área lindeira ao museu, onde encontravam-se o prédio das “Oficinas” e outros vestígios. De posse da FERRAÇO – Indústria e Comércio de Ferro e Aço Ltda., após tombamento, pela Portaria 14/93 (Diário Oficial, 19/10/1993, p.32), o Museu do Carvão aumentou seu parque para aproximadamente 11 ha.

²⁰² Discurso proferido por Fábio Coutinho na reabertura do Museu do Carvão, em Arroio dos Ratos, 07/12/1994. (Acervo do MCAR). Até o momento não foi localizado o Convênio 235/93 para análise das atribuições das partes.

²⁰³ COUTINHO, 2017.

²⁰⁴ Reportagem de 1993 do jornal Trinta Dias de Cultura, da Secretaria do Estado da Cultura. (Acervo do MCAR).

Mesmo com todas as dificuldades relacionais, dia 07 de dezembro de 1994, o Museu do Carvão reabriria suas portas à comunidade carbonífera, agora em definitivo. Na presença do Governador do Estado Alceu Collares, da Secretária da Cultura Mila Cauduro e outras autoridades (fig. 14), foi entregue as estruturas do Frontão, do Resfriador, da Chaminé e das galerias subterrâneas restauradas, o prédio da Usina restaurado e adaptado para receber o acervo museológico.

Figura 14. Reabertura do Museu do Carvão, 1994. Vera Cabral; Regina Escosteguy Flores da Cunha, da Casa de Cultura; Mila Cauduro; Neuza Canabarro, primeira-dama do Estado; s/i; Jaury Gonçalves Cunha, prefeito de Arroio dos Ratos; Alceu Collares e Fábio Coutinho, na solenidade de reabertura. (Fonte: Acervo particular de Fábio Coutinho).

Para a exposição intitulada “O Eco do Carvão presente na Cultura”, o projeto pretendia mostrar as diversas fases do período de funcionamento da usina²⁰⁵. Questionado sobre a presença do árduo trabalho mineiro no discurso expositivo, Coutinho alega a pobreza do acervo, a desconfiança da empresa mineradora e da população na doação de peças e documentos, todavia relembra que fazia parte do projeto conceitual trazer reflexões sobre a temática:

[...] eu tinha uma ideia, assim, porque eles [empresa Copelmi] tinham milhares de fotografias, de carteiras profissionais, com gente de todas as cores, raças, sobrenomes, e aquilo daria um painel genial, para tu

²⁰⁵ Ibidem.

começares a pensar coisas a partir dali. Documentos, contratos, coisas de acidentes, morte [...] então, havia links para tu começar a traçar [...] ²⁰⁶

Como ver-se-á, essa ideia não se concretizou, e a relação dessa diretoria com a comunidade continuou distante. Mesmo assim, em relatório ao Conselho Estadual de Cultura, Coutinho acreditava que apesar do relacionamento entre museu e comunidade ser “*pouco*”, o sentimento era de “*bastante credibilidade*”, necessitando apenas que a população da região se apropriasse do espaço através de eventos²⁰⁷, tais como o “Faça Arte no Museu”, os concertos da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), entre outros.

Quando se pensa nos museus históricos do século XIX, deve-se ter em mente que estas instituições objetivavam garantir a preservação dos bens culturais dos estratos detentores de poder e, ao mesmo tempo que forneciam identificação do visitante com o patrimônio, articulavam os conceitos de nação com a representação simbólica de uma identidade²⁰⁸. Em meados do século XX, veremos uma fragmentação destes e outros museus em especialidades (a exemplo do trabalho, do mineiro ou mesmo do carvão), assegurando a preservação de culturas material e imaterial – muitas vezes associados a afetividades locais – as quais de outra forma teriam desaparecido. De tal modo, o aparecimento destas novas tipologias propiciou a criação de espaços museológicos como o Museu do Carvão.

Porém, mesmo dado por temáticas, algumas características parecem permanecer: o MCAR apresenta-se como espaço físico e simbólico do trabalho, provocando memórias, suscitando o sentimento de pertencimento da comunidade carbonífera, erigindo uma identidade mineira a partir da legitimação do passado. Apesar do conceito de identidade operado por Benedict Anderson – a nacional – estar no cerne do fim de identidades locais/comunitárias como a mineira arroio-ratense, é importante o apontamento feito pelo autor sobre o as instituições museológicas,

²⁰⁶ COUTINHO, 2017.

²⁰⁷ Relatório de Vistoria das Instituições Culturais, realizado em maio de 1994 pelo Conselho Estadual de Cultura. (Acervo do MCAR).

²⁰⁸ VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana: o Museu Nacional de História do México (1940-1982)*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 19.

mecanismos pedagógicos retomando Candau, no sentimento de pertencimento, isto é, na construção e consolidação da memória, da história e das identidades, sejam elas nacionais, regionais ou locais. Não foi à toa que diversos agentes buscaram estar presentes na criação do Museu do Carvão.

No caso do MCAR, as reflexões sociais próprias das instituições históricas e industriais não foram efetivas na sua construção, ao contrário, a comunidade local aparece dissolvida, e a instituição tornou-se instrumento de uma política de incentivo regional do governo do Estado do Rio Grande do Sul, o qual estabeleceu suas metas e determinou seu discurso expográfico. Tem-se ciência que o processo de construção do discurso museológico é sempre um caminho longo e contínuo de pesquisa, coleta, documentação e conservação do acervo, portanto, a ideia de que o patrimônio é um bloco único e a exposição é neutra, que muitas vezes permeia o imaginário do visitante é ilusória. São numerosos os fatores que influenciam nas narrativas museológicas, não assumir escolhas é esgotar as possibilidades de problematização da exposição histórica com esta ou aquela representação do passado. Em função desta reflexão, acredita-se que nenhum museu é apolítico, tão pouco o foi/é o MCAR.

Por fim, o que se pôde constatar, desde a criação à reabertura do Museu do Carvão (1986-1994), foi a participação do Estado, sem o qual o museu não existiria. Apesar dos interesses dos governos serem em benefício do carvão, muitos dos seus agentes, na figura de seus diretores buscaram construir um espaço cultural de acordo com pensamentos museológicos em vigor na época. Foi iniciativa dos agentes patrimoniais do Estado a criação e preservação dos remanescentes da antiga usina termelétrica, também o modo como se deu a adaptação do espaço e seus usos foram decisão exclusivamente destes

O Museu Estadual do Carvão podia fazer o que bem entendesse independente do que a câmara ou a prefeitura quisessem, aquilo lá não é território do município... é estadual, entende, eu sinto muito, mas a prefeitura ficou de lado de todo processo [...] passava a verba, a prefeitura tinha que cumprir o convênio, mas o projeto não foi como a prefeitura queria, como o arquiteto quisesse, foi como nós [com muita ênfase no áudio] da secretaria de cultura queríamos, foi um projeto nosso...²⁰⁹

²⁰⁹ COUTINHO, 2017.

A respeito da empresa mineradora, sua ação foi pouco expressiva, aparecendo apenas nos eventos públicos após doação da área restrita da Usina, venda do entorno e da doação de peças ao acervo para a montagem da exposição. A esse respeito, Fabio Coutinho enfatiza o temor da companhia de que se expusesse negativamente sua imagem para a população, mudando de postura assim que o Museu do Carvão foi reinaugurado, em 1994 (Informação verbal)²¹⁰.

Como vimos, o surgimento da comunidade carbonífera é anterior ao Museu, contudo é a partir dele que, não havendo mais a atividade que a unia, se fez possível imortalizar a memória do ofício mineiro e dar continuidade ao legado. No que diz respeito ao o Museu do Carvão, enfatiza-se a participação quase inexistente desta comunidade carbonífera em todo o processo, estando sua presença em poucas figuras e de alguns dirigentes locais. Como relata a depoente Lourdes Lima:

[...] ela [movimentação pela preservação das ruínas industriais] surgiu mais através dos movimentos políticos partidários também, não foi... porque a gente tinha muito, claro que depois... o que eu quero te explicar é o seguinte, que a gente teve apoio dos movimentos políticos partidário para sair esse museu do carvão, não foi só o movimento pela cultura.²¹¹

Em outro trecho, ressalta, com frustração, as tentativas de atuação de seu esposo e a sua própria como representantes da comunidade.

[...] fui vereadora dez anos no município [de 1983 a 1992], batalhamos por este museu do carvão, **mas a gente é quase voz isolada** [...]²¹²

Segundo a historiadora Tassiane Freitas, apesar de alguns relatos sobre a participação da comunidade na patrimonialização e musealização dos remanescentes, *“as possibilidades da existência de forças entre a comunidade capazes de engendrar [esses processos] é quase nula”*²¹³. A historiadora salienta que com o fim da atividade, muitas famílias deixaram Arroio dos Ratos com a empresa ou em busca de novo emprego, permanecendo na cidade apenas poucos aposentados da atividade extrativa e seus descendentes, os quais com a morte desses ex-mineiros não encontravam *“motivações suficientes entre [eles], a fim de preencher com novas*

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ LIMA, Lourdes. Entrevista concedida a Tassiane Mélo de Freitas. Arroio dos Ratos, 14/12/2013. (Acervo pessoal de Tassiane Mélo de Freitas).

²¹² Ibidem. (Grifo meu).

²¹³ FREITAS, 2015, p. 90.

cores os referentes que a cada dia se perdiam”²¹⁴. Assim, a comunidade mineira silenciou-se ao mesmo tempo que foi silenciada, mostrando-se apenas após a reabertura do Museu do Carvão, em 1994, com a doação de peças para compor o acervo, provavelmente por não se ver refletida naquele espaço.

²¹⁴ Ibidem

CAPÍTULO 3. A identidade mineira no discurso expositivo do Museu Estadual do Carvão

Para a Museologia a comunicação museológica – seja ela através de projetos educativos ou a própria exposição – é parte de uma série de ações dentro do museu. Todavia, para a maioria dos visitantes, o discurso expositivo é aquilo que os atinge, é o fim se pensado a respeito do controle do museólogo sobre a ação pedagógica, mas o início de novas construções e relações do indivíduo consigo e com o mundo. É neste momento que o visitante tem a oportunidade de realizar uma leitura do mundo/realidade dada e se possibilita uma (re)leitura de si mesmo e de sua realidade no presente.

É através do objeto museal, agente de informação e construtor de significado, e do espaço museológico, enquanto narrador autorizado, que se constrói o discurso próprio da instituição. Assim, observada como uma das principais instâncias de mediação dos museus, a exposição museológica – à primeira vista, uma composição de elementos organizados em espaços preparados – elabora e comunica determinada mensagem, sempre com uma finalidade e posicionamento ideológico bem definidos²¹⁵. O historiador José Bittencourt comenta que a abertura, na década de 1950, às novas disciplinas no campo da linguística e da semiótica possibilitou olhar para os museus como formações discursivas, ou seja, *“como atos de comunicação linguística historicamente condicionados”*²¹⁶.

São inúmeros os fatores que influenciam nesta comunicação, desde a formação dos profissionais, os potenciais de salvaguarda e comunicação dos acervos, as tensões no seio institucional, a busca de soluções para os problemas conceituais e técnicos ou mesmo de aproximação do público. A esse respeito, são notórios os embates entre regimes de representação da memória e da história, e, muito claramente, o MCAR mostrou-se arena de disputas na busca por assegurar e imortalizar discursos distintos da memória e identidade mineiras, visões díspares por parte do Estado e da comunidade.

²¹⁵ DEVALLO, Jean. Comunicação e sociedade: pensar a concepção da exposição. In: BENCHETRIT, Sarah Fassa et al (org.). *Museus e Comunicação: exposições como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010, p. 17; e VASCONCELLOS, op. cit., p. 82-83.

²¹⁶ BITTENCOURT, José. Cada coisa em seu lugar. *Anais do Museu Paulista*, vol. 8/9, 2001, p. 159.

Já se concebeu, a partir do pensamento de Halbwachs, Pollack e Candau que memória e identidade são construções e que mantém uma íntima ligação entre si. A memória além de seletiva, coletiva e herdada é uma resposta às demandas do presente. A identidade também não é estática e se dá, geralmente, em oposição ao *Outro*, tendo por pilares fundamentais uma memória das origens e dos acontecimentos. Contudo, nenhum destes pesquisadores parece tratar da passagem desta memória, que é coletiva e comunicada entre gerações, para a memória institucionalizada, lacuna que os pesquisadores Jan e Aleida Assmann pretendem preencher ao lançar sua teoria acerca da memória cultural²¹⁷.

O estabelecimento da memória como um fenômeno socialmente mediado, que remonta a Halbwachs, é o ponto de partida para o casal Assmann na compreensão da base cultural da memória. Dentro da dimensão social do fenômeno estudado, é necessário distinguir a “memória comunicativa” – limitada ao círculo de algumas poucas gerações capazes de transmitir memória através da oralidade, prática corrente na comunidade mineira – e a “memória cultural” – que consiste em formas de cultura objetivadas e cristalizadas em textos, imagens, rituais, monumentos, entre outros²¹⁸, tais como as festividades em torno de Sta. Bárbara (padroeira dos mineiros), bem como o próprio Museu do Carvão e todo aparato cultural que o envolve.

Halbwachs, de certa forma, também assinala solidez no seu conceito de memória: mesmo a memória coletiva sofrendo constantes mudanças, o espaço físico é visto pelo autor como ponto de estabilidade. Já a pesquisadora Aleida Assmann relembra que nem o texto escrito ou visual detém o poder simbólico do espaço, o qual carrega uma “*aura (...) que não é reproduzível em medium algum*”²¹⁹. Ao refletir sobre a ligação entre memória e espaço, compreende-se a relação da comunidade carbonífera com os remanescentes da Usina Termelétrica CEFMSJ, pois

[...] é justamente a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afora e encontrar passado no presente – mas é exatamente assim que podemos definir a memória e somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes.²²⁰

²¹⁷ ASSMANN, 2011b, p. 32.

²¹⁸ ASSMANN, 1995. p. 126-128.

²¹⁹ ASSMANN, 2011a, p. 350.

²²⁰ HALBAWCHS, op. cit., p.160.

Nesse sentido a escolha do prédio que abriga o acervo do MCAR também é fator importante. Mesmo estando em local mais baixo que o centro de Arroio dos Ratos, as ruínas do Museu são avistadas com facilidade por qualquer visitante que chegue a cidade²²¹. Dentro do Parque, dentre os prédios do complexo industrial que poderiam abrigar o acervo, a escolha da Usina não está ligada à sua centralidade no terreno, mas tão pouco foi aleatória. Podendo escolher a maior edificação ou a em melhor estado de conservação, os agentes responsáveis pela restauração do MCAR optaram pela construção vital do antigo complexo termoelétrico, onde toda a atividade girava em torno: a Usina. Simbolicamente este local, mesmo estando decrépito quando do início das atividades de restauração (fig.15), mostra-se força motriz para as memórias (boas e/ou ruins) e sentimentos de pertença dos ex-operários, ao mesmo tempo que traz uma aura sagrada àquilo que abriga. Sua própria história – do prédio – funde-se com a história da mineração na região e com a dos ex-mineiros, indo além:

Neste contexto, há um apelo a seus visitantes para que se sintam orgulhosos, herdeiros e “participantes” de toda aquela trama histórica que aconteceu ali mesmo e na qual devem se espelhar, reconhecendo-se, identificando-se e, em última instância, lutando pela sua preservação.²²²

Vasconcellos ainda acrescenta a intenção de criar um vínculo simbólico entre passado-presente, vínculo este já existente entre os ex-operários antes mesmo da criação do museu, mas que agora abarca as futuras gerações e outros visitantes, numa espécie de local cerimonial e sagrado. Anderson, ao tratar da construção identitária a partir dos signos (institucionalizados), apresenta o exemplo dos cenotáfios, monumento fúnebre e túmulos vazios carregados de imagens nacionais espectrais²²³; não seria a Usina, de certo modo, vista pela comunidade carbonífera

²²¹ Este fato tem por contribuição a lei municipal nº 646/1989, de autoria da Câmara Municipal de Vereadores de Arroio dos Ratos, que regulamentou normas de uso e ocupação do solo das cercanias da área tombada no primeiro processo de tombamento dos remanescentes (Lei Municipal nº 639/1989): Art. 1º. Reconhecendo o tombamento Estadual dos remanescentes da Antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos – Poço I, como Patrimônio Cultural, esta lei institui normas e critérios de preservação e proteção do entorno deste Patrimônio, por fazerem parte da História do Município e da paisagem urbana, disciplina o uso e ocupação do solo, as obras e posturas nestas áreas lindeiras visando à preservação dos remanescentes e da paisagem no qual estão inseridos, autoriza convênios com o Executivo para viabilizar a recuperação dos remanescentes da Antiga Usina Termoelétrica e proteção do seu entorno.

²²² VASCONCELLOS, op. cit., p. 43.

²²³ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 35-36.

como jazigo/memorial dos sacrifícios dos trabalhadores, ponto axiomático do imaginário da identidade mineira?

Figura 15. Remanescentes da antiga Usina Termoelétrica da C.E.F.M.S.J após limpeza do terreno (Fonte: Acervo do MCAR).

Retomando o pensamento de Jan e Aleida Assmann, os pesquisadores acreditam que o conceito de memória de Halbwachs relaciona-se a uma vontade de memória, ou seja, os indivíduos buscam uma memória para pertencer, para sua identificação social²²⁴. Assim, a memória coletiva é elaborada para que o indivíduo viva socialmente, sendo *culturalmente construída*. Igualmente, é instância em que se dá a transmissão de valores e normas que caracterizam uma identidade coletiva, recorrendo ao arquivo cultural de tradições, arsenal de formas simbólicas, dentro do tesouro de histórias do grupo²²⁵.

²²⁴ ASSMANN, 1995, p. 130.

²²⁵ Ibidem, p. 131.

E se lembrar faz parte do jogo de identidades, esquecer a adversidade interna também integra a construção identitária, a qual produz e se reproduz na diferença com o Outro, e realiza a manutenção das hierarquias sociais. Tratando-se de museus:

Daí a tendência de tais imagens [...] escamotear a diversidade e, sobretudo, as contradições, os conflitos, as hierarquias, tudo mascarando pela homogeneização *a posteriori* e por uma harmonia cosmética.²²⁶

As lacunas do esquecimento apenas acentuam a necessidade de uma narrativa de identidade. Conforme Jan Assmann, como reforço para o desejo do lembrar criam-se as “memórias de ajuda”, como os “*lieux de mémoire*”, espaços nos quais se concentram a memória nacional, regional ou de grupo, seus monumentos, rituais, costumes e etc.

O conceito cunhado pelo historiador Pierre Nora na obra de mesmo nome – *Les lieux de mémoire* (1984) – diz que esses “lugares” seriam toda a

[...] unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer.²²⁷

Ao efetuar um inventário simbólico da França, Nora percebe nestes “lugares” unidades emblemáticas construídas pelos franceses e ao mesmo tempo constitutivas dos mesmos. O pesquisador francês ainda afirma que “*são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional simultaneamente*”²²⁸. O MCAR encaixa-se nesse perfil: espaço compreendido como um lugar de memória uma vez que se constitui materialmente (são os remanescentes da antiga unidade produtiva de carvão e eletricidade), é atribuído a ele inegável valor simbólico (tanto para a comunidade circundante quanto para os órgãos oficiais do Estado que tombaram sua estrutura e entorno), e é funcional, garantindo a cristalização da memória e sua transmissão com base na narrativa expositiva.

²²⁶ MENESES, 1993. p. 209. Cabe ressaltar que Meneses está tratando principalmente de identidades nacionais em museus de história nacional, porém, a tradição do uso das imagens na construção identitária foi herdada pelos museus históricos regionais e locais.

²²⁷ NORA, 1993 apud ENDERS, Armelle. Le lieux de mémoire, dez anos depois. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.6, n.11. p. 132-137, 1993. p.134.

²²⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História – Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. p. 21.

Assim, compreende-se que o museu é *locus* de representação de discursos constituidores tanto de patrimônio, como de memórias e identidades; e que também é, ao apresentar esses discursos, o espaço por excelência da legitimação de “verdades”. Se verdades são socializadas e absorvidas, criando sujeitos, permeadas por critérios ideológico-políticos e pelas relações de poder, é pertinente inserir as conclusões do historiador Paul Ricoeur sobre os usos/abusos da memória e, conseqüentemente, do esquecimento pelos detentores de poder na construção de identidades, sobretudo, através da manipulação das formas de instrumentalização da memória²²⁹, os museus.

Por este motivo é necessário estar atento à intencionalidade discursiva e à virtualidade do emissor da narrativa expositiva. Bittencourt²³⁰ afirma que a mensagem é uma das funções do discurso, e que seria a troca comunicativa que ocorre entre aquele que o produz e seu receptor, estando, no caso dos museus, o emissor oculto atrás do contexto construído pela instituição, muitas vezes creditando o status de verdade absoluta à narrativa. Por isso a necessidade de compreender que os objetos são apenas coisas – até serem investidos de poder simbólico e comunicativo pelos indivíduos –, que a exposição é suporte (tal como o livro o é para a escrita), e que é o pesquisador, geralmente de acordo com o posicionamento da instituição, quem fala e organiza a narrativa.

A múmia é um sinal, um dos incontáveis milhões de indícios que o passado largou, desorganizados, sobre o mundo. Quando situado na exposição de um museu, não mostra nem o passado nem o mundo, **mas uma proposta** que, dentre outras indicações, situa o passado e organiza o mundo.²³¹

Também se entende que, consoante aos problemas levantados pelos pesquisadores a partir dos objetos, são inúmeras as possibilidades narrativas, como demonstra o pesquisador polonês Krzysztof Pomian, ao fazer a relação dos semióforos com uma fábrica desativada:

[...] é uma sobra, um elemento remanescente do passado. Nela não se produzem mais quaisquer objetos destinados ao uso. A gente apenas a exhibe ao público. O público, triste ou embevecido, vê nos

²²⁹ RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), 2007.

²³⁰ BITTENCOURT, op. cit., p. 159

²³¹ Ibidem, p. 155. (Grifo meu).

muros e nas máquinas um monumento do proletariado ou dos capitães da indústria, da luta de classes ou da preocupação do empresário com seus empregados, um memorial sobre a exploração do trabalhador pela alta burguesia e sobre a acumulação do capital, ou, ao contrário, uma imagem do espírito empreendedor, do progresso da técnica e da conquista de mercados. Nossa fábrica tornou-se um objeto de discussões e das atitudes, expressão de diversas posturas em face do passado que ela corporifica. De agora em diante, ela funcionará em um circuito semiótico.²³²

Todos esses questionamentos poderiam ser aplicados também ao MCAR, mas que narrativa esse patrimônio apresenta? Se o museu, como cânone cristizador da memória, geraria e manteria o sentimento de pertença da comunidade carbonífera, que identidade estaria presente no seu discurso?

Segundo Ulpiano Bezerra de Meneses, a identidade sob a ótica dos museus está vinculada (1) à necessidade de reforço, por isso a tendência conservadora e a dificuldade de aceitar o novo ou diferente, pois representa descontinuidade; e (2) com a construção de imagens para assegurar o endosso social, visto que a imagética é *“campo fértil para a mobilização ideológica”*²³³. No caso do MCAR, onde, muito embora a identidade mineira esteja apoiada em aspectos históricos e na reafirmação das memórias dos mineiros, ela também é composta segundo viés autoritário, ancorado no manejo de símbolos.

Essa colocação vai ao encontro da diferenciação que Aleida Assmann faz entre museu e arquivo, na compreensão dos meios de transmissão e cristalização da memória cultural. Segundo a pesquisadora alemã as instituições de memória ativa mantêm o passado como presente apoiado no cânone, enquanto as instituições de memória passivamente armazenada, as quais preservam o passado no passado, referem-se como arquivo. Essa distinção faz alusão ao historiador cultural Jakob Burckhardt, que dividiu os resquícios pretéritos em “mensagens” – textos e monumentos dirigidos à posteridade – e “vestígios” – produção humana sem pretensões no futuro. Inevitavelmente, Burckhardt desconfiava das mensagens, *“que normalmente são escritas e efetivamente encenadas pelos portadores do poder e pelas instituições do Estado”*²³⁴, como é o caso dos museus e suas mensagens no

²³² POMIAM, 1990 apud ASSMANN, 2011a, p. 352.

²³³ MENESES, 1993, p. 209.

²³⁴ “This important distinction can be further explained by a reference to the cultural historian Jakob Burckhardt. He divided the remains of former historical periods into two categories: “messages” and “traces.” By “messages” he meant texts and monuments that were addressed to posterity, whereas

formato de exposição. Cabe aqui debruçar-se sobre a exposição de longa duração do Museu Estadual do Carvão – “Ecos do carvão presente na cultura” – a fim de refletir esses apontamentos, analisar sua construção e verificar que mensagem se desejava levar à imortalidade tanto no momento de sua criação, em 1994, quanto 20 anos depois, em 2014.

3.1. Exposição “Ecos do Carvão presente na Cultura” (1994)

O levantamento da memória do Museu do Carvão demonstrou que sua criação está ligada ao desejo de retorno da atividade extratora de carvão (pública e privada) gerenciada pelo Estado. Percebeu-se nas ações de criação, a larga atuação dos profissionais indicados pelo Estado e uma evidente identidade regional (orgulho gaúcho por ter sido única fonte de energia no período entreguerras e retomada deste lugar de destaque na esfera nacional), abafando a identidade local concebida pela comunidade a partir da experiência de trabalho e “isolamento” na vila operária. Segundo o folder oficial da reabertura do museu, de 1994:

Resgatar essa história [a do carvão na região], mantendo-a viva na memória é o objetivo do Museu do Carvão. **Um resgate também do papel e da importância do Estado e da região na produção carbonífera envolvendo vários municípios [...], lugares que escreveram seu nome na história do carvão.**²³⁵

Infelizmente não é possível apresentar aqui a exposição com riqueza de detalhes, a documentação do museu tem lacunas, bem como a própria memória daqueles que a conceberam, mas inter cruzando dados fotográficos, um esboço²³⁶ da exposição, correspondências trocadas entre membros²³⁷ da instituição e do próprio acervo, pôde-se realizar um levantamento de como era esta exposição e como ela foi

“traces” carry no similar address. Burckhardt mistrusted the messages, which are usually written and effectively staged by the carriers of power and state institutions; he considered them tendentious and therefore misleading.” (ASSMANN, 2008a, p. 98-99).

²³⁵ Folder oficial de reabertura do Museu Estadual do Carvão. (Acervo particular Fábio Coutinho. Grifo meu).

²³⁶ Neste esboço encontra-se o título da exposição e uma listagem de objetos a serem expostos nas seguintes categorias: túnel, ferramentas de trabalho, equipamentos (trabalho e segurança), utensílios, maquetes, pôsteres, fotografias, livros. Sabe-se que é apenas um esboço, pois as maquetes e pôsteres não estavam presentes na exposição. (Acervo do MCAR)

²³⁷ Informações como dimensões de quadros e expositores, materiais utilizados estão entre recados, lista de afazeres e contatos para o dia da reabertura do Museu do Carvão. (Acervo do MCAR)

incrementada ao longo do tempo, até a atualidade. Mesmo com acervo restrito, a exposição de longa duração “Ecos do carvão presente na cultura” foi inaugurada em 1994, juntamente com o restante do complexo cultural, na reabertura do Museu ao público. A exposição tinha por tema principal a história do carvão na região do Baixo Jacuí, porém trazia muito forte a ideia de revitalização, tanto do espaço culturalmente, como da própria atividade mineradora, compreendendo os dois andares do prédio da antiga Usina.

Averiguou-se que a mesma não seguia rigorosamente uma cronologia para tratar da história do carvão, estando os objetos e imagens mesclados. Contudo a escolha do acervo a ser exposto parece encaixar-se dentro de cinco grupos de ideias: (1) funcionamento do complexo industrial da Usina Termoeletrica; (2) trabalho na mina; (3) vila operária; (4) momentos “marcantes”, e (5) revitalização do espaço, de escombros à museu.

Os recursos expográficos foram predominantemente compostos por objetos e fotografias, não apresentando nenhum texto escrito ou títulos explicativos para os conjuntos expostos. A comunicação visual da exposição seguia um padrão: etiquetas brancas com descrições dos objetos e cenas, em suportes de acrílico transparente. Para a exibição dos objetos foram utilizadas mesas expositoras de madeira, na cor cinza, fechadas com caixa de vidro translúcido; e estruturas de concreto e ferro do próprio prédio, mantidas no projeto de restauro.

O espaço expositivo do 1º pavimento era composto majoritariamente por reproduções fotográficas e objetos históricos, fruto das doações das empresas Copelmi Mineração Ltda. (privada) e CRM – Companhia Riograndense de Mineração (pública estatal), além do Sindicato dos Mineiros de Arroio dos Ratos. Fizeram parte também da mostra os objetos encontrados durante a limpeza do terreno do Parque Estadual do Carvão. Cabe ressaltar que a colaboração da comunidade na construção do acervo, neste momento, deu-se apenas através do Sindicato dos Mineiros, este responsável pela doação de carteiras de trabalho, fotografias e livros de registro. O ex-diretor e responsável pela curadoria da exposição, Fábio Coutinho, acredita que o descrédito irrompido nos primeiros anos de existência do Museu trouxe desconfiança por parte da população arroio-ratense, dificultando a relação e a possível doação de

suas memórias ao acervo, o que foi feito somente após a reabertura de 1994 (informação verbal)²³⁸.

Já os elementos expositivos do 2º pavimento eram compostos por reproduções fotográficas e obras de arte. Neste espaço, com ares de galeria, foram expostas as 22 obras de arte – entre elas pinturas, gravuras, aquarelas, desenhos e fotografias – resultantes do projeto “Faça Arte no Museu”, uma visão dos artistas sobre o que foi o espaço antes de se tornar museu e fotografias do processo de restauro. É pertinente frisar a importância que foi dada a este projeto, segundo Coutinho, marco de início de um novo Museu Estadual do Carvão, sendo levado seu resultado a outras instituições como a Casa de Cultura Mário Quintana (CCMQ), espaço cultural ícone em Porto Alegre, e recebendo destaque também no folder oficial do Museu ao buscar “o *envolvimento da comunidade cultural*”²³⁹, no caso a porto-alegrense, não fazendo parte deste grupo os artistas plásticos locais.

A proposta expositiva não apresentava um trajeto de circulação definida, todavia era esperado iniciar-se pelo piso térreo, a partir da entrada leste do Museu, seguindo para o 2º pavimento. Apesar do projeto de restauração do complexo do Parque não ter sido realizado como o planejado, a concepção da exposição acompanhou o plano: visto que a entrada principal do Parque Estadual do Carvão encontrava-se a noroeste (NE), presumiu-se que a entrada ao prédio do MCAR fosse feita obrigatoriamente pela única porta a leste (L) (anexo 1; fig. 17 e 10). Finalizada a visita ao acervo, o visitante seguia às estruturas remanescentes expostas a céu aberto (fig. 18) e ao trem²⁴⁰.

²³⁸ COUTINHO, 2017.

²³⁹ Folder de abertura do Museu Estadual do Carvão (Acervo particular Fábio Coutinho).

²⁴⁰ O trem-biblioteca, inaugurado em 1991, logo foi desativado da sua função (biblioteca), e passou a fazer parte da exposição de longa duração de 1994 do MCAR. Sua existência reafirmava a importância do carvão mineral para as linhas férreas na primeira metade do século XX.

Figura 16. Entrada principal do Parque Estadual do Carvão. (Fonte: Acervo particular Fábio Coutinho).

Figura 17. Entrada Leste do Museu, ladeado das ruínas da chaminé e do Frontão. (Fote: Acervo particular de Fábio Coutinho).

Contudo, o público visitante, na sua maioria a comunidade carbonífera, legitimou a entrada secundária, dita de serviços, entrando pelo que seria o fundo do Museu, onde encontravam-se o “jardim seco” e os prédios administrativos. Na reabertura do Museu, em 1994, a entrada ao prédio do Museu do Carvão deu-se pelo lado oeste, o visitante entrava no prédio subindo as escadas externas que levam ao

2º pavimento (fig.18), pertinente aos planos de ressaltar as intervenções do Estado na requalificação do espaço em benefício da comunidade.

Figura 18. Prédio do Museu, envolto aos remanescentes da Usina e o trem ao fundo. (Fonte: Acervo particular de Fábio Coutinho).

3.1.1. Descrição da exposição

Ingressando pela entrada leste do Museu, o visitante depara-se com estruturas de concreto e ferro da Usina Termoeletrica, onde no passado ficaria o principal gerador de energia, mantidas no projeto de restauração do prédio. A partir daí são três corredores à direita (C1, C2, C3) e três à esquerda (C4, C5, C6), direcionando-se aos espaços abertos (A e B), ambos levando às escadas para o 2º pavimento, conforme planta baixa.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO
PLANTA BAIXA - PISO TERREO
Elaborado por Clarissa Wetzel

No projeto de restauração/adaptação da Usina em museu, o espaço expositivo à direita tem seus corredores mais a mostra, por este motivo, considera-se que este seria o caminho mais utilizado para iniciar o percurso.

CORREDOR 2 (fig.20)

Objeto sem suporte²⁴¹ 1 (O1). Molde em madeira de tubulação.

Escultura 1 (E1). Escultura em metal, feita no projeto “Faça Arte no Museu”.

Fotografia 1 (F1). Fotografia dos alunos da Escola Couto de Magalhães (1943).

Fotografia 2 (F2). Fotografia da Escola Couto de Magalhães (1943).

Fotografia 3 (F3). Fotografia do Hospital Sarmiento Leite (1944).

Fotografia 4 (F4). Fotografia do Hospital Sarmiento Leite (1944).

Fotografia 5 (F5). Fotografia da Igreja São José (1944).

Fotografia 6 (F6). Fotografia da 1ª empresa de ônibus.

Figura 20. Corredor 2, Museu do Carvão, 1994. (Fonte: Acervo particular de Fábio Coutinho).

²⁴¹ O objeto encontra-se sobre estrutura em concreto mantida na restauração do prédio.

CORREDOR 3

Objeto fixado na parede/teto²⁴² 1 (O1). Molde em madeira de engrenagem.

Objeto fixado na parede/teto 2 (O2). Molde em madeira de engrenagem.

Objeto fixado na parede/teto 3 (O3). Molde em madeira de engrenagem.

Objeto fixado na parede/teto 4 (O4). Molde em madeira de engrenagem.

Objeto fixado na parede/teto 5 (O5). Molde em madeira de engrenagem.

Objeto sem suporte²⁴³ (O2). Molde em madeira de tubulação.

Figura 21. Objetos suspensos em estruturas mantidas na restauração do prédio. Museu do Carvão, 1994. (Fonte: Acervo particular de Fábio Coutinho).

ESPAÇO EXPOSITIVO A

No espaço A (fig. 22), iluminado naturalmente, encontravam-se:

Suporte 1 (S1). 14 carteiras de trabalho, capacete, picão²⁴⁴, martelo, martelo sem cabo, marreta, ponteiro de ferro²⁴⁵, chave de boca, pá de enxada.

Suporte 2 (S2). Lâmpião de carbureto, lâmpião à óleo, cincerro²⁴⁶.

Suporte 3 (S3). Livro de “Registro de Atendimento aos Empregados da Mina e aos Aposentados”.

²⁴² Todos os objetos do corredor 3 estão fixados a estruturas de metal mantidas na restauração.

²⁴³ O objeto encontra-se sobre estrutura em concreto mantida na restauração do prédio.

²⁴⁴ Martelo ponte agudo com cabo mais comprido usado para retirada de pedras e blocos de pirita do carvão.

²⁴⁵ Com o pontão de ferro e a marreta eram abertos orifícios na parede de fundo das galerias para neles introduzir os cartuchos de explosivos.

²⁴⁶ Sino para os burros que puxavam as vagonetas.

Figura 22. Espaço expositivo A, Museu do Carvão, 1994. (Fonte: Acervo particular de Fábio Coutinho).

Fotografia 7 (F7). Fotografia da Enchente de 1936.

Fotografia 8 (F8). Fotografia da Enchente de 1936.

Fotografia 9 (F9). Fotografia de mineiros na locomotiva elétrica.

Fotografia 10 (F10). Fotografia de mineiros transportando carvão na vagoneta no subsolo.

Fotografia 11 (F11). Fotografia de mineiros no Frontão²⁴⁷.

Fotografia 12 (F12). Fotografia de mineiros junto a Maria Fumaça do Poço I.

Fotografia 13 (F13). Fotografia do Poço Isabel.

Sob à escada, um fosso, mantido pela arquiteta responsável pelo restauro, evidenciando a base da construção. Este espaço recebeu um conjunto de objetos referentes ao funcionamento da Usina, peças em porcelana inglesa, juntamente com obra de arte comemorativa à reabertura do Museu. Uma placa de metal com informações da exposição²⁴⁸ está colocada em suporte de acrílico e disposta no chão, diante desse fosso e na subida das escadas.

²⁴⁷ Entrada imponente do prédio da Usina.

²⁴⁸ Placa contém os realizadores da reabertura do Museu Estadual do Carvão, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul na pessoa do governador Alceu de Deus Collares, a Secretária da Cultura Mila Cauduro, o diretor do Museu do Carvão Fábio Coutinho e a arquiteta Ediolanda Liedke.

Objeto sem suporte 3 (O3). Isoladores elétricos de alta tensão em vários formatos.

Escultura 2 (E2). Escultura em metal, feita no projeto “Faça Arte no Museu”

ESPAÇO EXPOSITIVO B

Seguindo para o espaço B (fig. 23), encontravam-se:

Suporte 4 (S4). Molde em madeira para uso nas oficinas.

Suporte 5 (S5). Conjunto de peças em porcelana para uso na Usina.

Suporte 6 (S6). Placa em homenagem a James Johnson; livro “Perfil de Minerador”, do Cônego Lothar Sulzbach; xilogravura “Mineiros de Butiá” de Danúbio Gonçalves²⁴⁹; detonador de explosivos manual; livro “Monografia de São Jerônimo”, de Carlos Alfredo Simch, um trilho de vagoneta, bomba²⁵⁰ e outras 6 peças não identificadas²⁵¹.

Fotografia 14 (F14). Fotografias do processo de restauro.

Fotografia 15 (F15). Fotografias do processo de restauro.

Fotografia 16 (F16). Fotografias do processo de restauro.

Fotografia 17 (F17). Fotografias do processo de restauro.

Fotografia 18 (F18). Fotografias do processo de restauro.

²⁴⁹ Este artista plástico gaúcho, conhecido por suas séries de trabalhadores em xilogravuras, criou a série mineiros de Butiá, mostrando o dia-a-dia dos operários da região carbonífera, inclusive em observação no interior das minas de extração. Suas xilogravuras e matriz xilográfica foram doadas ao MCAR pelo artista, mas enviadas para o Museu de Arte do Rio Grande do Sul – Ado Malagoli, devido à falta de estrutura em mantê-las preservadas.

²⁵⁰ Utilizada para teste de gás na mineração.

²⁵¹ As peças não identificadas não foram localizadas em nenhuma das fontes consultadas: o acervo, as fotografias da reabertura ou outras da exposição, as antigas etiquetas de identificação ou o esboço da exposição.

Figura 23. Espaço expositivo B, Museu do Carvão, 1994 (Fonte: Acervo particular de Fábio Coutinho).

CORREDOR 4

Objeto sem suporte²⁵² 4 (O4). Molde em madeira de tubulação.

CORREDOR 5 (fig. 24)

Objeto fixado na parede/teto²⁵³ 6 (O6). Molde em madeira de tubulação.

Objeto fixado na parede/teto 7 (O7). Molde em madeira de tubulação.

Objeto fixado na parede/teto 8 (O8). Molde em madeira de tubulação.

Objeto fixado na parede/teto 9 (O9). Molde em madeira de tubulação.

Objeto fixado na parede/teto 10 (O10). Molde em madeira de roda de vagão.

²⁵² O objeto encontra-se sobre estrutura em concreto mantida na restauração do prédio.

²⁵³ Todos os objetos deste corredor encontram-se preso em estrutura metálica mantida na restauração do prédio.

Objeto fixado na parede/teto 11 (O11). Molde em madeira de roda de vagão.

Objeto fixado na parede/teto 12 (O12). Molde em madeira de tubulação.

Objeto sem suporte²⁵⁴ 8 (O8). Molde em Madeira de roda de vagão.

Figura 24. Corredor 5, Museu do Carvão, 1994. (Fonte: Acervo particular de Fábio Coutinho).

CORREDOR 6 (fig. 25)

Fotografia 19 (F19). Fotografia de operário em frente a mina.

Fotografia 20 (F20). Não foi possível identificar²⁵⁵.

Fotografia 21 (F21). Fotografia processo de restauro.

Fotografia 22 (F22). Fotografia processo de restauro.

Fotografia 23 (F23). Fotografia processo de restauro.

²⁵⁴ O objeto encontra-se sobre estrutura em concreto mantida na restauração do prédio.

²⁵⁵ Todas as fontes consultadas para recriação desta exposição não dão certeza a respeito desta fotografia, acredita-se que seja a reprodução de mineiros no subsolo.

Figura 25. Corredor 6, Museu do Carvão, 1994. (Fonte: Acervo particular de Fábio Coutinho).

Conforme explicado anteriormente, na prática, a entrada dos visitantes deu-se pelo 2º pavimento (fig. 26), onde encontravam-se as obras do “Faça Arte no Museu”, as quais não serão realizadas descrições por tratarem-se todas de livres interpretações dos artistas sobre o espaço, antes e depois de tornar-se museu.

Figura 26. Reabertura do Museu do Carvão, 1994. No 2º pavimento do museu, governador Alceu de Deus Collares, Fábio Coutinho, Secretária Adjunta da Cultura Vera Cabral e funcionária (S/I). (Fonte: Acervo particular de Fábio Coutinho).

3.2. “Eco do Carvão presente na Cultura” em 20 anos²⁵⁶

Assim que teve sua reabertura, o Museu do Carvão sofreu uma onda de doações de objetos para o acervo tanto por parte da companhia mineradora, que agora sabia que sua imagem não seria denegrida com a menção das condições de trabalho do operário das minas, quanto por parte da comunidade. Infelizmente a documentação museológica não foi realizada com o rigor exigido, não sendo possível identificar especificamente quem realizou as doações (no Livro Tombo consta no tópico doador, na sua maioria, “familiar”, “CRM” e “Copelmi”, com exceção da doação de fotografias realizada pela família do engenheiro Antônio Knust e do ex-operário Lazowski²⁵⁷), todavia, é perceptível que a exposição sofreu um incremento considerável: fotografias (na maioria doadas pelos “familiares”, com destaque ao conjunto de seis pôsteres com imagens do trabalho nas minas e da mineração a céu

²⁵⁶ As imagens levantadas da exposição referem-se aos anos de 2010 a 2014. Cabe lembrar que durante os anos de 2011-2012 fui colaboradora do Museu Estadual do Carvão, realizando entre muitas atividades a visitação mediada.

²⁵⁷ Não foi possível verificar o cargo que Lazowski ocupava, ele não foi identificado em nenhuma das imagens, na sua maioria do cotidiano do trabalho.

aberto doados pela companhia mineradora), documentação (livros ponto e de pesagem do carvão, por exemplo), mobiliário e equipamentos dos escritórios (relógio ponto, central telefônica, rádio, máquina de escrever, armários e mesas dos antigos escritórios administrativos), ferramentas (motolia²⁵⁸, maçarico, alicate e pás são alguns exemplos), utensílios e equipamentos (capacete com luz a bateria, explosímetro, detonador manual, perfuratriz²⁵⁹, etc.), até mesmo equipamentos de segurança nunca utilizados pelos mineiros daquele espaço (tubo de phyto²⁶⁰, máscara individual de fuga, máscara de circuito de fechado) todos objetos doados pelas empresas CRM ou Copelmi, além de novas peças de uso no complexo industrial encontradas pelos terrenos da cidade e doadas pela população (partes de locomotivas, tijolos e telhas da olaria da empresa, tubulações, trilhos).

A exposição, por ser uma continuidade da proposta de 1994, mantinha por tema principal a história do carvão na região do Baixo Jacuí no primeiro pavimento do prédio de exposição, e teve seu segundo pavimento desmontado, recebendo mostra de artesãos da comunidade local. Por tratar-se da mesma exposição, a comunicação visual seguia igual (etiquetas brancas com descrição de objetos e cenas, em suporte de acrílico), bem como as formas de exposição (mesas expositoras de madeira, na cor cinza, fechadas com caixas de vidro translúcido; estruturas de concreto e ferro do próprio prédio, mantidas no projeto de restauro. Os recursos expográficos mantinham-se compostos por objetos e fotografias, não apresentando nenhum texto escrito ou títulos explicativos para os conjuntos expostos.

3.2.1. Descrição da exposição

Sobre a exposição de longa duração, após o rearranjo realizado ao longo dos 20 anos, a visita ao acervo dava-se acompanhada de um mediador, que conduzia o visitante pela entrada oeste do piso térreo do MCAR. A proposta de mediação do museu tinha por intenção interligar o acervo aos vestígios da antiga usina, iniciando por explicar como o conglomerado industrial era (identificando algumas estruturas externas) seguindo para o prédio da exposição, onde o trajeto da visita partia do

²⁵⁸ Peça usada para lubrificar locomotivas.

²⁵⁹ Aparelho usado para realizar perfuração nas camadas de carvão.

²⁶⁰ Aparelho usado para medir a densidade do ar.

espaço expositivo B. Na nova configuração do Museu, os ambientes apresentavam-se melhor demarcados, podendo identificar 6 temas: (1) funcionamento do complexo industrial da Usina; (2) funcionamento administrativo da companhia; (3) operário; (4) trabalho nas minas; (5) momentos “marcantes”; e (6) o processo de restauro do edifício e revitalização do espaço do parque. Do piso térreo, o visitante seguia para o 2º pavimento onde encontrava-se a mostra de artistas locais. Após a visita ao acervo, era feita a retomada para as ruínas, a fim de compreender o funcionamento da antiga termoelétrica. Nesse momento o trem não fazia mais parte do acervo do Museu, sendo entregue à prefeitura de Carlos Barbosa devido à falta de condições na manutenção do objeto. Abaixo, segue planta do primeiro piso, para melhor acompanhar a proposta de exposição

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO
PLANTA BAIXA - PISO TÉRREO
Elaborado por Clarissa Wetzel

ESPAÇO EXPOSITIVO B (fig. 28)

Objeto sem suporte 1 (O1). Relógio Ponto sobre mesa de canto em madeira.

Objeto sem suporte 2 (O2). Central telefônica.

Objeto sem suporte 3 (O3). Rádio sobre mesa de canto em madeira.

Objeto sem suporte 4 (O4). Vagoneta sobre trilhos do trem.

Objeto sem suporte 5 (O5). Pedra de carvão.

Objeto sem suporte 6 (O6). Livro Ponto sobre mesa de escritório.

Objeto sem suporte 7 (O7). Máquina de escrever sobre mesa de escritório.

Objeto sem suporte 8 (O8). Gral elétrico²⁶¹ sobre mesa de escritório.

Suporte 1 (S1). 5 Carteiras de trabalho.

Objeto fixado na parede/teto 1 (O1). Molde em madeira de roda.

Objeto fixado na parede/teto 2 (O2). Molde em madeira de tubulação.

Objeto fixado na parede/teto 11 (O11). Cabo de enxada das galerias²⁶².

Figura 28. Espaço expositivo B, Museu do Carvão, 2014. (Fonte: Acervo do MCAR).

²⁶¹ Utilizado no laboratório de análise do complexo industrial.

²⁶² Objeto danificado, o cabo tem o dobro do tamanho da peça exposta e servia para mexer o carvão dentro das caldeiras.

CORREDOR 6

Pôster 1 (P1). Fotografia de túnel, com vagoneta ao fundo.

Fotografia 1 (F1). Fotografia de mineiros manipulando perfuratriz no subsolo.

Fotografia 2 (F2). Fotografia de mineiros na locomotiva elétrica.

Objeto sem suporte 9 (O9). Enxada das caldeiras.

Objeto sem suporte 10 (O10). Perfuratriz.

CORREDOR 5 (fig. 29)

Objeto fixado na parede/teto 4 (O4). Molde em madeira de roda.

Objeto fixado na parede/teto 5 (O5). Molde em madeira de roda.

Pôster 2 (P2). Fotografia de Descarregador rotativo de carvão.

Pôster 3 (P3). Fotografia de Locomotiva elétrica rebocando vagoneta.

Pôster 4 (P4). Fotografia de Operário junto a esteira elétrica.

Pôster 5 (P5). Fotografia de Operário junto ao carregador mecânico.

Objeto sem suporte 11 (O11). Molde em Madeira de tubulação.

Objeto sem suporte 12 (O12). Tubulação.

Figura 29. Corredor 5, Museu do Carvão, 2014. (Fonte: Acervo do MCAR).

CORREDOR 4

Fotografia 3 (F3). Fotografia da 1ª turma de engenharia.

Objeto fixado na parede/teto 6 (O6). Molde de madeira de tubulação.

ESPAÇO EXPOSITIVO C

Ao longo do tempo, a estrutura de ferro e concreto mantida no projeto de restauração, tornou-se local para exposição. Bem ao centro do museu, podendo ser admirado por muitos ângulos, o espaço expositivo C recebeu os inúmeros objetos de infraestrutura do museu (fig. 30).

Objeto sem suporte 13 (O13). Moldes de madeira para construção das mais diversas peças; incontáveis objetos de porcelana voltados à rede elétrica; telhas e tijolos; tubulações de água e gás; e engrenagens.

CORREDOR 3

Objeto fixado na parede/teto 7 (O7). Molde em madeira de engrenagem²⁶³.

Objeto fixado na parede/teto 8 (O8). Molde em madeira de engrenagem.

Objeto fixado na parede/teto 9 (O9). Molde em madeira de engrenagem.

Objeto fixado na parede/teto 10 (O10). Molde em madeira de engrenagem.

Objeto fixado na parede/teto 11 (O11). Molde em madeira de engrenagem.

Fotografia 4 (F4). Fotografia de mineiros em frente a Maria Fumaça.

Fotografia 5 (F5). Fotografia de mineiros transportando carvão na vagoneta.

Fotografia 6 (F6). Fotografia da visita do presidente João Goulart a usina de Charqueadas.

Fotografia 7 (F7). Fotografia das ruínas do Frontão.

Fotografia 8 (F8). Composição de duas fotografias, uma da Usina a partir do Frontão com chaminé ao fundo e outra do prédio das oficinas.

Pôster 6 (P6). Mina a céu aberto de Candiota/RS.

²⁶³ Todos os moldes de madeira do corredor 3 estão fixados em estruturas metálicas mantidas na restauração.

Figura 30. A esquerda, em 1º plano, o espaço expositivo C, seguido dos corredores 3 e 2, Museu do Carvão, 2014. (Fonte: Acervo do MCAR).

CORREDOR 2

Objeto sem suporte 14 (O14). Parte de gerador de energia.

Objeto sem suporte 15 (O15). Parte de gerador de energia.

Objeto sem suporte 16 (O16). Ventoinha.

Objeto sem suporte 17 (O17). Conjunto de objetos encontrados na limpeza da área do Parque Estadual do Carvão: pá, bunda de moça, roda de vagoneta, trilho de vagoneta, pinos de trilhos, fixador de roda de vagoneta, gancho, válvulas, tubulação.

ESPAÇO EXPOSITIVO A

Suporte 2 (S2). Capacete simples, 2 capacetes com bateria integrada.

Suporte 3 (S3). 3 Lâmpadas de carbureto, lâmpada à óleo, cinferro.

Suporte 4 (S4). Motolia, maçarico, picão, picareta, martelo, marreta, alicate, chave de boca, tubo de phyto, explosímetro.

Suporte 5 (S5). Maquete do Poço Fé, em Arroio dos Ratos.

Suporte 6 (S6). Máscara individual de fuga, respirador, detonador manual.

Objeto fixado na parede/teto 12 (O12): Placa do CADEM.

Figura 31. Da esquerda para direita: capacetes (S2); Detonador manual (S6); Maquete Poço Fé (S5); Placa do CADEM (O13). (Fonte: Acervo particular de Felipe Klován).

Fotografia 9 (F9). Reprodução da carta da Princesa Isabel.

Fotografia 10 (F10). Imagem da Princesa Isabel.

Fotografia 11 (F11). Fotografia da inauguração do Poço Isabel.

Fotografia 12 (F12). Árvore genealógica de James Johnson.

Fotografia 13 (F13). Fotografia da Enchente de 1936.

3.3. Análise da narrativa expográfica

Com base no contexto de criação do Museu do Carvão, bem como na descrição de sua exposição de longa duração na reabertura, e seu desenvolvimento, após aumento do acervo, ao longo de 20 anos, foi possível realizar algumas considerações a respeito de sua narrativa. Tais considerações serão tratadas a partir dos temas observados nas duas versões da mostra (de 1994 e de 2014), são eles: momentos marcantes; o funcionamento da usina; o operário; o trabalho nas minas; e a vila

operária. Esta apreciação dos temas será realizada retomando os dois pilares de sustentação das identidades propostos por Candau: a origem e o acontecimento²⁶⁴.

A) MOMENTOS “MARCANTES”

Dentro do imaginário da comunidade carbonífera há eventos e pessoas ícones que perpassam gerações e que se constituem em memória comum entre seus membros. Em ambas as versões da exposição “Ecos do carvão...” encontram-se os seguintes eventos instituídos marcantes: a descoberta do carvão por James Johnson, a inauguração do Poço Isabel pela própria princesa e a enchente de 1936.

Segundo consta na “história oficial” de Arroio dos Ratos, na passagem do século XIX para o XX, a partir da vinda do inglês James Johnson e seus dez conterrâneos, inicia-se uma nova dinâmica no espaço, até então reduto de alguns agricultores, para a criação dali em diante de uma vila operária. É a partir das prospecções da empresa inglesa que a paisagem começa a modificar-se e a localidade vislumbra uma migração maciça (de outras zonas rurais do Rio Grande e da Europa) por conta da necessidade de mão de obra para a extração do carvão mineral. A figura de James Johnson é a memória mais antiga aceita e difundida pela comunidade carbonífera, ele é considerado o primeiro mineiro, seu acontecimento original.

O que é verdadeiro para o indivíduo (nascimento, batismo, comunhão, casamento, memória de um ancestral ilustre, acontecimento inaugural de uma linhagem, “novo começo” em razão, por exemplo, de uma migração) o é ainda mais na escala de grupos (...); o discurso feito sobre o acontecimento original - o marco zero do cômputo – terá um papel maior na definição das identidades individuais e coletivas, que será recuado no tempo como, por exemplo, faziam os francos com sua pretensa descendência dos troianos, ou os judeus ao se considerarem como descendentes de “José, filho de Jacó, filho de Isaac, filho de Abraão.”²⁶⁵

Não foi à toa que para a exposição de 1994 foi encomendada uma placa em metal com o rosto do “pai fundador” e aparece nesta primeira versão em mesa expositora ladeado de uma pedra de carvão e dos livros “Perfil do Mineiro” e “Monografia de São Jerônimo”. A escolha parece aleatória, todavia os elementos

²⁶⁴ CANDAU, op. cit., p. 95.

²⁶⁵ Ibidem, p. 96.

juntos dão aporte histórico ao personagem de Johnson, além de que a confecção da placa em si diz muito da importância que se quer dar ao evento e à personalidade.

Na versão atualizada, de 2014, a placa obteve mais destaque, estando ao lado da entrada do Museu, juntamente com o quadro genealógico da família do engenheiro inglês. Para Candau, a genealogia, para além de naturalizada e consanguínea, pode ser simbolizada e constituída de um relato fundador, gerando memórias conjuntas

A memória geracional é também uma memória de fundação que tem seu lugar no jogo identitário. Ela é por vezes horizontal e vertical e apresenta duas formas, uma antiga e outra moderna. A forma antiga **é uma memória genealógica que se estende para além da família.** Ela é a consciência de pertencer a uma cadeia de gerações sucessivas das quais o grupo ou o indivíduo se sente mais ou menos herdeiro. É a consciência de sermos os continuadores de nossos predecessores.²⁶⁶

Assim, a genealogia de James Johnson, suposto antepassado de algumas famílias carboníferas, cumpre papel importante na manutenção da identidade mineira quando transforma cada indivíduo da comunidade em um herdeiro desta memória.

Seguindo o rol dos acontecimentos, a visita da Princesa Isabel à Arroio dos Ratos não tinha muita credibilidade quando da inauguração da exposição. Todavia, nos anos que se seguiram, ao lado da placa do “Pai Fundador”, o que em 1994 era apenas uma fotografia do Poço Isabel – poço inaugurada pela Princesa Imperial e o Conde D’Eu, em 1885 – em 2014 apresentava uma imagem emoldurada da princesa, uma reprodução da carta escrita pela mesma sobre a visita às minas de Arroio dos Ratos e uma fotografia da família imperial na inauguração do poço, anunciando ao visitante a relevância do carvão, colocando a mineração no Rio Grande do Sul na História do Brasil. E mais do que isso, repovoar o imaginário da comunidade mineira. Os rumores sobre a visita da Princesa Isabel sempre foram recebidos com dúvidas, até que as cartas da princesa e uma fotografia numa fazenda próxima à Arroio dos Ratos foram publicadas; este evento histórico trouxe grande carga simbólica à localidade e ao ofício mineiro, relatado como opressor pela princesa, fator de orgulho ao operariado.

Dentre os eventos relevantes para a história da mineração do Rio Grande do Sul ainda figura a grande enchente de 1936. A tragédia, que inundou o Poço I e

²⁶⁶ Ibidem, p. 142. (Grifo meu).

sepultou muitos operários pelas águas não esperadas nos túneis, nas palavras de Simch:

[...] teve o cunho de avalanche, pois embora tomadas as medidas possíveis, ainda assim pereceram afogados dentro da Mina vários operários que não tiveram tempo de sair. A inundação durou até os meses [?], pois os meios de esgotamento, após o efeito da enchente, levaram um grande período onde foram empregadas bombas mais potentes que foi possível obter.²⁶⁷

Este fato enquadra-se naquilo que Candau chamou de “memória da tragédia”, algo que não se pretende celebrar no seio da comunidade, por vezes se quer até esquecer, mas ainda assim é uma memória necessária para a constituição do grupo²⁶⁸, e é interessante notar como essa memória foi exposta no Museu. Em ambas as versões da exposição, as fotografias do fato histórico estão no mesmo ponto da sala de exposição A, no canto atrás do pilar. Deste modo, esse acontecimento traz à tona tanto o cotidiano da morte, quanto reforça a lembrança da solidariedade²⁶⁹, agindo na sustentação da identidade mineira da comunidade, mas sendo minimizada (literalmente escondida) para o visitante, pois não é de interesse do Estado, em 1994, que se fale da morte nas minas, tão pouco pela empresa mineradora em 2014.

B) O FUNCIONAMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA USINA TERMOELÉTRICA

Os três eventos supracitados mostraram-se significativos no suporte da identidade da comunidade carbonífera, mas cabe lembrar que todos giram em torno da extração do carvão. Neste contexto, o carvão aparece como elemento chave de um mito fundador, uma origem para além do tempo “real”, pois a pré-existência do carvão no solo da região já é um indicativo da sua imponência, e, por conseguinte, da existência do mineiro. Talvez por isso a ênfase no funcionamento da Usina – tema que ocupa boa parte de ambas as exposições – não incomode a comunidade que vê a si mesma no carvão, um símbolo da riqueza econômica gaúcha – “ouro negro” –

²⁶⁷ SIMCH, op. cit., p. 13.

²⁶⁸ CANDAU, op. cit., p. 150-153.

²⁶⁹ Segundo Klován, trabalhadores de todas as minas da região carbonífera doaram um dia de salário para auxílio dos atingidos pelas águas, diante do descaso da empresa mineradora e do poder público. (KLOVAN, op. cit., p. 203).

provindo de uma vila operária no interior do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX.

Na exposição de 1994 a falta de ordem cronológica evidencia que o carvão é atemporal, e ficou evidente que o funcionamento da Usina se sobressaía. O número de artefatos que faziam parte do ambiente fabril (moldes em madeira e artefatos de porcelana) estavam expostos por praticamente todos os espaços: nos corredores 2, 3, 4 e 5, além de encontrarem-se em suporte no espaço B e sob à escada.

Ao longo de 20 anos, a narrativa recebeu ainda mais elementos, objetos relacionados às atividades de superfície no complexo industrial (da própria Usina Termoelétrica onde a energia era gerada; das oficinas onde eram construídas peças de maquinário e vagonetas; da olaria; do laboratório e do setor administrativo). Na nova versão da exposição, estes elementos foram expostos nos espaços B e C, locais de iluminação natural e de destaque do Museu, reafirmando o trabalho da indústria carbonífera e a autossuficiência da termoelétrica, todavia sem trazer o elemento humano para o discurso. A presença das carteiras de trabalho e do livro ponto junto a este ambiente “administrativo” que compõe o espaço B, retira o mineiro do seu local de trabalho – que o forma essencialmente – e o coloca como mais uma peça do processo de funcionamento da usina, igualado a qualquer molde ou tijolo.

Este enfoque na fábrica também pode ser percebido pelo aparecimento da vagoneta sobre trilhos e a pedra de carvão no espaço B. Estes três elementos, símbolo do trabalho no subsolo das minas foi posicionado junto aos elementos de superfície, atribuindo poder e legitimidade ao discurso da produção carbonífera em detrimento ao fator humano.

C) O OPERÁRIO, O TRABALHO NA MINA E A VILA OPERÁRIA

Viu-se que a formação da memória e identidade operária e depois comunitária mineira deu-se a partir do sentimento de orgulho/honra pelas dificuldades do ofício no subsolo e teve impulso pelo isolamento geográfico na vila operária²⁷⁰. Para a comunidade carbonífera, o MCAR é o santuário das memórias e a materialização da sua história. Considerando que a identidade do grupo mineiro, mesmo esse sendo

²⁷⁰ É também por esse motivo uniu-se os três temas acima – operário, trabalho na mina e vila operária – em um único tópico de análise

conflitante em diversos pontos, obteve força a partir dos laços de solidariedade em oposição ao empregador, a pergunta que Vasconcellos²⁷¹ se faz diante das representações de Carranza e Zapata no Museu Histórico Nacional do México é mais do que pertinente: *“Mas, afinal, como convivem na mesma sala, a vítima e o seu algoz (...)?”*

Em 1994, a exposição do museu trazia no espaço expositivo A um conjunto de ferramentas e utensílios do trabalho no subsolo: o lampião de carbureto, o lampião à óleo, o martelo, o picão, o capacete (mesmo esse não figurando muito no dia a dia dos operários), bem como imagens dos operários: as carteiras de trabalho e as fotografias no ofício (junto as locomotivas e na entrada das caldeiras). É exposto nesse espaço também um fator importante na identidade mineira: a vila operária. Seria a ênfase esperada para o espaço, tratar do elemento humano, aquilo que faz o patrimônio industrial – os prédios e ferramentas – ter significação, contudo a dureza do trabalho no subsolo compete com a estrutura de bem-estar social montada pela companhia com as fotografias da vila e, sobretudo, pela escolha do livro de “Registro de Atendimento aos Empregados da Mina e aos Aposentados”, exposto sozinho em expositor de destaque.

Acredita-se que esta visão é amplificada na exposição 20 anos depois: os rostos dos operários não estão mais neste espaço, tão pouco as fotografias do ofício mineiro, esse está representado nos corredores 5 e 6 nos pôsteres doados pela empresa mineradora dos processos mecanizados de trabalho. O ambiente expositivo A recebeu mais ferramentas de trabalho do minerador, mas principalmente equipamentos modernos de trabalho e segurança, a maioria deles nunca usados pelos operários que trabalharam em Arroio dos Ratos. Acima dos expositores, como a mostrar sua ascendência sobre o ofício, a placa do CADEM²⁷².

Retomando Vasconcellos e o museu mexicano, o pesquisador demonstra que a incorporação no discurso expositivo do processo revolucionário na configuração da nação mexicana legitimaria o mesmo. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que o Museu se aproximou das massas reconhecendo a atuação de homens do povo como Zapata e Villa, naturalizou a morte destas lideranças populares pelas mãos das forças

²⁷¹ VASCONCELLOS, op. cit., p. 135.

²⁷² A empresa predecessora da Copelmi e que encerrou as atividades em Arroio dos Ratos ficou conhecida também pelo programa de assistência desenvolvido pelo seu diretor Roberto Cardoso.

que subiram ao poder pós-revolução. Era necessário, através da narrativa imagética – *“campo fértil para mobilização ideológica”* –, apaziguar os conflitos e enquadrar a história da Revolução em um bloco homogêneo, negando suas contradições para obter maior endosso social.

Daí a tendência de tais imagens (particularmente no caso das identidades nacionais) escamotear a diversidade e, sobretudo, as contradições, os conflitos, as hierarquias, tudo mascarando pela homogeneização *a posteriori* e por uma harmonia cosmética. Observe-se, pois, como ela pode facilmente servir para alimentar as estratégias de dominação e desempenhar funções anestésicas²⁷³

Assim, Zapata foi retratado no Museu sutilmente de forma negativa – um radical e inapto intelectualmente –, explicando sua derrota para Carranza, e seu isolamento e contraposição justificando seu assassinato. Concomitantemente, foram escolhidos princípios zapatistas que o aproximassem do projeto carrancista a fim de certificar este último não apenas como popular, mas vencedor e, claro, necessário para o futuro glorioso da nação mexicana. Ao expor as ambiguidades da exposição da Sala da Revolução Mexicana, Vasconcellos parte da constatação de que o discurso expositivo está dentro de uma estrutura hierarquizada, que privilegia certas personagens e eventos em detrimento de outras, utilizando-se dos recursos disponíveis para manipulação dos símbolos, com intuito de autenticar uma visão histórica específica, a qual está alinhada com os interesses políticos dos envolvidos²⁷⁴.

Acredita-se que no Museu do Carvão possa ter ocorrido da mesma forma: o operário está presente nas suas ferramentas e fotografias do ofício no subsolo das minas, todavia naturalizou-se a morte, a falta de segurança, os acidentes, o ambiente insalubre, motivos pelos quais os mineiros aposentavam-se tão cedo, fatos dissolvidos diante da lembrança do atendimento médico, da educação para os filhos, dias de lazer com a família. Em 1994 é fundamental para o retorno da extração de carvão na região lembrar o operário os “bons tempos nas Minas do Rato”, enquanto que, 20 anos depois, com tantas doações feitas pela companhia mineradora, além de dissipar as memórias ruins da comunidade, é a imagem de outra empresa, diferente das da década de 1930-1950, sendo apresentada ao público visitante. Assim, a empresa mineradora, em ambas as versões da exposição, não teve sua imagem veiculada à

²⁷³ MENESES, 1993, p. 209.

²⁷⁴ VASCONCELLOS, op. cit., p.132-139.

sujeira do subsolo, a precariedade do trabalho, mas sim à modernidade, ao bem-estar e à segurança do seu operário.

Esta prática não é tão evidente quanto no Museu Histórico Nacional do México, mas, do mesmo modo, os museus do sul dos Estados Unidos estudados por Eichstedt & Small²⁷⁵ utilizam-se de estratégias perspicazes de *make-up* em relação às representações da escravidão. Os sociólogos norte-americanos, ao refletirem sobre a representação da escravidão nos discursos expográficos destes museus, denunciam a aniquilação simbólica da escravidão, a minimização das condições desumanas em que viviam negros escravizados e o apagamento da agência de africanos e afro-americanos na história daquele país. Este processo, segundo os autores, dá-se através de soluções retóricas, muitas vezes imperceptíveis, que proporcionam ao visitante uma experiência acrítica, sem discussões – tão necessárias – sobre escravidão nos séculos passados e racismo na atualidade.

O conceito de aniquilação simbólica foi utilizado primeiramente para estudos de gênero na mídia, porém, segundo os autores, pode ser aplicado sempre “*em situações que grupos subordinados estão ausentes, ou marginalizados, nas representações midiáticas*”²⁷⁶. As técnicas utilizadas são várias: foco na história/memória do estrato detentor de poder; discurso homogeneizador e a-histórico; menção aos grupos subalternos de modo superficial, com pouco ou sem contextualização, bem como ausência de discussões dos conflitos entre os agentes históricos; uso da voz passiva e de eufemismos²⁷⁷.

O que se pretende evidenciar é a reprodução da harmonia cosmética entre a empresa mineradora e o trabalhador no discurso do MCAR. Identificou-se o uso de artifícios retóricos como referência superficial ao grupo mineiro, com pouco ou sem contextualização, diluídos entre os corredores; ausência de discussões dos conflitos e incongruências; e suavização da fala. Por mais que não haja o uso de eufemismo em texto escrito²⁷⁸, a localização no museu e o posicionamento no conjunto expositivo

²⁷⁵ EICHSTEDT, Jeniffer L.; SMALL, Stephen. *Representation of Slavery: race and ideology in Southern Plantation Museum*. Washington: Smithsonian, 2002.

²⁷⁶ “(...) most others authors accept the original definition and apply them to situations where the subordinated groups are absent from, or marginalized within, media representations.” (EICHSTEDT & SMALL, op. cit., p.107). Tradução livre.

²⁷⁷ Ibidem, p.107-108.

²⁷⁸ A exposição do MCAR não apresenta textos para além das legendas com informações básicas das peças (o que é, do que é fabricado e de quando é). Mas, como já referenciado, percebe-se a construção espacial e visual dos museus como um texto, aceitando a figura de pensamento.

induzem uma amenização do universo representado, fator crucial para a construção da comunidade carbonífera como tal, restando o mundo anestesiado (nas já citadas palavras de Meneses) *do trabalha(-dor) mineiro*.

Em 1994, como já apontado, contar a história do carvão não significava imortalizar a glória passada, mas alcançá-la novamente. Os esforços da equipe designada para a transformação da antiga Usina Termoelétrica em centro cultural e museu foram por demonstrar ao governo federal um poderio energético frente ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo e, igualmente, trazer o olhar da população local para a riqueza do ouro negro, apaziguando possíveis ressentimentos. São muitas as contradições entre os ex-operários sobre o trabalho nas minas, enquanto para uns,

É um lugar bom, muito bom, em que eu gostava de trabalhar. Chegava a sonhar! Até sonho, agora, que estou trabalhando, dá para acreditar? Parece que estou trabalhando, fazendo carvão, aquilo era a coisa mais linda, debaixo da mina! Era bonito. Era uma escuridão mas tínhamos o lampião, que clareava tudo.²⁷⁹

Para outros, por mais que tenha sido sustento, não havia por que voltar atrás.

Eu sinto muita felicidade em ter saído de lá de dentro. Eu sinto que é uma vida miserável trabalhar dentro da mina. Naquela falta de ar, naquela poeira, de chegar em casa não saber se era carvão ou se era gente. Sujos, sujos, sujos, pura graxa do carvão. (...) E graças a Deus que sai dali, apesar de que ali eu criei os filhos, família. Mas depois que eu já estava aposentado é que eu melhorei a situação.²⁸⁰

E de certa forma essa conciliação simbólica ocorreu, pois, enquanto o conhecido encontro “Festa da Saudade Mineira”²⁸¹ é repudiado por parte dos ex-operários que se sentiram prejudicados pelo sistema de trabalho ao qual foram submetidos, o Museu do Carvão é percebido até a atualidade como espaço de honras e homenagens – “*a Musa não admite que o homem louvável morra.*”²⁸².

²⁷⁹ SUTEL, 2002.

²⁸⁰ FRANCO, Antônio Pedroso. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. (Acervo do MCAR).

²⁸¹ Desde 1999, alguns ex-mineiros se reúnem no segundo domingo do mês de novembro para celebrar o ofício, se reencontrar, “matar a saudade” e relembrar os velhos tempos. A comemoração destaca-se por dois momentos importantes: o primeiro, mais solene, ocorre no Museu Estadual do Carvão e o segundo, mais lúdico, nas dependências da Sociedade Última Hora.

²⁸² Nas palavras de Horácio, presentes na epígrafe desta pesquisa.

A instituição estudada está temporalmente num passado recente, não podendo assim ser fonte empírica da eficácia de seu discurso como um cânone cristizador da memória, tal como bicentenários museus nacionais; além disso, ainda há portadores da memória, transmissores orais, do legado mineiro. Todavia, como espaço institucionalizado de memória, tem potencialidade para se tornar um formador de predeterminada identidade mediado por textos (a exemplo da exposição museológica), por ícones (o próprio espaço, as ruínas da antiga Usina) ou por rituais e performances (as festas e comemorações em memória ao mineiro no espaço do museu). Por fim, a narrativa expográfica do MCAR, podendo ser canal de reflexão sobre o mundo do trabalho, sobretudo o ofício mineiro, seus conflitos e suas peculiaridades, acaba por propiciar a coexistência asséptica dos agentes históricos, traça um operário pacífico e resignado com sua condição de trabalho, e mesmo quando expõe imagens deste trabalhador, estas se dão desvinculadas dos objetos que os tornam operários do subsolo das minas de carvão. Esta é a identidade mineira que ficará imortal a partir do Museu do Carvão?

3.4. Proposta para o programa expositivo do Museu Estadual do Carvão.

Após as reflexões sobre a identidade no discurso expositivo, em especial a mineira, e ciente do processo de cristalização da memória cultural dada a partir das narrativas museológicas, achou-se relevante sugerir uma proposta expositiva, a fim de contribuir para futuras ações de comunicação do Museu. O Parque Estadual do Carvão, como patrimônio industrial, já é representação identitária do mineiro, não sendo possível desvencilhar-se dessa carga simbólica, todavia, para o discurso expositivo tomou-se o cuidado de apresentar uma proposição que não se submetesse a este fim, pois como alerta Meneses²⁸³ a identidade não deve ser um objetivo dos museus, até porque é impossível “resgatá-la”, visto que não há como *“recuperar algo que não é estático, não tem contorno definitivo, pronto e acabado, disponível para sempre”*, ao contrário, a identidade é um *“processo incessante de construção/reconstrução”*²⁸⁴.

²⁸³ MENESES, 2000, p. 95.

²⁸⁴ MENESES, 1993, p. 210.

Com esses pressupostos, e tendo em mente que o patrimônio industrial é o conjunto dos fatores arquitetônico, técnico-científico e sociocultural, devendo receber o tratamento também de patrimônio histórico, propõe-se uma narrativa concebida a partir de metodologias da disciplina histórica, sem distrair-se da ludicidade própria dos museus.

Tem-se dito, muitas vezes, que a exposição é um discurso ou, mais precisamente, um "texto". Aquilo que é a monografia, no domínio da palavra escrita, seria a exposição ("monoplastia"?) no domínio dos objetos - o que, todavia, não pode equivaler a transformar a exposição num trabalho acadêmico. Seja como for, **a exposição, na linha aqui desenvolvida, pressupõe a articulação de enunciados sobre certos problemas humanos, desenvolvidos com o suporte das coisas materiais.**²⁸⁵

É importante conceber o museu de história, não como instituição voltada tão somente para os objetos históricos, mas para os problemas históricos provindos deles. É aquilo que Febvre apela a seus contemporâneos que o façam²⁸⁶ – neguem as perguntas tradicionais e simplistas, rol de nomes e datas, mas que se ofereçam na busca esforço de problematização do passado, na tentativa de pensar sobre o emaranhado pretérito, matéria-prima para compreender-se no agora. De fato, para que o museu desempenhe sua função social, o mesmo deve ser reconhecido para além de lugar de contemplação de artefatos sagrados ou ilustrativos, mas espaço *“motivador de reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto”*²⁸⁷, onde o objeto é tomado indício do passado e submetido à investigação histórica, com recortes e problemáticas. Para corroborar com esta visão será utilizado o conceito de museologia da museóloga Waldisa Rússio Guarnieri, que compreendeu a museologia como ciência do fato museal ou museológico. Em suas palavras:

(...) a relação profunda entre o **homem**, sujeito que conhece, e o **objeto**, parte de uma realidade da qual o homem também pertence e

²⁸⁵ MENESES, 1994, p. 37. (Grifo meu).

²⁸⁶ Nas palavras de Febvre: *“(…) Expliquemos o mundo ao mundo. Através da história. Mas que história? (…). Peço aos historiadores, quando vão para o trabalho (…), que nunca se façam colecionadores de factos, ao acaso, como dantes se fazia pesquisadores de livros nos cais. Que nos dêem uma História não automática, mas problemática.”* (FEBVRE, Lucien. Frente ao Vento – Manifestos aos “novos” Anales. In: _____ *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 48-49).

²⁸⁷ RAMOS, op. cit., p. 32.

sobre a qual tem o poder de agir (...) [realizado] **no cenário** institucionalizado do museu.²⁸⁸

Segundo este conceito a comunicação de sentidos se dá em um diálogo entre o patrimônio (acervo musealizado) e o público (com seu aporte de conhecimento prévio), no espaço construído e institucionalizado (no e) do museu, podendo este diálogo realizar-se de diversas maneiras, tantas forem as significações possíveis dadas pelo visitante, quanto situações que o museu possa criar para instigar a discussão sobre ou a partir do objeto. O acervo museológico necessita ser apresentado de forma a ser interpretado, e para este fim, é imperativo que ações pedagógicas se desenvolvam dentro da própria área musealizada.

Em primeiro momento, deve-se retirar os objetos de seu sacrário e recolocá-los na história para conhecer nosso mundo e o de outros tempos e espaços, pois há vida nas “coisas” e o conhecimento histórico ganha novas matizes quando nos abrimos ao universo material. A cultura material é um conjunto de elementos que representa condutas, gestos e ideias inseridos nas relações cotidianas, sendo importante para nós pesquisadores “[...] *exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas.*”²⁸⁹. Ao considerar que o documento representado na materialidade é um texto, aceita-se as potencialidades (e limitações) desta fonte para propor e resolver problemas históricos.

A proposta a seguir é um anteprojeto, e está pautada na concepção de exposição realizada a partir do patrimônio industrial, tomando como inspiração propostas de musealização brasileiras e portuguesas, e a iniciativa britânica²⁹⁰. Ressalta-se que são ideias iniciais para a concepção de uma exposição, que necessitam ser debatidas pelo MCAR e envolvidas diferentes pessoas da comunidade, frente à insurgência de novos rumos e abordagens que possam surgir mediante trabalho colaborativo.

²⁸⁸ GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museologia e Identidade. In: BRUNO, M. C. O. (editor). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. 1.ed. v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010, p. 180. Grifo meu.

²⁸⁹ RAMOS, op. cit. p. 21.

²⁹⁰ Entre eles a obra de Daniela Alves Ribeiro (2015), Marília Xavier Cury e Mirian Midori Peres Yagui (2015), Jonathan Walker Darroch (2012) e Waldisa Guarnieri (1980).

3.4.1. Tudo que é sólido desmancha no ar

Esta proposta tem seu ponto de partida na frase proferida por Karl Marx no *Manifesto do Partido Comunista* sobre as mudanças oriundas da sociedade burguesa moderna. Ao mesmo tempo em que a citação é uma reflexão quanto à sociedade de uma época, a mesma traz à mente uma imagem rotineira, entre as décadas de 1920 e 1950, na Usina Termelétrica da CEFMSJ: o sólido carvão esfumaçar-se no ar, fluindo de grandes chaminés.

Alimentada por vapor oriundo da combustão de pedras de carvão mineral, a usina forneceu energia elétrica para toda a região do baixo Jacuí além de matéria prima para nutrir outras indústrias gaúchas no início do século XX. Empresas como *Viação Férrea do Estado*, *Empresa Carris Porto Alegre* (ambas de transporte), *Companhia Fôrça e Luz*, *Companhia Brasil de Força Elétrica* (usina do Gasômetro) entre outras, davam um “ar de modernidade” ao Estado e à capital gaúcha, contando para isso com o minério, que passava a expressar progresso para a sociedade e ganhava o status de “ouro negro”, comparado a metais nobres.

Contudo a modernidade tem outro lado. Neste sentido, as reflexões de Marshall Berman sobre as inúmeras experiências que passamos a chamar de “modernidade” contribuem para o entendimento deste caráter ambíguo do ser moderno que Marx já mencionava.

Em nossos dias tudo parece estar impregnado do seu contrário. O maquinado dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo.²⁹¹

Para Berman, a modernidade, apesar dos progressos, desumanizou e escravizou o homem, ou seja, se por um lado trouxe avanços científicos e, sobretudo tecnológicos, por outro onerou a sociedade, em especial o operário.

No Brasil, o processo de modernização foi tomado, apesar de dar-se tardiamente em relação à Europa e se adaptar à realidade do período, como uma

²⁹¹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 18.

evolução natural, um estágio civilizacional.²⁹² E da mesma forma que ocorreu no Velho Mundo, na América Latina, segundo Pesavento, a máquina foi percebida dubiamente.

Paradoxalmente, enquanto que a máquina se humanizava, o operário se despersonalizava, reduzido a uma engrenagem ou peça do sistema de fábrica.²⁹³

Ou seja, mesmo trazendo benefícios ao ser humano, seja pela abundância de produtos ou pelas facilidades distribuídas, a modernidade (a máquina e seus detentores) trouxe consigo seus problemas.

A partir das reflexões realizadas e levando em consideração fundamentalmente o acervo, esta proposta pretende colocar ao visitante a seguinte questão: **Pensando o carvão como uma das relevantes matérias-primas da modernidade, de que maneira, e à custa de quem, o extraído das minas de Arroio dos Ratos alcançou o status de “ouro negro”?** Pretende-se oferecer uma análise preocupada da história desta comunidade, desmistificando personagens e fugindo das transfigurações dos mineiros em heróis ou apenas vítimas do sistema.

Esta proposta exposição tem por objetivos:

- a) compreender a modernidade a partir de seus dois vetores: o progresso através de seus ícones tecnológicos – eletricidade, transporte e etc. – e o preço pago pelo operariado, no caso o(s) grupo(s) mineiros, para alavancar esta modernização;
- b) oportunizar ao visitante, ao longo do percurso da exposição, construir sua própria linha organizativa do tempo e espaço, localizando a região carbonífera no processo de modernização, sobretudo a Usina do Poço I, no apogeu da extração carvoeira no Brasil;
- c) refletir sobre o trabalho nas minas e suas contradições;
- d) sensibilizar o visitante para o trabalhador invisível do cotidiano.

Por tratar-se de uma exposição de cunho histórico, é perigoso cair na armadilha da recriação de ambientes, mantendo o visitante em uma zona de conforto, sem provocar-lhe estranhamentos ou novos sentimentos. Deste modo, é essencial trazer

²⁹² PESAVENTO. Sandra J. Trabalhadores e Máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880 – 1920). In: Anos 90, Porto Alegre, nº2, maio de 1994, p. 165 - 170.

²⁹³ Ibidem, p. 167.

ao discurso expositivo certa dramaticidade. Esta pode ser feita de modos diversos a partir de algumas técnicas usuais na cenografia teatral: cor, iluminação e posicionamento dos elementos em cena e nesta proposta optou-se por vislumbrar os pavimentos do Museu como uma metáfora da chegada às minas, no 2º pavimento luz-superfície-modernidade-trabalho “limpo”, enquanto o 1º pavimento representa o escuro-subsolo-carvão-opressão-sujeira.

Também é importante salientar que a exposição é temática – o carvão, conforme as diretrizes do próprio MCAR. Segundo Meliande, exposições temáticas têm duas características: 1) mostram-se mais valiosas pelo arranjo coletivo de seus objetos, em torno de um tema, do que por seus objetos individualmente, e 2) por conta da clareza de seu tema e discurso, precisa de um contexto para manter a coesão do conjunto do acervo, ou seja, a *“exposição costuma se utilizar de estratégias de ambientação que os fortaleça visualmente, raramente se valendo da estética do ‘cubo branco’, que simula uma neutralidade de discurso e de contexto.”*²⁹⁴

O trajeto da proposta dessa exposição inicia-se pelo entorno do museu, nas ruínas preservadas no Parque Estadual do Carvão (anexo 1), segue para o andar superior do prédio do Museu (fig. 25), descendo para o térreo (fig.26). Apresenta sete módulos:

1. Memórias da/na Usina Termoelétrica, envolvendo o entorno do museu;
2. O nosso Museu;
3. À luz da modernidade;
4. Maquinização do homem
5. A vila operária
6. Trabalho Radiografado
7. Exposições colaborativas com a comunidade

²⁹⁴ MELIANDE, Clara de Souza Rocha. *Design à mostra: o projeto de museus temáticos*. 200f. Dissertação de Mestrado em Desenho Industrial. Rio de Janeiro, Escola Superior de Desenho Industrial/UERJ, 2013, p. 85.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO
PLANTA BAIXA - 2º PISO
Elaborado por Clarissa Wetzel

Módulo 1 – A Memórias da/na Usina Termoelétrica

Localização: área externa

Recurso Expográfico A: Painéis com imagem

Neste módulo, o visitante é convidado a percorrer o Parque Estadual do Carvão (anexo 1), vislumbrando suas ruínas acompanhado de membro da comunidade carbonífera, um ex-operário, trazendo seus conhecimentos do ofício, suas experiências, suas memórias afetivas, tal como propôs o Museu Nacional do Carvão de Gales (National Coal Museum of Wales) - BigPit, onde o visitante é guiado pelos remanescentes da mina sob a ótica de um ex-mineiro, criando inúmeras narrativas a cada visita. Em cada ponto demarcado do parque, encontrar-se-ão reproduções de imagens da Usina em funcionamento, colocadas estrategicamente em posições visuais que possam dar continuidade às ruínas do Frontão, do Poço I, da entrada das caldeiras, da carregadora de carvão, das oficinas, entre outros (fig.34).

Figura 34. Frontão ontem e hoje. (Sobreposição feita por Clarissa Wetzel)

Este recurso foi pensado justamente a partir das reflexões sobre a ruína. O sociólogo Carlos Fortuna, ao refletir sobre o patrimônio e a memória no processo de construção das identidades sociais, busca compreender o modo como os indivíduos se relacionam com as ruínas – os lugares históricos e monumentais da cidade – e a maneira como estes se apropriam dos espaços, a fim de imbuir de sentido

o seu próprio lugar no mundo²⁹⁵. Segundo o pesquisador, estes locais fazem parte da construção de identidades, pois o fazem também do processo de construção das memórias. Ao mesmo tempo que as ruínas refletem a transitoriedade e a decrepitude (inclusive da nossa própria memória), são fragmentos de um passado visível, mesmo esse sendo um passado imaginado no presente²⁹⁶. Recuperando o pensamento de Paul Ricoeur²⁹⁷, é possível dizer que a ruína é responsável por uma operação de re-conformação temporal, fazendo o passado emergir no presente por uma operação imaginária de sentido. Ao presentificar uma ausência, dando-lhe um significado, a ruína opera como representação do passado. De modo que não é vista apenas pela sua materialidade, a ruína é representação imagética, a presença de uma ausência, e tem poder de oferecer visibilidade a uma ideia ou uma construção imaginária.

Talvez por emanar por si só uma ideia de pertencimento, que nas exposições analisadas do Museu do Carvão, as ruínas restauradas e expostas não faziam parte necessariamente do discurso expositivo. Este fator, como ressalta Marília Xavier Cury²⁹⁸ é de suma importância, pois todo o conjunto como patrimônio deve ser preservado e comunicado, ou seja, tais estruturas são objetos em exposição permanente, porém um desses ainda abriga em seu interior a continuidade da narrativa expositiva. Nesse sentido, devemos nos atentar para que prédio, entorno e exposição interna dialoguem em harmonia.

Módulo 2 – O nosso Museu

Localização: 2º pavimento

Recurso Expográfico A: Texto com a argumentação do módulo

Apresentar o parque, o Museu Estadual do Carvão e o Arquivo Histórico da Mineração (AHM), discutindo o que é patrimônio, o que é um museu e o que se pode fazer com base nele. Destacar seu papel social, de aprendizado e lazer. Pontuar os diferentes tipos de coleções que fazem parte do acervo do museu, incentivando a pesquisa no arquivo. Fortalecer o convite para que as pessoas visitem o Museu e se apropriem dos espaços do Parque.

²⁹⁵ FORTUNA, Carlos. Por entre as ruínas da cidade: o patrimônio e a memória na construção das identidades sociais. In: *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, p.1-19, set. 1995, p. 11.

²⁹⁶ Ibidem, p. 14.

²⁹⁷ RICOEUR, 2007.

²⁹⁸ CURY, Marília Xavier. *Revisão Museológica e Museográfica do Museu Histórico de São Francisco do Sul*. Programa Monumenta – 3ª Fase: Projeto Expográfico, Outubro de 2006, p. 8.

Recurso Expográfico B: Linha do Tempo

Linha do tempo marcando fatos daquele espaço industrial, inter cruzando com eventos nacionais e mundiais, bem como os eventos de criação e desenvolvimento do Museu.

Módulo 3 – À luz da modernidade

Localização: 2º pavimento

Recurso Expográfico A: Texto com a argumentação do módulo

Recurso Expográfico B: Estandes expositores

Este módulo encontrar-se-ia no 2º pavimento justamente para aproveitar a estrutura do prédio – o pé direito alto – e luz natural que adentra o Museu, reproduzindo imagetivamente as “Exposições Universais”²⁹⁹, um símbolo de modernidade. Em 1935, a Usina Termoelétrica da Companhia Estrada de Ferro de Minas de São Jerônimo participou de uma versão menor destas “exposições de tecnologia”, chamada “Exposição do Centenário Farroupilha”, demonstrando seus bons resultados a partir de seu estande.

Voltados para os resultados do trabalho nas minas e ao serviço “limpo” da Usina Termoelétrica, os expositores – como estandes em uma feira (fig. 28) – abordariam os usos do carvão (fonte de energia elétrica, transporte, produção de aço, etc.), distribuição no Brasil e outros países (no período entre guerras), os espaços de trabalho e seus agentes na superfície (oficinas, laboratório e escritórios). Cada estante contaria com instrumentos de trabalho, reprodução fotográfica e documental, trazendo dados sobre a sua temática.

Figura 35. A) Ilustração da Exposição Universal de 1951. Palácio de Cristal, Londres. B) Exposição Universal de 1889. Salão das Máquinas, Paris. (Fonte: Acervo on-line GettyImages)

²⁹⁹ Também conhecidas como Grande Exposição do Trabalho da Indústria de todas as Nações.

Neste módulo a clareza também é objetificada, quando contraposta à escuridão do piso térreo, onde encontrar-se-ia uma exposição voltada para aspectos do mineiro. Descer do 2º piso para o térreo é adentrar à mina. A escolha desta estratégia visa criar uma experiência espacial, sensibilizando o visitante³⁰⁰.

Recurso Expográfico C: Mapa

Mapa com a localização de outros postos de extração na região Sul, como Minas do Leão, Butiá, Candiota, entre outros.

Módulo 4 – Maquinização do Homem

Localização: Espaço B, 1º pavimento

Recurso Expográfico A: Texto

“...enquanto que a máquina se humanizava, o operário se despersonalizava, reduzido a uma engrenagem ou peça do sistema de fábrica.”

PESAVENTO, Sandra. Trabalhadores e Máquinas, 1994.

Recurso Expográfico B: Móvel expositor (fig. 29)

Descendo ao pavimento térreo, no ambiente A, o visitante deparar-se-ia com este módulo, o qual relaciona-se aos conceitos de alienação do trabalho e desumanização. Expostas em um móvel único, com caixas móveis para interação do visitante, o móvel contaria com peças da parte elétrica, engrenagens, partes de vagonetas, tijolos e telhas mesclados aos rostos das carteiras de trabalho, todas peças fundamentais para o funcionamento deste sistema alienante de trabalho.

³⁰⁰ MELIANDE, op. cit., p. 86.

De um lado, estariam as peças, engrenagens do maquinário, do outro os rostos dos trabalhadores. O que é máquina e o que é humano nesse trabalho exaustivo e repetitivo?

Figura 36. Móvel "Jogo da Memória" encontrado no Museu da Gente Sergipana. Inspiração para o mobiliário aqui proposto.

Módulo 5 – A vila operária

Localização: Corredor 1, 2 e 3, 1º pavimento

Recurso Expográfico A: Texto com a argumentação do módulo

Recurso Expográfico B: Fotografias

O ambiente de trabalho, com seu perigo e insalubridade inerentes, constituiu uma determinação importante das representações e identidades gestadas na região carbonífera, principalmente no que diz respeito ao companheirismo. Ou seja, a rotina de trabalho e o cotidiano no sistema mina-com-vila-operária influenciaram a conformação de uma identidade marcada pela solidariedade, tão necessária nas distintas condições de trabalho do subsolo. A camaradagem emerge dos subterrâneos e invade o cotidiano da vila operária, manifestando-se nas festas e brincadeiras, na religiosidade e na união por melhores condições de trabalho e de vida.

Neste módulo colocar-se-ia em xeque as estruturas montadas pela empresa mineradora para manutenção de seu poder sobre o operariado, mas também apresentar-se-ia a comunidade como agente modificador de sua realidade, apropriando-se dos espaços. Fotografias retratariam os diferentes tipos de casa, os

clubes recreativos, a construção da escola e do hospital, as festas da empresa e religiosas, mesclando com documentação a respeito das dívidas contraídas pelo aluguel de casas, alimento e equipamentos para o trabalho, bem como depoimentos de moradores. Por fim, pretender-se-ia apresentar a relação da comunidade com o a vila que se formava, possibilitando ainda a discussão sobre a forma de gestão passada e a cidade e suas demandas atuais.

Recurso Expográfico C: Multimídia

Cada pilar também contará com fones de ouvidos com comentários sobre as diferentes visões (positivas ou negativas) a respeito das estruturas da vila operária e do dia-a-dia na vila.

Módulo 6 – Trabalho Radiografado: o operário e a mina

Localização: Corredores 4, 5 e 6, 1º pavimento

Recurso Expográfico A: Texto com a argumentação do módulo

Recurso Expográfico C: Vitrines fixadas às paredes

Descoberto no final do século XIX e aperfeiçoado no início do XX, o raio-X revolucionou a medicina por trazer a possibilidade de vislumbrar o corpo humano sem adentrá-lo. Do mesmo modo, esta proposta busca penetrar no trabalho do mineiro e perceber os custos para a sua vida, pois, por mais que para os pesquisadores o preço pago pelo mineiro expresse-se na exploração dos meios de produção, da força de trabalho, pela mais valia, para a maioria dos operários da mina a doação para a empresa é percebida como simplesmente seu corpo, a vida, seu tempo, a morte.

Este módulo trataria desta temática, os danos ao corpo e as relações com o tempo do mineiro, seja suspenso por acidente ou o fim de seu tempo, a própria morte. Foram inúmeros os perigos que rondaram o dia-a-dia do mineiro: desmoronamentos, enchentes, explosões malsucedidas, mal-uso de ferramentas, intoxicação, doenças. São histórias com finais drásticos/trágicos em acidentes, os quais levaram à comoção os companheiros, ou ainda histórias silenciosas e lentas que tiraram a (qualidade de) vida de muitos pelas más condições de trabalho.

Mesclando objetos do dia a dia do trabalho (lampião, picão, explosímetro manual, etc.), imagens dos operários no subsolo (cartucheiros, madeireiros, tocadores de carros, etc.), contrapondo aos equipamentos de segurança e guias de acidente de

trabalho³⁰¹. Os documentos e fotos seriam “negativados” (como uma lâmina de raio-X, fig. 30) e expostos em vitrines luminosas, simulando um “negatoscópio”³⁰², acesos por interruptores. O visitante revelaria seu conteúdo ao longo do percurso, construindo a narrativa. Este artifício “interativo” também serviria como chamariz para o módulo.

O fato é que, atualmente, ao circular por uma exposição de um museu, o visitante não busca mais uma experiência puramente contemplativa. Ele realmente espera (...) encontrar um botão a apertar, um controle a ser utilizado, alguma forma de participação ou interação com a exposição. E a interação que foi, por muitos e muitos anos, quase que uma exclusividade dos museus de ciências é, atualmente, considerada como importante ferramenta de comunicação para qualquer tipologia de exposição.³⁰³

Figura 37. Exemplo de material que poderia ser usado no módulo. Reportagem original do periódico "O Lamepeão" (Fonte: Acervo do MCAR) e negativada (editado por Clarissa Wetzel).

Módulo 7 – Mostra colaborativa e temporária

Localização: Ambiente A, 1º pavimento

Em verdade, o acervo do museu permite que muitos temas sejam abordados, tais como: greves e lutas sociais; o trabalho infantil; trabalho e gênero; sustentabilidade; diferentes religiosidades e os festejos de Santa Bárbara; racismo, entre outros. Fechar as possibilidades do fazer histórico seria entregar uma História pronta à comunidade e não construir com ela.

³⁰¹ A base deste módulo seriam formulários de ocorrência de acidentes de trabalho nas Minas de Butiá, em outubro de 1950. Foram registrados 207 incidentes, em um único mês, em uma única mina, em uma única cidade mineira da região. (AHM, Envelope A5.3).

³⁰² Aparelho dotado de iluminação especial para observação dos negativos ou chapas radiográficas.

³⁰³ CHELINI, Maria Júlia Estefânia. Novas Tecnologias para... Novas (?) Expografias. *Revista Museologia e Interdisciplinariedade*. Vol. 1. Nº 2. Jul/dez de 2012, p. 60.

Na história do MCAR, desde sua criação, os agentes designados pelo Estado para intervir no espaço flertaram com os ideais da Nova Museologia e até mesmo falou-se em museu comunitário. Infelizmente, pelos fatores já discutidos nessa dissertação, não houve participação da comunidade da região no processo de formulação e execução do museu, tão pouco o fazem na atualidade. A fim de dar um primeiro passo no envolvimento da comunidade carbonífera na construção e manutenção de suas memórias, pensou-se este espaço expositivo colaborativo. O conhecimento de que muitas vezes o *“patrimônio apresentado como comum a todos não é senão o patrimônio de alguns”*³⁰⁴, traz à tona a necessidade de serem mostras temporárias a fim de dar conta das diferentes falas.

Nos moldes de metodologias empregadas no Programa Pontos de Memória, pretende-se devolver a agência à comunidade carbonífera, pelo menos em parte, abrindo um caminho para que o Museu possa rever-se nas suas diretrizes junto à localidade. Nesta proposta, ficaria a cargo da população arroio-ratense a escolha dos temas a serem abordados no módulo, a seleção dos objetos e a concepção-montagem da exposição, cabendo ao museu a organização das Rodas de Memória para debate e auxílio técnico para o desenvolvimento do módulo³⁰⁵.

Nesta proposta apresentou-se dois vieses da prática carvoeira no Rio Grande do Sul: por um lado, o desenvolvimento diretamente relacionado ao uso do carvão mineral como fonte de energia e a estrutura de bem-estar social montada pelas companhias mineradoras no espaço restrito da vila operária de Arroio dos Ratos; por outro, os sacrifícios realizados no cotidiano das minas, as perdas e os danos causados pelo ofício mineiro no contexto específico da região do Baixo Jacuí. Ao contrário das tentativas homogeneizadoras que muitos museus históricos traziam como prática, buscou-se apresentar as divergências do grupo mineiro e suas memórias conflitantes sobre aquela experiência do passado encontradas tão somente em patrimônios

³⁰⁴ CANDAU apud SILVA, Mariana Boujadi Mariano da. Políticas Públicas de Memória: O Programa Pontos de Memória no Contexto Sul-Rio-Grandense. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. V. 02, Ed. Especial, dezembro, 2016, p. 67.

³⁰⁵ Cientes de que, em muitos casos, lideranças podem assumir o papel norteador da ação em nome da comunidade, reduzindo novamente a participação da comunidade em detrimento a projetos planejados pela instituição, ficaria a cabo também dos agentes institucionalizados a responsabilidade de (re)avaliação periódica desta iniciativa.

industriais. Bem como, optou-se por introduzir, cada vez mais, a comunidade local no Museu, a fim de que se (re)apropriem do espaço sócio-cultural e o construam juntamente com os profissionais da instituição.

Essa mostra foi um exercício para pensar alternativas expográficas para o Museu Estadual do Carvão, sendo uma entre muitas outras que podem ser desenvolvidas. Mediante sua realização e avaliação a instituição pode e deve aprimorá-la assim como desenvolver outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu Estadual do Carvão, patrimônio industrial situado dentro do espaço de 11 hectares do Parque Estadual do Carvão, paisagem tombada pelo Estado do Rio Grande do Sul, exibe entre os numerosos e diversos objetos que compõem seu acervo, os vestígios da atividade mineradora na região: as ruínas da Usina Termoelétrica da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ). É de conhecimento popular que ruínas industriais correspondem a construções fabris em estado de abandono que, devido aos efeitos do tempo, sofreu um processo de degradação e, quando não valorizado, é naturalizado na paisagem.

Este equilíbrio único - entre a matéria mecânica inerte que resiste passivamente à pressão e, informando a espiritualidade que empurra para cima - quebra, no entanto, o instante em que um edifício desmorona. Por isso, significa nada mais nada menos do que as forças meramente naturais que começam a tornar-se imponentes sobre o trabalho do homem: o equilíbrio entre natureza e espírito, que o edifício manifesta, desloca-se em favor da natureza. Esta mudança torna-se uma tragédia cósmica que, por isso, caiu, e faz com que cada ruína de um objeto seja infundida com a nossa nostalgia; a decadência aparece como vingança da natureza ao espírito de a ter violado, fazendo um formulário na sua própria imagem.³⁰⁶

Na Arroio dos Ratos do final do século XIX e início do século XX, viu-se o homem dominar técnicas de extração dos minerais no duro solo, construir galerias para transformar a pedra negra em energia e edificar prédios e chaminés para demonstrar seu domínio sobre a natureza, modificando a paisagem. Se G. Simmel tinha razão, o que vimos acontecer na antiga Usina Termelétrica CEFMSJ foi o triunfo da natureza sobre a construção humana. Se em outras obras – pintura, escultura, literatura, etc. – a falta de alguma parte deixa-as indecifráveis, a arquitetura degradada é incorporada efetivamente pela natureza, que a transmuta na própria paisagem e a ressignifica, transformando-a em ruína. Acredita-se que o ato de patrimonializar a ruína e o entorno

³⁰⁶ SIMMEL, 1911 apud ROSSI, Niccolò. Elogio à Ruína Urbana: como conceitualizar e intervir sobre a ruína urbana – uma análise entre as cidades do Porto e Bilbao. 2017. 59f. Dissertação (Mestrado em Arte e Design para o Espaço Público) - Faculdade de Bellas Artes, Universidade do Porto, Porto, 2017, p. 7. O filósofo Georg Simmel em seu ensaio “A Ruína” (1911) descreve a arquitetura como uma luta entre o homem e a natureza, e quando um edifício está concluído é como um triunfo temporário do homem sobre a mesma.

em que se insere atua como conciliador entre a natureza avassaladora e o espírito construtor, pois evidencia tanto as proezas deste, quanto o poderio daquela.

A comunidade arroio-ratense viveu o nascimento, o ápice e o desmantelamento da potência industrial do carvão. O processo de desindustrialização deixou à localidade resquícios materiais e imateriais de uma época considerada áurea pelos seus habitantes, os mineiros e seus familiares. Deste processo emergiu a necessidade de preencher um espaço vazio nessa comunidade, criado tanto pelo abandono da empresa mineradora quanto pelo próprio Estado que não supria as necessidades básicas de infraestrutura antes prestadas pela companhia.

Como em muitos casos, a patrimonialização, em especial a musealização, desses espaços de trabalho foi instituída como solução para o problema econômico – a partir do turismo cultural – e sócio-afetivo – a partir da preservação de lugar de memória constituidor da própria identidade comunitária. Neste processo de valorização do patrimônio industrial, a Nova Museologia introduziu conceitos e práticas que se tornaram uma referência, e contribuiu para a visão renovada que se passou a ter, não só na forma de musealizar este tipo de patrimônio, mas, também, no papel que estes museus assumem nas comunidades em que se inserem. Ao introduzir o Museu Estadual do Carvão nesse nicho, coloca-se o mesmo em um nível diferenciado dentro do mercado turístico, que é uma das demandas da comunidade carbonífera; mas para além disso, proporciona-se para a comunidade estabilidade psicológica na manutenção dos antigos laços.

Por este motivo, foi crucial enquadrar o Museu do Carvão tanto como patrimônio industrial, quanto como histórico. A instituição museológica iniciou sua trajetória como um museu de história, mas com discurso expositivo mais voltado para a técnica de extração do carvão, apresentando o operário descolado do seu ofício, prática comum em museus da Indústria ou de Ciências e Tecnologia. Assim, apontou-se a incoerência em deslocar o adjetivo histórico do museu industrial, correndo o risco de não alcançar o retorno pretendido – seja ele cultural, intelectual, afetivo ou mesmo financeiro – quando excluído o aspecto humano da técnica, a significação dos vestígios edificadas e dos equipamentos industriais.

Todavia, com justificativas identitárias e memoriais, os agentes responsáveis pela construção do Museu do Carvão apropriaram-se desta oportunidade para apresentar o Estado do Rio Grande do Sul enquanto pioneiro da atividade extrativa no país no momento em que ocorriam importantes negociações de projetos industriais

nesta área de atuação (como a criação de um Polo Carboquímico do Conde, do Polo Petroquímico de Triunfo e retomada das atividades de extração do carvão na região pela empresa Copelmi Ltda.), preterindo o trabalhador mineiro.

Aliás, os eventos na linha do tempo do Museu do Carvão demonstram que, desde sua criação, a instituição museológica segue os passos da política gaúcha. A data de sua criação, em 1986, não houve avanços na construção do espaço físico do museu, porém mesmo sem ter o que mostrar à população local, em 1991, quando da mudança de governo, a instituição foi oficialmente aberta. Foi apenas em 1992, talvez pela influência dos recém-criados Secretaria da Cultura e/ou Sistema Estadual de Museus (SEM/RS), no governo pedetista de Alceu de Deus Collares, que a equipe da Secretária da Cultura Mila Cauduro conduziu o projeto de musealização dos remanescentes industriais. Liderado pelo ex-diretor do MCAR, Fábio Coutinho, foram realizados os projetos de limpeza e paisagismo da área do Parque, restauração e adaptação das estruturas fabris em centro cultural, e a concepção e montagem da exposição de longa duração que se tem até a atualidade.

Passados 20 anos da reabertura do MCAR, em 2014, o museu alcançou momento auge. Segundo os relatórios³⁰⁷ apresentados ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, nunca houve tanta visitação do que nos anos de 2013 e 2014, de 20 a 26 mil pessoas estiveram no espaço (quase o dobro da população arroio-ratense, cerca de 14.000 habitantes), entrando em declínio novamente após as eleições daquele ano. Ao longo dos anos, entre altos e baixos, o Museu do Carvão permanece aberto, recebendo visitantes de todas as partes e em especial da região carbonífera, por este motivo foi/é importante refletir sobre as mensagens disseminadas por este aparelho cultural. Esta investigação teve por objeto tais mensagens e por objetivo fornecer subsídios para a identificação, análise e compreensão dos discursos identitários presentes em projetos expositivos, especificamente o mineiro.

Tem-se em mente que, em decorrência do local escolhido para a criação do MCAR – as ruínas do complexo carbonífero – e mesmo os seus objetos, mantêm a história da mineração viva na memória da comunidade carbonífera, não necessitando, obrigatoriamente, da narrativa expositiva para contar-lhes sua história. Contudo, ao refletir na institucionalização da memória a partir do conceito de “memória cultural” de

³⁰⁷ Relatório de 2013 (Janeiro a Dezembro) do Museu Estadual do Carvão e Relatório de 2014 (Janeiro a Dezembro) do Museu Estadual do Carvão. (Acervo do MCAR).

Jan e Aleida Assmann, percebe-se que muito em breve restará apenas o discurso veiculado pelo Museu e se perderá no tempo todo um modo de viver e socializar relativo àquele espaço de trabalho.

A memória cultural investiga a cristalização, ou canonização, dos precipitados culturais que rompem as barreiras da transmissão oral e do limite temporal de poucas gerações. Ela é uma forma de memória coletiva, no sentido de que é compartilhada por um conjunto de pessoas, e de que transmite a essas pessoas uma identidade coletiva, isto é, cultural. Nesse processo a exposição, como suporte de escrita³⁰⁸, cumpre papel primordial, pois ela contém a possibilidade de transcender a memória de ligação em favor da memória do aprendizado. Segundo Jan Assmann:

Coisas não “têm” uma memória própria, mas podem nos lembrar, podem desencadear nossa memória, porque carregam as memórias de que as investimos, coisas tais como louças, festas, ritos, imagens, histórias e outros textos, paisagens e outros “*lieux de mémoire*”. No nível social, com respeito a grupos e sociedades, o papel dos símbolos externos se torna cada vez mais importante, porque grupos que, é claro, não “têm” uma memória tendem a “fazê-la” por meio de coisas que funcionam como lembranças, tais como monumentos, museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições mnemônicas.³⁰⁹

A continuidade na memória comunicativa (a voltada para a oralidade) vai até que não haja mais os portadores de tal memória – de acordo com Ecléa Bosi³¹⁰, o que rege a atividade mnêmica é a função social exercida pelo sujeito que lembra, é a obrigação social dada aos mais velhos – enquanto que, na memória cultural a continuidade se dá não pela memória em si, mas pela interpretação textual (ASSMANN, 2011b, p. 80). Este texto, uma mensagem nos moldes institucionais, é entendido como cânone, instância normativa e valorativa. Porém, que fique claro que a aceitação da sociedade de normas e valores não depende de um cânone "sacralizado", ferramenta escrita ou em qualquer outra forma simbolicamente

³⁰⁸ Aceita-se a analogia proposta por Meneses entre a construção monográfica e expográfica. Mesmo esta última configurando-se espacial e visualmente, a mesma ainda é uma forma de linguagem argumentativa baseada em referenciais teóricos e metodológicos (MENESES, 1994, p. 46-47).

³⁰⁹ “Things do not “have” a memory of their own, but they may remind us, may trigger our memory, because they carry memories which we have invested into them, things such as dishes, feasts, rites, images, stories and other texts, landscapes, and other “*lieux de mémoire*.” On the social level, with respect to groups and societies, the role of external symbols becomes even more important, because groups which, of course, do not “have” a memory tend to “make” themselves one by means of things meant as reminders such as monuments, museums, libraries, archives, and other mnemonic institutions.” (ASSMANN, 2008b, p. 111).

³¹⁰ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

codificada, a validade dos valores e sua tradução em normas práticas efetivas baseiam-se, em vez disso, nos processos de negociação e concordância que fazem parte da experiência comum.

De qualquer forma, o Museu do Carvão difundiu determinada mensagem e valho-me da analogia com um interessante documento, localizado quando ainda bolsista do projeto *Uma luz no fim do túnel*, para comentá-la: os guias de acidente de trabalho nas minas. Esta documentação foi marcante. Um montante de formulários com a descrição de acidentes de trabalho nas minas que deveriam ser preenchidos e entregues, obrigatoriamente, às autoridades judiciárias. As guias eram compostas de duas folhas: a primeira contendo o relato de uma testemunha ocular do acidente, geralmente um colega de trabalho; e a outra, a cópia do formulário preenchido pelo médico da empresa, essa última entregue às autoridades. Destaca-se nestes formulários o modo como são descritos os acidentes, com uso de poucas palavras, em geral termos médicos, sem a menor contextualização do ocorrido ou menção ao indivíduo, numa assepsia hospitalar³¹¹.

O discurso expositivo do MCAR, como ferramenta de disseminação de determinada memória e história, continha elementos voltados para a construção de um passado, portanto vinculado ao presente, o qual importava reafirmar o valor do Estado gaúcho, representado por um novo grupo político que ascendia ao poder no Rio Grande do Sul, em detrimento da memória mineira e daquilo que foi idealizado pela própria comunidade carbonífera. A exposição de longa duração do Museu Estadual do Carvão cirurgicamente retira o operário das minas de Arroio do Ratos e de parte desta história, valendo-se de estratégias de apagamento do protagonismo operário e minimização das realidades vivenciadas.

E como pareceu improdutivo apenas desmembrar e criticar o que o Museu construiu e expõe ainda hoje, propôs-se uma alternativa expositiva que apresentasse de forma reflexiva uma interpretação do passado mineiro, sem perder o foco das demandas afetivas e também financeiras do presente. Nesta tarefa a fala de Ulpiano Bezerra de Meneses foi norteadora:

³¹¹ Um exemplo da discrepância dos enunciados: segundo o médico, o operário “foi atingido na coxa E. pela máquina de furar”, enquanto a testemunha enuncia com terror a situação e que provavelmente o colega perderia a perna. (AHM, Envelope A5.3). Apesar de não sabermos o desfecho do incidente, o provável é que tenha sido fatal à perna, visto que os relatos de acidente seguido de morte ou amputações causadas pela perfuratriz (a broca ou “máquina de furar”) são frequentes entre os ex-mineiros.

[...] Identidade e história não podem ser objetivos de um museu, mas objetos seus de tratamento crítico – até mesmo para fundamentar uma ação educacional legítima e socialmente fecunda.³¹²

Tarefa clara, mas nem sempre fácil, a qual merece alguns comentários:

Primeiramente foi um exercício reflexivo que demandou muito tempo de estudo, não apenas do acervo, mas da própria instituição. Creio que desmembrar a história de criação das instituições museológicas e suas ações comunicativas, dando a conhecer os projetos dos agentes envolvidos, traz novas perspectivas na construção de narrativas museológicas, tanto para poder realinhar-se aos preceitos do museu, quanto para desalinhar-se e romper com práticas conservadoras. Por isso se faz importante a pesquisa constante nos museus e espera-se que esta dissertação e a metodologia desenvolvida aqui possam servir de base tanto para pesquisas acadêmicas, quanto no exercício da profissão cotidianamente, isto é, que as mesmas possam ter sua própria instituição como objeto de reflexão.

Neste processo de criação, também se sentiu falta de dialogar com profissionais de outras áreas, tanto das humanas quanto das exatas, afinal, o patrimônio industrial é enquadrado em ambas as áreas: nos estudos das Ciências e Tecnologias e das Humanidades. Reafirma-se aqui um dos pilares do campo da Museologia, mas que nem todo museu tem aporte financeiro para praticar: interdisciplinaridade. O Museu do Carvão é um patrimônio com inúmeras possibilidades, que abarca múltiplos olhares e com as novas fontes documentais sendo descobertas a cada dia³¹³, não teria porque restringir um local de produção de conhecimento em espaço apenas de contemplação e de narrativa única.

O que aponta ao terceiro ponto de reflexão: participação ativa das comunidades envolvidas com o patrimônio musealizado. O Museu do Carvão flertou com as ideais da sociomuseologia por anos. No discurso de seus diretores identificou-se a busca por um museu dinâmico, que trouxesse desenvolvimento às populações envolvidas, enquanto promotor de cultura e de conhecimento, todavia, na prática, este envolvimento da comunidade carbonífera não ocorreu. Nesta proposição, estes agentes locais aparecem muito timidamente, pois trata-se apenas de proposta de

³¹² MENESES, 2000, p. 95.

³¹³ O projeto Uma luz no fim do túnel a qual fiz parte, atualmente é encabeçado pelos Arquivistas Sem Fronteira, que continuaram o trabalho de higienização e organização de rico acervo documental, disponível no Arquivo Histórico da Mineração, também situado no Parque Estadual do Carvão.

ação comunicativa, todavia acredita-se que é possível realizar ações que envolvam muito mais a comunidade, inclusive na gestão do patrimônio, o que seria importante visto que por ser um museu estadual, o Museu do Carvão sofre os intemperes políticos de 4 em 4 anos.

Ainda assim, oportunizou-se a inclusão deste grupo no museu, para além de expectador/visitante, a fim alcançar algumas de suas expectativas: o direito de passado e o direito de presente. Contudo, com o alerta do Ulpiano sempre em mente, não podemos estar reféns da comunidade e cativos da memória, a identidade não é nosso objetivo. No caso do Museu do Carvão, no momento do desenvolvimento de um discurso, a heterogeneidade do grupo mineiro deve ser também debatida e tópicos como (1) o passado áureo, quando havia emprego e assistência à família, e (2) o passado penoso e de lutas sociais contra a opressão e exploração dos patrões, devem ser considerados. De novo: tarefa clara, mas não tão fácil, pois é preciso manter-se no limiar muito estreito entre o sentimento e perspectiva da comunidade e a produção de conhecimento acadêmico.

Assim, é particularmente importante estabelecer o diálogo com antigos operários e membros da comunidade carbonífera, realizar levantamento da história oral que permita preservar a memória dos “saberes”, das técnicas, das vivências, rotinas e reivindicações. Esta recolha deve ser simultânea com o levantamento das marcas deixadas no território e a realização destas tarefas obriga a um trabalho interdisciplinar, se não transdisciplinar, combinando museologia, história, arquitetura, engenharias, antropologia entre outros campos de conhecimento, de modo a permitir uma compreensão global deste patrimônio histórico e industrial com a finalidade de encontrar a melhor opção para a sua musealização e requalificação.

Por fim, espera-se que este estudo sirva de subsídio para a leitura das narrativas expográficas de maneira mais crítica, consciente dos modos de construção das mesmas. Mas, mais do que isso, espera-se que possa contribuir para reflexões sobre a situação do patrimônio cultural brasileiro, especialmente no que diz respeito aos processos de musealização e suas consequências tanto para o bem protegido quanto para as comunidades as quais o patrimônio envolve.

Por tratar-se do caso específico de um exemplar industrial mineiro, acrescenta-se a necessidade de mais estudos que enfatizem as possibilidades de usos deste patrimônio no país, especialmente aqueles que se localizam em regiões deprimidas socioeconomicamente. Apontar novas possibilidades de uso sustentável deste patrimônio em consonância com as ideias e necessidades das comunidades locais torna-se um desafio de extrema relevância, o qual profissionais e estudiosos da área do patrimônio devem estar sensíveis e atentos, e para o qual não devem se furtar.

REFERÊNCIAS

A) DOCUMENTAÇÃO VARIADA

CHAVES BARCELLOS, Dossiê de participação na Conferência do Comitê Internacional para Museus Regionais, 1988. p. 9. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. Relatório de Vistoria das Instituições Culturais. Maio de 1994. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

COUTINHO, Fábio B. Discurso proferido na reabertura do Museu do Carvão, em Arroio dos Ratos, 07/12/1994. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA. *Carta de Campinas* - Declaração do GEHT em defesa das construções e instalações utilitárias, 29 de janeiro de 1998, In: <http://sos-monuments.upc.es/brasil/carta.htm>

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO. Folder "Museu do Carvão, 1993 – o Ano da Restauração". Acervo do Museu Estadual do Carvão

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO. Plano Museológico do Museu Estadual do Carvão, 2013 (não implementado). Acervo do Museu Estadual do Carvão.

OFÍCIO MC/166/85. Ofício de 27 de agosto de 1985, encaminhado pela profa. Maria Luiza Flores Chaves Barcellos, diretora do Museu do Carvão, ao sr. Arq. Júlio N. B. de Curtis, diretor da 10ª Diretoria Regional da SPHAN-Pró Memória. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

OFÍCIO MC/188/85. Ofício de 23 de setembro de 1985, encaminhado pela Profa. Maria Luiza Flores Chaves Barcellos, diretora do Museu do Carvão, ao sr. cel. Moacyr Domingues, diretor do SPHAN Estadual (RS). Acervo do Museu Estadual do Carvão.

OFÍCIO MC/202/85. Ofício de 14 de outubro de 1985, encaminhado pela Profa. Maria Luiza Flores Chaves Barcellos, diretora do Museu do Carvão, ao sr. Dr. Joaquim Paulo Almeida Amorim, subsecretário de Cultura do Estado (RS). Acervo do Museu Estadual do Carvão.

OFÍCIO MC 42/86. Ofício de 28 de abril de 1986, encaminhado pela Profa. Maria Luiza Flores Chaves Barcellos, diretora do Museu do Carvão, a Profa. Cornélia Eckert. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

OFÍCIO 072/86. Ofício de 12 de março de 1986, da prefeitura de Arroio dos Ratos para o Gabinete do Governador do Estado, Jair Soares. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

OFÍCIO S/Nº. Ofício de 02 de agosto de 1990, da prefeitura de Arroio dos Ratos ao Secretário da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul Carlos Jorge Appel. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

OFÍCIO ICOM-Soviet 174/87. Ofício de 18 de setembro de 1987, da ICOM-Soviet a diretora do Museu do Carvão Maria Luiza Flores Chaves Barcellos. Acervo Museu Estadual do Carvão.

OFÍCIO ICOM-BR 0153/88. Ofício de 29 de julho de 1988, do ICOM-BR ao ICOM-Soviet. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

RIO GRANDE DO SUL. Plano de Governo de Jair Soares (1983-1987). Porto Alegre: 1983.

RIO GRANDE DO SUL. Plano de Governo de Pedro Simon (1987-1991). Porto Alegre: 1987.

RIO GRANDE DO SUL. Plano de Governo de Alceu de Deus Colares (1991-1994). Porto Alegre: 1991.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 31.050, de 14 de janeiro de 1983. Doação das ruínas destinada à instalação do Museu do carvão. *Diário Oficial*, Porto alegre, 14 de jan. 1983.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 32.211, de 31 de março de 1986. Criação do Museu Estadual do Carvão. *Diário Oficial*, Porto alegre, 31 mar. 1986.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). Carta de Nizhny Tagil. Rússia, julho de 2003. *Revista Óculum Ensaíos*, Puccamp, tradução de Cristina Meneguello.

B) PERIÓDICOS

BARCELLOS, Maria Luiza Chaves. Museu do carvão: restaurando ruínas e memórias. *Revista Pampeana*, [S.l.], p. 10-11, [198-?]. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

A SEMANA, de maio a setembro de 1990. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

A SEMANA, 29/abr. - 04/maio/1991. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

DELTA FOLHA, 26/06 – 03/07/1993. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

FOLHA DE CHARQUEADAS, 25/06/1993. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

JORNAL DO COMÉRCIO, 05/07/1993. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

TRINTA DIAS DE CULTURA, Fev-Mar/1991; julho/1993. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

ZERO HORA, jun./1988.; set./1990; mar./1991. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

C) ENTREVISTAS

ÁVILA, Romero Martins de. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

COUTINHO, Fábio Borgatti. Entrevista concedida a pesquisadora. Porto Alegre, em 22/02/2017.

GOMES, João Ramos. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

GOMES, Paulo Junqueira. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

LIMA, Juarez Adão. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

LIMA, Lourdes. Entrevista concedida a Tassiane Mélo de Freitas. Arroio dos Ratos, 2013. Acervo pessoal de Tassiane Mélo de Freitas.

OLIVEIRA, Frontino Rodrigues. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

PEDROSO, Antônio. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

SERPA, Vital. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

SUTEL, Mathias. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

TASSONI SOBRINHO, José. Entrevista concedida ao CHO/RS. Arroio dos Ratos, 2002. Projeto Memória Mineira. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

D) BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANTES, Antonio A. (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação – formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora Unicamp, 2011a.

_____. Canon and Archive. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin; New York: De Gruyter, p. 97-107, 2008a.

ASSMANN, Jan. *Cultural Memory and Early Civilization. Writing, remembrance and political imagination*. Cambridge University Press, 2011b.

_____. Communicative and cultural memory. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin; New York: De Gruyter, p. 109 -118, 2008b.

_____. Collective Memory and Cultural Identity. Translated by John Czaplicka. *New German Critique*. Nº 65, Cultural History/Cultural Studies (Spring-Summer), p. 125 - 133, 1995.

BARBUY, Heloísa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. ser. v. 3, p. 209-236, jan./dez. 1995.

BENCHETRIT, Sarah Fassa et al (org.). *Museus e Comunicação: exposições como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010.

BERTOTO, Márcia Regina. *Entre o paralelo 20 e o 30: analisando e propondo políticas públicas para museus no Sul do Brasil*. 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Museologia) – Curso de Doutorado, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2013.

_____. *Análise das Políticas Públicas para Museus no Rio Grande do Sul – um estudo de sua eficácia no desenvolvimento das instituições museológicas gaúchas*. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PPG Ciências Sociais Organização e Sociedade, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto alegrensenses (1896-1920)*. Tese. (Doutorado em História) PPG em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2005.

BISPO & SANTOS. Musealização como estratégia de preservação: estudo de caso sobre um previsor de marés. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST* - vol. 5 nº 1, 2012.

BITTENCOURT, José et al. *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

- BITTENCOURT, José. Cada coisa em seu lugar. *Anais do Museu Paulista*, vol. 8/9, 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDÃO, J.M.; NUNES, M.F. (ed). *Memórias do Carvão*. Ed Câmara Municipal de Batalha-Câmara Municipal de Porto de Mos, 2015.
- BRUNO, M. C. O. (editor). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. 1.ed. v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.
- BUNSE, Heinrich Adam Wilhelm. *A mineração de carvão no Rio Grande do Sul: estudo histórico-etnográfico-sociolinguístico*. Porto Alegre: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul, 1984.
- CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. *Memórias clandestinas e sua museificação*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CHELINI, Maria Júlia Estefânia. Novas Tecnologias para... Novas (?) Expografias. *Revista Museologia e Interdisciplinariedade*. Vol. 1. nº 2, jul./dez., 2012.
- CIOCCARI, Marta. *Do gosto da mina, do jogo e da revolta: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão*. 2010. 482f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- CORDEIRO, J.M.L. Desindustrialização e salvaguarda de patrimônio industrial: problema ou oportunidade? *Oculum Ensaios*. Campinas, n.13, p. 154-165, jan./jun., 2011.
- COUTO, Mia. *Antes do fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CURY, M.X.; YAGUI, M.M.P. A musealização do setor elétrico em São Paulo: construção de perspectivas para as usinas hidroelétricas. *Labor & Engenho*. Campinas, v.9, n.1, jan./mar., 2015.
- CURY, Marília Xavier. Exposição, comunicação museológica e pesquisa: um desafio para todos. *Museologia Hoje*. n. 2, 2008.
- _____. *Revisão Museológica e Museográfica do Museu Histórico de São Francisco do Sul*. Programa Monumenta – 3ª Fase: Projeto Expográfico, Outubro/2006.

_____. *Exposição: concepção montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

DAHNE, E. S. Eugenio. *A mineração de carvão e as concessões da companhia no Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo; Estabelecimento Typographico de Gundlanch, 1893.

DARROCH, Jonathan Walker. *Big Pit - National Coal Museum, Blaenavon: from a working past, to a sustainable future*. 2012. 109 f. Monografia (Bacharelado em Gestão Internacional de Turismo). Cardiff Metropolitan University, Cardiff/UK, 2012.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). *Concepts clés de la muséologie*. Paris: Armand Colin et ICOM, 2010.

DOMÍNGUEZ, Aquilino Delgado (coord.). *Catálogo del Museu Minero de Riotinto*. Sevilla: Fundación Río Tinto, 2006.

ECKERT, Cornélia. *Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França)*. Curitiba: Appris, 2012.

_____. Do corpo dilapidado a memória reencantada. In: LEAL, Ondina Fachel. *Corpo e Significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

_____. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas – Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPG Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1985.

EICHSTEDT, Jeniffer L.; SMALL, Stephen. *Representation of Slavery: race and ideology in Southern Plantation Museum*. Washington: Smithsonian, 2002.

ENDERS, Armelle. Le lieux de mémoire, dez anos depois. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.6, n.11. p. 132-137, 1993.

ESTANQUE, Elísio. *Entre a Fábrica e a Comunidade: subjetividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Editora Afrontamento, 2000.

FEBVRE, Lucien. Frente ao Vento – Manifestos aos “novos” Anales. In: _____. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERNÁNDEZ, Luis A. *Introducción a la nueva museología*. 2. reimpresão. Madri: Alianza Editorial, 2003.

FORTUNA, Carlos. Por entre as ruínas da cidade: o patrimônio e a memória na construção das identidades sociais. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, p.1-19, set. 1995.

FRAGA, Thais Gomes. *Os subterrâneos emergem: a institucionalização da cultura e a temporada dos museus no Rio Grande do Sul (1987-1991)*. 2004. 165f.

Dissertação (Mestrado em História) – PPG História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FREITAS, Tassiane Mélo. *De Complexo Carbonífero a Museu: o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul. Brasil (1983-1994)*. 2015. 203f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) PPG Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, UFPel, Pelotas, 2015.

FREITAS, Tassiane Mélo de; WITKOWSKI, Alexsandro. Do sofrimento a museu: um complexo caso de amor e ódio (!?) – Museu Estadual do Carvão – Arroio dos Ratos – RS. *Anais do VIII Seminário Internacional de Memória e Patrimônio: lugares de memória*. Pelotas, p. 278-285, 2014.

_____. *Sobre os Homens desta Terra – A trajetória da fundação do sindicato dos mineiros de Butiá, Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CGTA, 2006.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2013.

GOLAZS, Luis Henrique. *Arroio dos Ratos, a Mineração e o Museu do Carvão: a história e sua representatividade através da Materialidade*. Monografia (Bacharelado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2013.

GUARNIERI, Waldisa. *Um museu de indústria em São Paulo*. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1980.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. *Guia dos Museus Brasileiros*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus/MinC, 2011.

_____. *Cadastro Nacional de Museus*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus /MinC, 2010.

KLOVAN, Felipe. *Sob o Fardo do Ouro Negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930*. 2014. 234f. Dissertação. (Mestrado em História) PPG em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2014.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio Industrial: algumas questões em aberto. *Revista ARQ.URB*. São Paulo, n.3, 1º semestre de 2010.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 95-106, 1984.

LEITE LOPES, J.S.; ALVIM, R. Uma Memória Social Operária Forte Diante de Possibilidades Díficeis de Patrimonialização Industrial. In: GRANATO, Marcus;

RANGEL, Márcio (org.). *Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia* [online]. Rio de Janeiro: MAST, p.232-256, 2009.

LOUREIRO, M. L. N.M. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. *Seminário Iberoamericano de Investigación em Museología*, 3. Madrid, 2011.

LOUREIRO, M.L.N.M.; BISPO, L. Musealização como estratégia de preservação: Estudo de Caso sobre um previsor de marés. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST*. Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 49-67, 2012.

LOUREIRO, M.L.N.M.; LOUREIRO, J.M.M. Documento e musealização: entretecendo conceitos. *MIDAS*. Évora, n.1, p. 1-13, 2013.

MELIANDE, Clara de Souza Rocha. *Design à mostra: o projeto de museus temáticos*. 2013. 200f. Dissertação (Mestrado em Desenho Industrial). Rio de Janeiro, Escola Superior de Desenho Industrial/UERJ, 2013

MENEGUELLO & RUBINO. Preservação do patrimônio industrial no Brasil. Entrevista concedida a Maria Cristina Schicchi. *Revista Óculum Ensaio*, PUC-Campinas, 2005.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio Industrial como tema de pesquisa. *Anais do I Seminário Internacional do Tempo Presente*. Florianópolis, UDESC/ANPUH-SC, PPGH, 2011.

MENENSES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. *Ciências & Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre, n. 27, p.91-101, Jan./Jun. 2000.

_____. Do teatro da memória ao laboratório de história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan. /dez. 1994

_____. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*. Nova série, v. 1. São Paulo: MP/USP, p. 207-309, 1993.

_____. A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. *Ciências em Museus*, Belém, n. 4, p. 103-120, 1992a.

_____. *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista/ USP, 1992b.

_____. Patrimônio Industrial e Política Cultural. *Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia*. São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, v.2., 1988.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. *Revista Musas*. Brasília: IBRAM, n. 4, p. 6-10, 2009.

_____. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História – Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Clarissa Wetzel. Arquitetura como código de segregação. *Revista Cordis. História, Arte e Cidades*, n. 6, jan./jun. pp. 277-300, 2011.

PESAVENTO. Sandra J. Trabalhadores e Máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880 – 1920). *Anos 90*, Porto Alegre, nº2, maio de 1994.

PINTO, Agda Araújo Sardinha. *O discurso identitário nos museus de Rio Branco, Acre: uma análise de narrativas expositivas*. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado em Museologia). PPG Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMIAN, K. Coleção. In : *Enciclopédia Einaudi: Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 1, p. 51-86, 1984.

POULOT. Dominique. *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. Sociedade, Corpo e Cultura: a materialidade e a formação identitária na perspectiva da arqueologia fenomenológica. *Opsis*, vol 7, nº 08, jan-jun 2007.

RAMOS, Francisco R.L. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Editora Argos, 2004.

RIBEIRO, Daniela Alves. As Minas do Pejão: da estrutura produtiva à paisagem cultural. In: BRANDÃO, J.M.; NUNES, M.F. (ed). *Memórias do Carvão*. Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Porto de Mós; Universidade de Évora. 2015.

RICOUER, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), 2007.

RIVIÈRE, Georges Henri. Définition évolutive de l'écomusée. *Museum* (Unesco, Paris), no 148 (vol. XXXVII, no 4), 1985.

ROSSI, Niccolò. *Elogio à Ruína Urbana: como conceitualizar e intervir sobre a ruína urbana – uma análise entre as cidades do Porto e Bilbao*. 2017. 59f. Dissertação (Mestrado em Arte e Design para o Espaço Público) - Faculdade de Bellas Artes, Universidade do Porto, Porto, 2017.

RUIZ, María del Carmen Cañizares. Patrimonio, Parques Mineros y Turismo en España. *Cuadernos de Turismo*. Murcia, nº 27, p. 133-153, 2011.

SAMPAIO, Maria da Luz Braga. *Da fábrica para o museu: identificação, patrimonialização e difusão da cultura técnico-industrial*. 2015. 402 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Ciência). Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora. Évora, 2015.

SANTOS, Andréa Maria Zabrieszsch Afonso. *A Casa dos Bandeirantes como espaço museológico (1954-1964)*. 2016. 297 f. Dissertação (Mestrado em Museologia). PPG Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, jun., p. 53-72, 2004.

SILVA, Cristina Ennes da. *Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul. (1883/1945)*. 2007. 392f. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

SILVA, Mariana Boujadi Mariano da. Políticas Públicas de Memória: O Programa Pontos de Memória no Contexto Sul-Rio-Grandense. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. V. 02, Ed. Especial, dezembro, 2016.

SIMCH, Carlos Alfredo. *Monografia do Município de São Jerônimo*. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961.

SOUZA, Tayanne Gama de. *Entre identidades e interatividades: um estudo de caso d'O Museu do Marajó, Pará, Amazônia*. 2015. 225 f. Dissertação (Mestrado em Museologia). PPG Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SPERANZA, Clarice. O trabalho perante a lei: os mineiros de carvão na Justiça do Trabalho em São Jerônimo, RS (1946-1954). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, jul./dez. 2013.

_____. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50*. 2012. 272f. Tese. (Doutorado em História) PPG em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2012.

_____. Masculinidade, conflito e adesão: tensões identitárias entre os trabalhadores das minas de carvão do Rio Grande do Sul nos anos 1940. *Revista ArtCultura*. Uberlândia, v. 11, n. 19, jul.- dez. 2009.

SULZBACH, Ervino Lothar. *Arroio dos Ratos: berço da indústria carbonífera nacional*. 2. ed. Arroio dos Ratos: PBS, 1989a.

SULZBACH, Ervino Lothar. *Perfil de um minerador*. Arroio dos Ratos: PBS, 1989b.

TOLENTINO, Atila Bezerra. Entre Políticos e Mestres da Cultura Popular: Discurso, Poder e Ideologia nos Museus. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa, nº 47 (3), 2014.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana: o Museu Nacional de História do México (1940-1982)*. São Paulo: Alameda, 2007

_____. Turismo e Museus. São Paulo: Aleph, 2006. (Coleção ABC do Turismo)

VASCONCELLOS, C. M.; FUNARI, P. P. & CARVALHO, A. (org.). *Museus e Identidades na América Latina*. São Paulo: Annablume/Unicamp, 2015.

WILKS, Caroline; KELLY, Catherine. Fact, Fiction and Nostalgia: an assessment of heritage interpretation at living Museums. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul, vol.03, p. 127-140, 2008.

ZAVALA, Lauro. La educación y los museos en una cultura del espectáculo. In: ENCUESTRO NACIONAL ICOM/CECA MÉXICO. *La educación dentro del museo, nuestra propia educación*, 2., 2001, Zacatecas. Memoria. [Zacateca]: ICOM México, CECA, 2003.

E) WEBSITES

Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, em: <http://corag.rs.gov.br/doe>

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, em <http://planejamento.rs.gov.br/dois-memoria-do-planejamento-estadual/>

Portal do Instituto Brasileiro de Museus, em <http://www.museus.gov.br/>

Big Pit - Museu Nacional do Carvão, em <https://museum.wales/bigpit/>

Centro Ciência Viva do Lousal – Mina de Ciência, em <https://www.lousal.cienciaviva.pt/>

Museu Mineiro do Centro Ciência Viva do Lousal, em <https://www.lousal.cienciaviva.pt/museu-mineiro/>

ANEXOS

Anexo 1. Estrutura dos Parque Estadual do Carvão (função passada – função no presente).

Fonte: Google Earth. Editado por Clarissa Wetzel.

Anexo 2. Modelo de termo de autorização do uso de imagem, voz, nome e demais características assinado pelos entrevistados.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Termo de autorização do uso de imagem, voz, nome e demais características físicas.

Eu, _____,
brasileiro(a) , maior, portador da RG _____, inscrito(a) no CPF sob o
nº _____, residente e domiciliado (a)
_____, bairro _____, na
cidade de _____, Estado de _____,

Cep _____, doravante denominado(a) **CEDENTE, AUTORIZO**, a utilização e veiculação de minha imagem, voz, nome e demais características físicas pela **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ sob o nº 63.025.530/0001-04, com sua sede na Rua da Reitoria, 374, Butantã, São Paulo, SP, ora designada USP, o pleno direito de gravar e utilizar minha voz, nome e demais características físicas em ambientes internos e externos, ora denominada **OBRA**, pela participação no projeto de pesquisa intitulado “**Nós criamos uma raça - O discurso identitário na narrativa expositiva do Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos/RS)**”, sob orientação do profº Dr. Camilo de Mello Vasconcellos, consoante as gravações e questionamentos a serem realizados pela aluna do Programa de Pós-graduação em Interunidades em Museologia Clarissa Wetzel de Oliveira a fim de realizar o trabalho. A **USP** poderá utilizar a **OBRA**, de forma gratuita e definitiva, por prazo indeterminado e sem limitação de vezes, em todo o território nacional e no exterior, em quaisquer idiomas e veiculação, sem intuito comercial. A USP ou quem esta vier indicar poderá utilizar, fruir e dispor de minha imagem, voz, nome e demais características físicas como melhor lhe aprouver, inclusive sob as modalidades de produção, reprodução parcial ou integral. Essa autorização é feita de forma irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores, a respeitarem integralmente as condições aqui estipuladas.

Porto Alegre/RS, _____ de _____ de 2017.

NOME DO CEDENTE